

RBMC

REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS

Publicação Oficial da Fundação Tiradentes, Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares e Academia Nacional de Saúde das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil

Nº 07 • NOVEMBRO DE 2017 • ISSN 2447-9071



FUNDAÇÃO
TIRADENTES

Prevenindo e cuidando da saúde de policiais militares e famílias



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
SAÚDE DAS POLÍCIAS MILITARES
E BOMBEIROS MILITARES



AÇÕES EM SAÚDE NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

CANABIDIOL (CANNABIS SATIVA): ASSOCIADA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS NEUROLÓGICAS E SUA LEGALIZAÇÃO

COMO O USO DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS INFLUENCIA SEU RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇA COM A FINALIDADE DA ADOÇÃO ILEGAL

UMA ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO USO INSTITUCIONAL DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS AMADORES DE FLAGRANTES POLICIAIS NOS SÍTIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS E G1 GOIÁS

DISTÚRBIOS DO SONO NO POLICIAL MILITAR

Copyright © 2017 by: Fundação Tiradentes
Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares
Academia Nacional de Saúde das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

Rev Revista Brasileira Militar de Ciências. / Waldemar Naves do Amaral (org.).
- Goiânia: Versailles Comunicação, 2017.
51p.: il. (Publicação quadrimestral)

Modo de acesso: <http://rbmc.org.br>

ISSN 2447-9071 (versão on-line)

1. Substâncias- psicóticas. 2 Policia- militar. 3. Docência . 4.Medicina. I.Titulo.

CDU: 61 (051)

DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei n.º 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 48 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2017

EXPEDIENTE

Revista Brasileira Militar de Ciências

Órgão oficial de divulgação da Fundação Tiradentes, Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares e Academia Nacional de Saúde das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil.

Distribuição: dirigida e gratuita.

EDITOR-CHEFE

Cel. Waldemar Naves do Amaral - PhD

Diretor Acadêmico da Faculdade da Polícia Militar e Presidente da Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares

EDITORES

Ten. Cel. Cleber Aparecido Santos

Diretor Geral da Faculdade da Polícia Militar e Presidente da Fundação Tiradentes

Ten. Cel. Ubiratan Reges de Jesus Júnior

Diretor Administrativo/Financeiro da Faculdade da Polícia Militar

Cel. Rômulo Capello Teixeira

Presidente da Academia Brasileira de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9610 (09/02/98). Nenhuma parte poderá ser reproduzida sem autorização prévia, por escrito, da Fundação Tiradentes, Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares e Academia Nacional de Saúde das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, sejam quais forem os meios empregados.

CONSELHO EDITORIAL

Cel. Naldimar Lourenço Barbosa

Ten. Cel. Sérgio Henrique Nascente Costa

Cel. Helen de Melo Gervasio

Maj. Cárita Regina da S. Freire

Ten. Cel. Sandra Maria da Fonseca Diniz

Ten. Cel. Simone Aparecida Simões

Maj. José dos Reis Júnior

Cap. Hérika Gomes Falcão

Ten. Ana Paula Lindoso

Ten. Eline Rozária Ferreira Barbosa

Subten. Suzy Darlen Soares de Almeida

COORDENAÇÃO

Comunicação Social da Fundação Tiradentes

Av. Contorno, nº 2.185 -Setor Central - Goiânia-GO

CEP: 74055-140 / Telefone: (62) 3269-3348



Versailles Comunicação

Rua 1.121 com 1.124, Qd. 216, Lt. 04 - Setor Marista - Goiânia - Goiás / Brasil

CEP: 74175-080 / Telefone: (62) 3928-7178 email: redacao@versaillescomunicacao.com.br

Edição: Tatiana Cardoso

Projeto Gráfico: Tatiana Cardoso e Vinícius Carneiro

REGRAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Brasileira Militar de Ciências (RBMC) aceitará materiais experimentais (com casuística) para publicação no campo relacionado, direta ou indiretamente, à atividade militar e artigos de revisão. As normas que seguem da revista serão regulamentadas segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Serão aceitos:

1. Artigos originais: que completos sejam prospectivos, experimentais ou retrospectivos.
 2. Relatos de casos: de grande interesse desde que bem documentados clínica e laboratorialmente.
 3. Série de casos: conjunto de casos alinhados, raros e bem documentados.
 4. Números especiais: com anais, coletâneas de trabalhos apresentados nos congressos brasileiros e suplementos com trabalhos versando sobre tema de grande interesse.
 5. Artigos de revisão: preferencialmente do tipo sistemática ou meta-análise.
 6. Entrevista: inédita, com pessoas que possuam contribuições significativas, seja pela sua prática, seja pela sua produção acadêmica, para a área temática da Revista. Deve ter entre 1.000 e 3.000 palavras.
 7. Sucessos do Ofício: texto que preste homenagem a professores que sejam ou que tenham sido docentes e/ou que tenham contribuído significativamente para a área temática da Revista.
 8. Comentários editoriais, a convite, quando solicitados a membros do conselho editorial.
 9. As cartas dos leitores versando sobre a matéria editorial poderão ser resumidas sem alteração dos pontos principais. No caso de críticas a trabalhos publicados, a mesma será enviada aos autores do artigo para que sua resposta seja publicada simultaneamente. As críticas deverão ser fundamentadas e acompanhadas de referências bibliográficas.
- A revista não aceitará material editorial com objetivos comerciais.

PROCESSAMENTO

Todo material enviado será analisado pelo Corpo Editorial da revista composto pelos: editores da revista, conselho editorial, colaboradores e adjuntos; sendo vetado à identificação aos revisores dos autores ou do serviço onde os trabalhos foram desenvolvidos, assim como os revisores não serão identificados pelos autores, exceto quando solicitados por aqueles.

Após o recebimento, os artigos serão datados e codificados sendo seus autores comunicados do recebimento. Os artigos que não preencherem as normas editoriais serão rejeitados neste estágio. Aqueles que estiverem de acordo serão enviados a dois revisores indicados pelo Editor. Os autores serão informados sobre a aceitação e das modificações, eventualmente sugeridas, pelo Corpo Editorial. Quando modificações forem solicitadas, os autores deverão retornar o manuscrito corrigido dentro de 15 dias, devendo justificar caso alguma sugestão não for aceita.

DIREITOS AUTORAIS (COPYRIGHT)

É uma condição de publicação em que os autores transferem os direitos autorais de seus artigos a Revista Brasileira Militar de Ciências (RBMC). Todos os artigos deverão ser enviados com uma carta de encaminhamento assinada por todos os autores relatando que o trabalho para publicação é original e que não foi enviado para análise ou publicado em outras revistas, no todo ou parcialmente. Na carta ainda deve estar explícito que os autores transferem os direitos autorais para RBMC e concordam com as normas editoriais. A transferência dos direitos autorais para RBMC não afeta os direitos de patente ou acordos relacionados aos autores. As figuras, fotos ou tabelas de outras publicações podem ser reproduzidas desde que autorizadas pelo proprietário. A autorização escrita deve ser enviada junto com manuscrito. O material publicado passa a ser propriedade da RBMC, podendo ser reproduzido com sua anuência. A RBMC não se obriga a devolver os originais mesmo em caso de recusa.

ASPECTOS ÉTICOS

O Corpo Editorial segue os princípios da Declaração de Helsinki e recomendamos que os autores dos artigos enviados obedeam ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e preencham os requerimentos reguladores e legais para experiências em seres humanos com drogas, incluindo consentimento informado, de acordo com os procedimentos necessários em sua instituição ou país. Toda informação do paciente deve ser anônima. Para maiores detalhes, acessar o site da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html

AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

O conteúdo intelectual dos manuscritos é de total responsabilidade de seus autores. O Corpo Editorial não assumirá qualquer responsabilidade sobre as opiniões ou afirmações dos autores. Todo esforço será feito pelo Corpo Editorial para evitar dados incorretos ou imprecisos. O número de autores deve ser limitado em seis.

SUBMISSÃO DOS ARTIGOS

Os autores enviarão por via eletrônica, através do email rmmc@tiradentes.org.br, o arquivo completo, juntamente com as fotos e tabelas (se houver). No email deverá conter o endereço completo, telefone, e email do autor.

ESTRUTURA E FORMATAÇÃO DOS TRABALHOS

Os arquivos devem ser enviados em formato doc, odt ou rtf, tamanho A4, com margens superior, inferior, esquerda e direita de 2,5cm.

Os artigos originais devem conter os seguintes tópicos: Título (português e inglês), resumo (português e inglês), introdução, objetivos, métodos, resultados, discussão, conclusões, agradecimentos e referências. Cada tópico deve ser iniciado em uma nova página.

Os relatos de casos e série de casos devem ser estruturados em: resumo, introdução, relato de caso, discussão e referências.

Os artigos de revisão sistemática devem seguir resumo, introdução com objetivo, revisão de literatura, metodologia, discussão, considerações finais e referências.

As entrevistas podem ser nos formatos jornalísticos “ping-pong” ou “texto corrido” e deverão conter uma foto do entrevistado.

As meta-análises seguem o princípio dos artigos originais.

A primeira página deve incluir: título, primeiro e último nome dos autores e sua filiação, títulos (não mais que 20 letras), palavras-chaves (5-8) e o endereço para correspondência. A segunda página deve conter o título do artigo no cabeçalho e cuidado deve ser tomado no restante do texto para que o serviço ou os autores não possa ser identificado (suprimi-los).

1) Elementos pré-textuais:

Título: Fonte Times New Roman, tamanho 14, negrito, em caixa alta e centralizado. O título deve ter, no máximo, 20 palavras. Deve vir acompanhado do título em inglês.

Resumo: em português, independentemente da língua em que o texto foi escrito. O resumo deve conter entre 120 e 250 palavras, ser escrito em parágrafo único, em fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado. O resumo dos artigos originais devem ser divididos em seções contendo informações que permita ao leitor ter uma ideia geral do artigo, sendo divididos nos seguintes tópicos: objetivos, métodos, resultados e conclusões. O resumo dos relatos de casos deve ser em um único parágrafo. Uma versão em inglês do resumo e das palavras-chaves deve ser fornecido

Palavras-chave: uma linha abaixo do resumo. Em português, independentemente da língua em que o texto foi escrito. Mínimo 3 e máximo 5 palavras-chave, separadas por ponto.

Abstract: duas linhas abaixo das palavras-chave. O abstract deve ser escrito em parágrafo único, Times New Roman, tamanho 12, justificado.

Keywords: uma linha abaixo do abstract. Em inglês, independentemente da língua em que o texto foi escrito. Mínimo 3 e máximo 5 keywords, separadas por ponto.

2) Elementos textuais:

a) **Corpo do texto:** Fonte Times New Roman, tamanho 12; alinhamento justificado; espaçamento de 1,5 entre linhas, simples entre os parágrafos e duplo entre partes do texto;

b) **Títulos das seções:** Fonte Times New Roman, tamanho 12, em caixa alta e negrito;

c) **Citações:** deve-se seguir as normas da ABNT NBR-10520 para citações.

d) **Notas de rodapé:** devem ser restritas ao mínimo indispensável; devem ser numeradas sequencialmente; alocadas ao final da página correspondente. Alinhamento justificado, com espaço simples dentro da nota e entre as notas.

e) **Termos em língua estrangeira** devem ser grafados em itálico. Caso seja preciso destacar alguma palavra ou frase, empregar também o itálico.

f) **Recomenda-se a grafia dos números** de um a dez por extenso, assim como das dezenas e centenas redondas (vinte, trezentos), e a grafia em algarismos para quaisquer idades (50 anos) e períodos de tempo (3 meses, 7 minutos, 80 anos).

g) **Conforme a norma ABNT NBR 14724**, para apresentação de trabalhos acadêmicos, os recursos visuais (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos, quadros e tabelas) devem trazer sua identificação na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e clara. Na parte inferior, deve ser inserida a fonte. Caso o trabalho seja aprovado, poderá ser solicitado o envio dos recursos visuais no formato JPG com resolução acima de 300 dpi.

ESTILO

As abreviaturas devem ser em letras maiúsculas e não utilizar ponto após as letras, ex: US e não U.S. As análises estatísticas devem ser pormenorizadas no tópico referente aos métodos. O uso de rodapé não será permitido, exceto em tabelas. O Corpo Editorial reserva o direito de alterar os manuscritos sempre que necessário para adaptá-los ao estilo bibliográfico da revista.

LITERATURA CITADA

As referências devem ser numeradas consecutivamente à medida que aparecem no texto e depois nas figuras e tabelas se necessárias, citadas em numeral sobrescrito, ex: “Trabalho recente sobre o efeito do ultrassom 22 mostra que...”. Todas as referências devem ser citadas no fim do artigo seguindo as informações abaixo:

1. et al. Não é usado. Todos os autores do artigo devem ser citados.
 2. As abreviações dos jornais médicos devem seguir o formato do Index Medicus.
 3. Trabalhos não publicados, artigos em preparação ou comunicações pessoais não devem ser usadas como referências. Quando absolutamente necessárias, somente citá-las no texto.
 4. Não usar artigos de acesso difícil ou restrito aos leitores, selecionando os mais relevantes ou recentes. Nos artigos originais, o número de referência deve ser limitado em 25 e os relatos de casos e cartas em 10.
 5. A exatidão dos dados da referência é de responsabilidade dos autores.
- As referências devem seguir o estilo ABNT NBR-6023.

AGRADECIMENTOS

Dirigidos às contribuições científicas ou materiais de outros que não justifiquem co-autoria.

ILUSTRAÇÕES

As legendas das ilustrações devem ser digitadas em páginas separadas. Todas as ilustrações devem ser citadas no texto do artigo e numeradas de acordo com aparecimento, ex: figura 3.

TABELAS E GRÁFICOS

As tabelas devem ser digitadas no corpo do texto conforme a disposição do autor e os seguintes símbolos devem ser usados no rodapé: *, †, ‡, †.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE E FINANCIAMENTO DE PESQUISA

O autor deve estabelecer se há relação de conflito de interesse e se há financiamento de pesquisas. Em havendo uma das duas condições, estabelecer e nomeá-las.

ÍNDICE

08

AÇÕES EM SAÚDE NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

KENYDA CRISTINA ALVES DE SOUSA, SUZY DARLEN SOARES DE ALMEIDA

14

CANABIDIOL (CANNABIS SATIVA): ASSOCIADA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS NEUROLÓGICAS E SUA LEGALIZAÇÃO

KARINA MARIA SANTOS NUNES, KAUANE ALVES LANDIN DOS SANTOS, NYCHOLAS CAMARA IBIDE, WEMERSON SOUZA DO NASCIMENTO

22

COMO O USO DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS INFLUENCIA SEU RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

ANDRÉ GONÇALVES ARAÚJO LOPES CALDAS

37

TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇA COM A FINALIDADE DA ADOÇÃO ILEGAL

NELMAURA DA SILVA, CARLOS SILVA

33

UMA ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO USO INSTITUCIONAL DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS AMADORES DE FLAGRANTES POLICIAIS NOS SÍTIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS E G1 GOIÁS

RAFAEL DELFINO RODRIGUES ALVES

47

DISTÚRBIOS DO SONO NO POLICIAL MILITAR

ELINE BARBOSA, SUZY DARLEN SOARES DE ALMEIDA, WALDEMAR NAVES DO AMARAL

RBMC NA VANGUARDA DA FACULDADE DA POLÍCIA MILITAR

“Há tempo de plantar, e há tempo de colher”, já dizia uma assertiva cristã.

De forma inédita, a Fundação Tiradentes promoveu a criação formidável da Faculdade da Polícia Militar (FPM), com preservação do ensino de qualidade associada à manutenção dos valores de nosso povo.

Neste item, a RBMC nasceu para dar a vanguarda científica àquela Faculdade, atendendo as necessidades da produção acadêmica da Polícia Militar e do corpo discente da FPM.

Faculdade instalada após um bom plantio, é hora de começar a colheita dos bons resultados e assim a expectativa de ver na vitrine do Qualis a nossa RBMC.



TEN. CEL. CLEBER APARECIDO SANTOS
DIRETOR - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO TIRADENTES



CEL. WALDEMAR NAVES DO AMARAL
EDITOR-CHEFE DA REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS

AÇÕES EM SAÚDE NA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

HEALTH ACTIONS IN THE CIVIL POLICE OF GOIÁS'S STATE

KENYDA CRISTINA ALVES DE SOUSA¹, SUZY DARLEN SOARES DE ALMEIDA²

RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar as ações desenvolvidas no Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial (NIAB) dos Policiais Civis do Estado de Goiás, desde a sua implantação. A pesquisa quantitativa, descritiva e transversal foi desenvolvida no NIAB-PC, onde as informações foram coletadas nos arquivos dos documentos e banco de dados deste Núcleo, referentes às ações realizadas ou não realizadas em prol da saúde dos Policiais Civis de Goiás nos anos 2014, 2015 e 2016. Dentre as competências a de maior frequência foi o acompanhamento biopsicossocial dos policiais e seus dependentes. O número mais expressivo de atendimentos no Núcleo se refere ao serviço social e psicologia. Nos anos pesquisados, o NIAB-PC desenvolveu dois projetos: em 2014 o Projeto Operação Saúde e em 2016 o Projeto Cores, que estão em andamento até o presente momento. Concluiu-se que das 12 competências do NIAB-PC, oito foram realizadas. Para alcançar 100% das competências que lhe cabem, o Núcleo deve ser fortalecido enquanto recursos e logística. E nesta perspectiva, o policial civil terá mais possibilidades e mais chances de obter saúde e qualidade de vida e, com isso, a comunidade obterá um melhor desempenho deste.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍCIA. PROMOÇÃO DA SAÚDE. PREVENÇÃO E CONTROLE.

ABSTRACT

The objective of this study is to know the actions developed in the Integrated Nucleus of Biopsychosocial Care (NIAB) of the Civil Police of the State of Goiás, since its implementation. The quantitative, descriptive and transversal research was developed in the NIAB-PC, where the information was collected in the archives of the documents and database of this Nucleus, related to the actions taken or not carried out in favor of the health of the Civil Police of Goiás, in the years 2014, 2015 and 2016. Among the most frequent competencies was the biopsychosocial monitoring of police officers and their dependents. The most expressive number of attendances in the Nucleus refers to social service and psychology. In the years surveyed the NIAB-PC developed two projects, in 2014 the Operation Health Project and in 2016 the Color Project, which are in progress up to the present moment. It was concluded that of the 12 competencies of the NIAB-PC, eight were performed. To achieve 100% competencies that fit you the Core must be strengthened while resources and logistics. And in this perspective, the civilian police will have more possibilities and more chances to obtain health and quality of life, and with that the community to obtain a better performance of the same.

KEYWORDS: POLICE. HEALTH PROMOTION. PREVENTION AND CONTROL.

INTRODUÇÃO

O conceito de saúde envolve as dimensões físicas, psíquicas, sociais, econômicas dentre outras, abrangendo compreensões que abarcam um completo bem estar, envolvendo diferentes aspectos humanos e influências conjunturais. Trata-se de uma definição que se estende a um direito fundamental de uma forma equitativa a todos cidadãos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS, 2017).

Buss e Filho (2007) conceituam saúde, sob o ponto de vista do trabalho, como uma condição sem a qual não se

consegue um bom desempenho e produtividade. Tratam a saúde do trabalhador como um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Nesta acepção, consideram a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico (BUSS; FILHO, 2007). E Minayo-Gomes e Thedin-Costa (1997) a caracterizaram como um conjunto de práticas interdisciplinares e interinstitucionais aderidas aos avanços da medicina preventiva, medicina social

1. Escrivã de polícia, graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera, Especialista em Ciências da Segurança Pública pela Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública/ Universidade Estadual de Goiás. kenydasousa@gmail.com

2. Nutricionista, Especialista em Nutrição em Saúde Pública, Mestre em Ciência Animal - Higiene e Tecnologia dos Alimentos e Doutora em Ciências em Saúde, pela Universidade Federal de Goiás.

e saúde pública, com suas raízes fincadas na Medicina Social latino-americana.

Heloani e Capitão (2003) constataram que a qualidade de vida do trabalhador, especialmente daquele que vive no terceiro mundo, vem degradando dia após dia. Doenças restritas a certos nichos empresariais tornaram-se comuns a todos e espalharam-se como as doenças infectocontagiosas, tornando impossibilitados para o trabalho milhares de trabalhadores.

Os problemas de saúde afetam boa parte da sociedade em todas as profissões e na atividade policial isto não é diferente. Trata-se de uma profissão que é considerada estressante, cuja rotina expõe o policial a situações de muito estresse, colocando-o como frequente alvo de enfermidades, devido ao contato contínuo com atividades de risco cotidianas, em um meio de conflito, no limite da marginalidade e criminalidade (SANCHEZ-MILLA; SANZ-BOU; APELLANIZ-GONZALEZ; PASCUAL-IZAOLA, 2001). O apoio insuficiente, as longas jornadas de trabalho, a baixa perspectiva de promoção, os rituais, os procedimentos desnecessários, a incerteza e a insegurança são causas gerais que potencializam a saúde deficiente no trabalho (FONTANA, 1994).

Somando a esses fatores, o baixo número de publicações e o pouco estímulo de estudos nesta área também dificultam o planejamento de ações voltadas à saúde do policial. Até pouco tempo atrás havia escasso interesse em estudos sobre policiais, conforme levantamento da produção brasileira em saúde e trabalho feito por Mendes (2003). Neste estudo, com um recorte de tempo de 1950 até 2002, foram encontrados 860 trabalhos científicos sobre saúde do trabalhador, dentre os quais apenas cinco trabalhos se relacionaram à saúde do policial.

Cogita-se que estudos com este tema são mais recentes e progressivos quanto ao número de publicações no país e no mundo. Saúde e trabalho sob o aspecto dos policiais têm ocupado um lugar de destaque, tanto no âmbito da organização policial quanto nas universidades brasileiras e estrangeiras. Isso em razão da peculiaridade da função, a qual possui uma série de características evidentemente perigosas e pelo momento histórico vivido pela sociedade a partir da democracia, no qual se coloca em discussão a prática das polícias, entre outros assuntos, antes condenados ao silêncio (PELACCHI, 1999).

A valorização e a atenção dos sintomas que se repetem antes da ocorrência da doença são fundamentais para a garantia da qualidade de vida no trabalho diário do servidor (FRANÇA; RODRIGUES, 1997). Graf (1986) já demonstrava que os policiais com menor nível de estresse usavam serviços de apoio externo à polícia para lidar com o cotidiano do trabalho, sugerindo a integração com o ambiente social como um fator importante para a melhora da qualidade de vida e por consequência, da saúde.

Nesta perspectiva, é relevante considerar a importância das adequações das condições de trabalho e dos equipamentos dos policiais e, ainda, adequações na legislação para implantar serviços ou programas sociais de saúde e educacionais. Com o intuito de garantir o seu bom funcionamento, uma vez que, a polícia é sedimentada em uma série de normas que dão sustentação à sua existência (PELACCHI, 1999).

No que tange à manutenção de saúde dos trabalhadores, entende-se que são necessários esforços no sentido de garantir a viabilidade de ações promotoras e preventivas em saúde do trabalhador policial. Dentre elas: o investimento na contratação de profissionais das áreas das ciências humanas e da saúde (atuação junto aos servidores e avaliação do cotidiano dos policiais) e o estabelecimento de políticas públicas em saúde oportunizando o repensar permanente dos agentes da segurança pública acerca de sua relação com o trabalho (DEJOURS, 1997).

As polícias civis são integradas por servidores públicos com funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, conforme consta do artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Prestam serviços essenciais à sociedade, cuidando dos piores dramas da população, porém quem cuida da polícia? (BALESTRERI, 2003).

As próprias instituições devem realizar este papel, mas até pouco tempo estas atividades eram mais cobradas aos trabalhadores com regime celetista e não aos servidores públicos. Atualmente, os governos, de maneira geral, estão procurando estruturar serviços de atendimento aos servidores públicos, em particular os policiais (MELO, 2001).

Atendendo a esta proposta, a Polícia Civil do Estado de Goiás instituiu o Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial da Polícia Civil (NIAB-PC), composto por uma equipe multidisciplinar formada por profissionais da área de saúde, incluindo o apoio psicossocial (assistência social e psicologia) e o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). O objetivo deste Núcleo é melhorar a atenção à saúde do Policial Civil e propiciar ações de acompanhamento biopsicossocial individual e coletivo, considerando a necessidade da promoção da qualidade de vida no trabalho, conforme portaria 381 (GOIAS, 2014).

Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar as ações desenvolvidas no Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial da Polícia Civil do Estado de Goiás (NIAB-PC), desde a sua implantação.

MÉTODOS

A pesquisa quantitativa, descritiva e transversal foi desenvolvida no NIAB-PC, onde as informações foram coletadas nos arquivos dos documentos e banco de dados deste Núcleo, referentes às ações realizadas em prol da saúde dos Policiais Cíveis do Estado de Goiás, nos anos 2014, 2015 e 2016.

Para tanto, foram elencadas as competências do NIAB-PC, conforme consta da Portaria 381 (GOIÁS, 2014), e enumeradas em sequência de um a doze. Na coleta de dados, as competências foram sinalizadas quanto a sua realização ou não realização.

As ações realizadas foram quantificadas, exceto duas delas, as denominadas 7 e 8 que não foram individualizadas nos controles existentes. A ação 1 refere-se aos atendimentos distribuídos por categoria profissional da saúde, realizados nas dependências do NIAB-PC, pela sua equipe multiprofissional. No que diz respeito às demais ações aferidas, são resultados apresentados pelo projeto desenvolvido no NIAB-PC, por intermédio de visitas nas unidades da Polícia Civil do Estado Goiás.

Os resultados foram tabulados e quantificados em números absolutos e relativos e apresentados por categorias em sua totalidade e por ano de realização, por meio de uma estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da metodologia aplicada e dos resultados encontrados, estão apresentadas na Tabela 1 a lista das competências realizadas e não realizadas durante o período de 2014 a 2016.

Observa-se que 8/12 (67%) das competências existentes na portaria foram desenvolvidas. Nestas competências, a denominada 1 foi a de maior percentual (85%). Isto deve-se ao fato das atividades desenvolvidas envolverem atendimento mais específico por equipe multiprofissional. Ressaltando que os dados desta competência referem-se aos anos de 2015 e 2016, uma vez que não foram localizados nos bancos de dados os atendimentos referentes a 2014. Já as demais ações desenvolvidas são referentes a todo o período de 2014 a 2016.

No que tange às competências denominadas 7 e 8, foi verificado que ambas ocorreram durante a realização da competência 1. Tais competências não foram quantificadas individualmente. Já neste caso pode ser explicado pelo desenvolvimento de várias ações em um único atendimento.

Entretanto a mensuração destas atividades é de suma importância para o planejamento e desenvolvimento de ações de saúde. Assim, sugere-se que seja criado mecanismo de controle de todas as ações desenvolvidas.

Os atendimentos por categoria profissional realizados no NIAB-PC estão discriminados na Tabela 2, por especialidade nos anos de 2015 e 2016. Nesta tabela, percebe-se que o maior número de atendimentos refere-se ao serviço social (38% em 2015 e 37% em 2016). Isto pode ser explicado devido ao fato do atendimento de serviço social preceder os demais e englobar, no quantitativo, os atendimentos presenciais e à distância por telefone.

Um alto número de atendimentos também foi observado pelo serviço psicológico, com um percentual próximo ao do serviço social. Embora o número de atendimentos seja semelhante ao do serviço social, o serviço de psicologia apresenta um maior número

de psicólogos em comparação aos demais profissionais da saúde do núcleo, resultando em um maior número de atendimentos, situação que pode ser considerada como um possível fator influenciador.

O NIAB-PC, em 2015 contava com três psicólogos, no entanto após setembro de 2016 esse número foi reduzido para dois. Quanto aos demais profissionais, em 2015 e 2016 a equipe contava com um fisioterapeuta, dois assistentes sociais, um enfermeiro e um técnico em engenharia, segurança e medicina do trabalho.

Faz-se necessário destacar o número de atendimentos realizados pela enfermagem em maio de 2016, que realizou o maior número de atendimentos nos anos discriminados na tabela. Este número pode ser justificado pela não quantificação dos atendimentos nos meses precedentes, sugerindo a possibilidade de acúmulo de anotações no referido mês. Neste caso os dados podem sugerir alguma demanda oculta, que necessita de maior aprofundamento e estudo.

Diante dos dados obtidos, percebe-se um maior número de atendimentos por determinados profissionais em meses específicos (setembro, outubro e novembro) caracterizando demandas específicas e coletivas. Desta forma, os dados encontrados sugerem a investigação mais aprofundada das situações vivenciadas por policiais civis nos meses apontados em futuros estudos, que poderão elucidar situações de risco e identificar a causa da demanda e, por conseguinte, traçar ações de planejamento que minimizem estas causas.

Nos anos pesquisados, o NIAB-PC desenvolveu dois projetos: o Projeto Operação Saúde e o Projeto Cores, que estão em andamento até o momento.

O primeiro, Projeto Operação Saúde é considerado o mais importante desenvolvido pela equipe, sendo iniciado em 2014 com vistas a sensibilizar os policiais civis aos cuidados necessários com a saúde. Neste projeto foram planejadas visitas a contemplar as unidades policiais do Estado de Goiás, porém suas ações foram realizadas em somente três cidades: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. Em todas as cidades foram contempladas as Delegacias Regionais. Além disso, na primeira cidade foram contempladas 26 Delegacias Distritais, 19 Delegacias Especializadas, Diretoria da Polícia Civil e Instituto de Identificação; na segunda cidade, as sete Delegacias Distritais e as quatro Delegacias Especializadas; e a última cidade ainda não incluiu as demais unidades.

Durante essas visitas a equipe do NIAB-PC, visando a incrementação da saúde ocupacional, avaliou as condições, as estruturas, as relações sociais e os demais aspectos organizacionais pertinentes a cada unidade. Informou aos servidores quanto aos métodos de notificação de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, e divulgou a importância e a finalidade do uso de equipamentos de proteção individual adequados a cada atividade, priorizando a segurança no trabalho. Foram

oferecidos os serviços de aferição da pressão arterial, teste de glicemia, cálculo do IMC (índice de massa corpórea), medida da circunferência abdominal, ginástica laboral. Também foram colhidas informações sobre saúde física e mental, aplicação de questionários relacionados com a saúde e as relações interpessoais no trabalho, que poderão auxiliar em futuras ações.

A Tabela 3 demonstra os resultados das pesquisas realizadas no desenvolvimento do Projeto Operação Saúde, junto aos servidores da Polícia Civil, por cargo, nos anos de 2014 a 2016. Dentre os voluntários da pesquisa, nota-se uma população predominante de agentes de polícia (38% dos servidores), grupo no qual se observa uma maior incidência de sobrepeso (27%).

Em estudo realizado por Minayo, Assis e Oliveira (2011) com policiais civis do Rio de Janeiro, ao se avaliar índice de massa corpórea, constatou-se uma alta taxa de sobrepeso (41,7%), resultados que vão de encontro ao caracterizado no presente estudo.

Quanto às patologias encontradas, as que incidem com maior frequência são as dores musculares, aqui representadas sobretudo pelas Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho (DORT), presentes na maioria dos servidores (47%), especialmente nos escrivães (64%).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE, mostrou que em 2013, 3.568.095 trabalhadores disseram ter tido diagnóstico de LER/DORT. Há décadas, dentre as doenças ocupacionais, são as mais frequentes nas estatísticas da Previdência Social (MINISTERIO DO TRABALHO/FUNDACENTRO 2017).

Os sintomas de estresse são significativos entre os servidores aqui estudados (45%). Os escrivães, novamente, são os mais acometidos apresentando a maior prevalência (56%), muito próxima das taxas vistas nos delegados (53%). Observa-se, ainda, que todos os servidores, independente do cargo, fazem atendimento psicológico (23%), sendo os maiores índices entre os datiloscopistas (39%) e os menores índices entre os administrativos (17%). Os demais cargos atingiram percentual entre 21% e 26%.

Nesta perspectiva do quadro encontrado, Gil-Monte (2005) aponta algumas atitudes comportamentais que o indivíduo deve adotar na busca da prevenção de doenças: a) aprender a ter uma melhor adaptação à realidade cotidiana; b) ter um controle sobre as emoções; c) buscar o equilíbrio na vida pessoal e social; d) fazer uma agenda de trabalho adequada ao limite pessoal; e) trabalhar em um clima agradável; f) procurar estar sempre se atualizando profissionalmente; g) manter um bom relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho.

O segundo projeto, com fulcro na demanda de atendimento no NIAB-PC, nas constatações feitas por intermédio do projeto Operação Saúde e em assuntos abordados em campanhas nacionais, em setembro do ano de 2016, foi iniciado sob a denominação de Projeto Cores, com a finalidade

de informar e sensibilizar os servidores a respeito dos seguintes temas: Hipertensão, Diabetes, DORT, Alcoolismo, Tabagismo, Drogas ilícitas, Obesidade e Sedentarismo, Estresse, Depressão e Suicídio, Câncer de mama, Câncer de Próstata e AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Os temas são abordados mensalmente e em cada mês é atribuída uma cor específica. Durante cada mês foram realizadas ações voltadas para o tema em questão, com o objetivo de despertar o interesse dos servidores sobre a importância em realizar exames periódicos, por meio de orientação e conscientização sobre tais doenças e hábitos comuns. Os dados referentes às ações realizadas no projeto descrito não foram repassadas para esta pesquisa.

As pesquisas publicadas quanto às ações em saúde são escassas para profissionais em segurança pública, dificultando a comparação dos dados aqui encontrados com o de outras realidades. Dos estudos encontrados, a sua maioria é voltada para os policiais militares, sendo o policial civil pouco estudado neste tema.

Desta forma, há uma necessidade emergente de mais estudos voltados para este tema, a fim de conhecer as ações com resultados positivos neste público, uma vez que os policiais civis vivem em zona de risco e com bastante estresse no seu cotidiano. A responsabilidade e pressão inerentes ao cargo de servidores na área de segurança pública aliado à falta de cuidados com a saúde podem facilmente levá-los ao adoecimento.

O empenho por parte da equipe do NIAB-PC em propiciar aos servidores da Polícia Civil do Estado de Goiás a promoção de uma melhor qualidade de vida, por meio da disseminação de uma cultura de prevenção, mesmo não contando com um número de profissionais suficientes, reflete o aumento da procura por parte dos servidores em utilizar os serviços que o NIAB-PC pode oferecer.

Percebe-se, portanto, uma urgência em estruturar a Coordenação de Proteção à Saúde do Servidor da Polícia Civil do Estado de Goiás, tanto nas instalações como na disponibilização de profissionais para compor a equipe do NIAB-PC, visando intensificar as ações que promovam cuidados com a saúde, bem como a conscientização do servidor policial, pois este presta serviço de grande relevância para a sociedade.

A Instituição Polícia Civil não pode ser constituída por profissionais fragilizados sob os aspectos físico e emocional. A sociedade, por sua vez, necessita de policiais qualificados em todas as esferas de atuação, capazes de promover verdadeiramente a manutenção da paz e da ordem pública. Do contrário, este desiderato não será alcançado com excelência e proficiência.

Neste contexto, o NIAB-PC deve ser fortalecido no que diz respeito a recursos e logística para alcançar 100% da realização de todas as competências que lhe cabem. E nesta perspectiva, o policial o civil terá mais possibilidades e mais chances de obter saúde e qualidade de vida.

COMPETÊNCIAS	REALIZAÇÃO		QUANTIDADE	
	Sim	Não	N	%
1. Promover o acompanhamento biopsicossocial individual e coletivo dos profissionais, aposentados ou não e de seus dependentes legais	X		5825	85
2. Incrementar a saúde ocupacional avaliando as condições, a estrutura, as relações sociais e os demais aspectos organizacionais pertinentes	X		61	1
3. Participar da capacitação dos profissionais de segurança pública envolvidos nas atividades do Projeto Qualidade de Vida		X	0	0
4. Realizar pesquisas, estudos e levantamento de dados que contribuam para a análise e avaliação da qualidade dos profissionais da Polícia Civil, bem como de informações sobre o projeto	X		813	11
5. Implementar um programa de preparação dos profissionais em processo de aposentadoria, reserva remunerada ou reforma		X	0	0
6. Realizar intervenções sistemáticas nos locais de trabalho, a fim de minimizar o impacto das tentativas de suicídio, suicídios e outros incidentes críticos		X	0	0
7. Avaliar e, se for o caso, encaminhar sugestão de restrição do uso de arma de fogo nos casos de incidentes críticos ou ocorrências de risco	X		0	0
8. Promover o acompanhamento psicossocial à família e aos colegas de equipe em caso de morte ocasionada por acidente de trabalho ou suicídio	X		0	0
9. Realizar campanhas e ações abrangendo atividades de conscientização, prevenção, educação e orientação para prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais	X		61	1
10. Implantar métodos de notificação de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais	X		61	1
11. Programar e realizar os exames periódicos dos profissionais da Polícia Civil do Estado de Goiás		X	0	0
12. Divulgar a importância e a finalidade do uso de equipamentos de proteção individual adequados a cada atividade, priorizando a segurança no trabalho	X		61	1
TOTAL	8	4	6872	100

TABELA 1. Distribuição das competências realizadas pelo Núcleo de Atenção Biopsicossocial da Polícia Civil do Estado de Goiás, anos 2014 a 2016.

Fonte: NIAB (2016)

Legenda: número % percentual X marcação que o caso requer

PROFISSIONAL DA SAÚDE	JAN		FEV		MAR		ABRI		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		TOTAL		
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
2015																											
Psicologia	57	67	54	63	43	22	69	32	41	26	52	34	102	42	97	42	118	35	97	30	130	39	64	43	924	37	
Serviço Social	28	33	32	37	75	38	66	31	63	39	53	34	80	33	81	35	147	43	162	51	147	44	25	17	959	38	
Enfermagem	0	0	0	0	25	13	33	15	26	16	15	10	30	12	40	17	30	9	24	8	10	3	16	11	249	10	
Fisioterapia	0	0	0	0	53	27	45	21	30	19	35	23	33	13	14	6	44	13	36	11	49	15	44	30	383	15	
Sub-total	85	100	86	100	196	100	213	100	160	100	155	100	245	100	232	100	339	100	319	100	336	100	149	100	2515	100	
2016																											
Psicologia	68	75	61	27	121	39	28	61	80	20	107	27	60	28	104	34	128	41	101	30	100	27	89	29	1047	32	
Serviço Social	9	10	96	42	138	44	18	39	109	27	149	38	104	49	126	42	150	48	147	43	106	29	70	23	1222	37	
Enfermagem	6	7	5	2	0	0	0	0	180	45	49	12	32	15	42	14	36	11	60	18	120	33	77	25	607	18	
Fisioterapia	8	9	64	28	55	18	0	0	30	8	90	23	16	8	31	10	0	0	31	9	40	11	69	23	434	13	
Sub-total	91	100	226	100	314	100	46	100	399	100	395	100	212	100	303	100	314	100	339	100	366	100	305	100	3310	100	
TOTAL	176		312		510		259		559		550		457		535		653		658		702		454		5825		

TABELA 2. Atendimentos por categoria profissional realizados no Núcleo de Atenção Biopsicossocial da Polícia Civil do Estado de Goiás nos anos de 2015 e 2016.

Fonte: NIAB (2016)

Servidores por cargo Características	Delegado		Escrivão		Agente		Dactilosc.		Papilosc.		Adm.		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Servidores por cargo	75	9	227	28	306	38	36	4	9	1	150	19	803	100
Características														
Hipertensão	10	13	20	9	41	13	5	14	0	0	41	27	117	15
Sobrepeso	18	24	43	19	83	27	0	0	0	0	1	1	145	18
Obesidade	3	4	11	5	38	12	0	0	0	0	1	1	53	7
Diabetes	4	5	3	1	9	3	0	0	0	0	9	6	25	3
Dor(LER/DORT ; Muscular; etc)	29	39	145	64	122	40	18	50	4	44	62	41	380	47
Acidente de trabalho	5	7	3	1	25	8	0	0	1	11	8	5	42	5
Registro do Acidente de Trabalho	0	0	0	0	6	2	0	0	1	11	4	3	11	1
Estresse	40	53	128	56	138	45	15	42	1	11	38	25	360	45
Estresse por causa do trabalho	31	41	102	45	98	32	7	19	1	11	6	4	245	31
Fazem atendimento psicológico	16	21	59	26	65	21	14	39	2	22	25	17	181	23
Afastamento por problemas ocupacionais	5	7	29	13	29	9	1	3	0	0	14	9	78	10
Fazem alongamentos antes ou durante as atividades	27	36	88	39	125	41	26	72	4	44	89	59	359	45
Realizam pausas durante as atividades	44	59	99	44	161	53	28	78	5	56	93	620	430	54

TABELA 3. Características epidemiológicas e comportamentais encontradas nos servidores da Polícia Civil do Estado de Goiás, por cargo, referente aos anos de 2014 a 2016.

Fonte: NIAB (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão deste estudo, verifica-se que o Núcleo de Atenção Biopsicossocial da Polícia Civil do Estado de Goiás realizou oito das suas doze competências.

No alcance deste resultado, o fator limitante desta pesquisa relacionou-se ao banco de dados, uma vez que os dados referentes às atividades realizadas não estavam contemplados em sua totalidade, subestimando os dados aqui apresentados para algumas das competências.

Sugere-se que os dirigentes da instituição invistam em recursos físicos, humanos e logísticos junto à Coordenação de Proteção à Saúde do Servidor, onde está estruturado o NIAB-PC, a fim de que este Núcleo alcance êxito em seus resultados.

Diante de uma melhor estruturação e valorização do NIAB-PC, recomenda-se que suas ações sejam ampliadas para contemplar todos os policiais civis do Estado de Goiás. Por outro lado, suas ações deverão ser descritas e quantificadas com maior rigor e veracidade para um melhor planejamento de ações futuras.

REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, R. B. Direitos Humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: Nova Era, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2016/2/pesquisadores-da-fundacentro-comentam-sobre-a-lerdort>>. Acesso em: 17 mai.2017.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: Revista Saúde Coletiva [online]. 2007, vol.17, n.1, pp.77-93. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>>. Acesso em: 17 mai.2017.
- DEJOURS, C. O Fator Humano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FONTANA, D. Estresse: faça dele um aliado e exercite a autodefesa (2ª ed). São Paulo: Saraiva, 1994.
- FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1997.

- GIL-MONTE, P. R. Validade Fatorial do the Maslach Burnout Inventory (MBI-HSS) Among Spanish professionals. Revista Saúde Pública, 2005.
- GOIÁS. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. Portaria nº 381, de 16 de abril de 2014. Institui o Núcleo Integrado de Atenção Biopsicossocial-NIAB. Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil, 2014.
- GRAF, F. A. A relação entre apoio social e estresse ocupacional entre policiais. Journal of Police Science and Administration, (1986).
- HELOANI, J. R.; CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 17, n. 2, p. 102-108, jun. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200011>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- MENDES, R. Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho, publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. Rev. Bras. Med. Trabalho, 1(2), 87-118, 2003.
- MELLO, C. A. B. Curso de Direito Administrativo, 13ª edição. São Paulo: Malheiros, 2001.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). Ciênc. saúde coletiva [online]. 2011, vol.16, n.4, pp.2199-2209. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>>. Acesso em: 3 abr.2017.
- MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1997.
- OPAS/OMS - Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_joomlabook&task=display&id=210&Itemid=232>. Acesso em: 08 de fev. 2017.
- PELACCHI, A. J. Enfoque sobre as estratégias policiais nas sociedades contemporâneas. Unidade, Porto Alegre, 1999.
- SANCHEZ-MILLA, J. J.; SANZ-BOU, M. A.; APELLANIZ-GONZALEZ, A.; PASCUAL-IZAOLA, A. (2001). Polícia e estresse laboral. Estressor organizacional como causa de doença psiquiátrica. Revista de La Sociedad Española de Salud Laboral em La Administración Pública, SESLAP, 2001.

CANABIDIOL (CANNABIS SATIVA): ASSOCIADA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS NEUROLÓGICAS E SUA LEGALIZAÇÃO

CANABIDIOL (CANNABIS SATIVA): ASSOCIATED IN THE TREATMENT OF NEUROLOGICAL DISEASES AND ITS LEGALIZATION

KARINA MARIA SANTOS NUNES¹, KAUAENE ALVES LANDIN DOS SANTOS², NYCOLAS CAMARA IBIDE³, WEMERSON SOUZA DO NASCIMENTO⁴

RESUMO

Uso medicinal da Maconha (Cannabis Sativa) é tão antigo quanto à empregada como droga ilícita. Sabe-se que a Cannabis Sativa é composta por mais de 400 substâncias, abrange 60 tipos de canabinóides, dentre os quais dois se destacam pela finalidade terapêutica: o tetrahidrocannabinol (THC) e o canabidiol (CDB). O THC, não obstante seus efeitos medicinais, possui efeitos cognitivos e psicológicos conhecidos como "alucinógeno" da planta, origina uma limitação ao seu uso. No entanto, o CDB vem recebendo expressiva atenção da medicina. Isso por causa dos seus benefícios em diversas patologias e por não causar, a princípio, dependência química. Objetivo do presente estudo foi levantar quanto a evidências científicas sobre a utilização da maconha (Cannabis Sativa) para fins medicinais e aos aspectos relacionados à legalização desta prática. Tratou-se de uma revisão bibliográfica, a qual foi estruturada com base nos artigos indexados nas bases de dados Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) publicados entre o período de 2000 a 2017, considerando os descritores Canabinóides, Maconha, Cannabis Sativa, Drogas Sintéticas, Propriedades terapêuticas. A revisão possibilitou verificar que alguns estudos mostram que Cannabis Sativa para fins medicinais por meio da comprovada eficácia na colaboração do tratamento de doenças como Esclerose Múltipla, Epilepsia entre outras doenças. Foi possível levantar que poucos estudos que investigaram as consequências neurotóxicas de longo prazo do uso de Cannabis Sativa, e que no Brasil, necessita de avanços relacionados ao tema, considerando que em alguns países tais como Inglaterra e Estados Unidos, o paciente tem o direito por lei de fazer o uso desse princípio ativo para fins medicinais, o futuro do uso terapêutico da maconha está associado com o desenvolvimento de substâncias puras, e não com o fumo da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: CANABINOIDES. CANNABIS SATIVA. DROGAS SINTÉTICAS. MACONHA. PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS, DOENÇAS NEUROLÓGICAS; LEIS.

ABSTRACT

Medical use of cannabis (Cannabis sativa) is as old as that used as an illicit drug. It is known that cannabis sativa is composed of more than 400 substances, it comprises 60 types of cannabinoids, among which two stand out for the therapeutic purpose: tetrahydrocannabinol (THC) and cannabidiol (CBD). THC, despite its medicinal effects, has cognitive and psychological effects known as "hallucinogen" of the plant, causes a limitation to its use. However, the CBD has received significant attention from medicine. This is because of its benefits in several pathologies and because it does not cause, at first, chemical dependence. Objective of the present study was to investigate the use of marijuana (Cannabis Sativa) for medicinal purposes and aspects related to the legalization of this practice. It was a bibliographical review, which was structured based on the articles indexed in the Latin American Literature in Health Sciences (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Virtual Health Library (VHL) databases published between the period from 2000 to 2017, considering the descriptors Cannabinoids, Marijuana, Cannabis Sativa, Synthetic Drugs, Therapeutic properties. The review made it possible to verify that some studies show that Cannabis Sativa for medicinal purposes by means of the proven effectiveness in the collaboration of the treatment of diseases such as Multiple Sclerosis, Epilepsy among

1. Biomédica, Especialista em Ciências Forenses - Perícia Criminal - IESC E-mail: kaanunes@hotmail.com

2. Advogada, Especialista em Ciências Forenses - Perícia Criminal - IESC E-mail: kauane.landin@hotmail.com

3. Biomédico, Especialista em Ciências Forenses - Perícia Criminal - IESC E-mail: n.ibide@hotmail.com

4. Biólogo, Bacharel em Direito, Especialista em Ciências Forenses - Perícia Criminal - IESC E-mail: wemerson.nascimento@gmail.com

other diseases. It was possible to conclude that few studies that investigated the long-term neurotoxic consequences of Cannabis Sativa use, and that in Brazil, need related advances, considering that in some countries such as England and the United States, the patient has the right to law to make use of this active principle for medical purposes, the future of the therapeutic use of marijuana is associated with the development of pure substances, not with tobacco smoke.

KEYWORDS: CANNABINOIDS. CANNABIS SATIVA. SYNTHETIC DRUGS. MARIJUANA. THERAPEUTIC PROPERTIES, NEUROLOGICAL DISEASES; LAWS.

INTRODUÇÃO

O Canabidiol (CBD) é uma substância química que corresponde a 40% dos extratos da planta Cannabis sativa. No Brasil, assim como em boa parte do mundo, seu uso medicinal era proibido, pois a substância é associada a seu efeito psicoativo, mas, apesar da imagem negativa, o uso medicinal da erva é extremamente antigo e, em países onde seu uso já era legalizado, inúmeros os tratamentos possíveis com a substância. (INFARMUSP, 2017).

Cannabis Sativa, mais popularmente conhecida como maconha, é uma droga ilícita e de abuso mais usada em todo mundo, o que justifica o aumento das pesquisas em relação ao sistema canabinoide nos últimos 15 anos. A forma de consumo varia desde a inalação de sua fumaça por meio de cigarro ou incensos. Pode ser também ingerida sob a forma de chá ou comprimida (WATSON; BENSON, 2000).

É uma planta da família das Canabináceas, cultivada em várias regiões do mundo. Existem registros do uso dessa planta na China, que remontam a 2800 a.C. Desde essa época, a planta era utilizada de diversas formas, inclusive na medicina oriental, tem sido cultivada pelo homem há mais de 5.000 anos, seja para a obtenção de fibras para manufatura têxtil, seja para fins medicinais ou recreacionais (SMITH, 2005).

Nas últimas décadas, muitas descobertas importantes sobre a Cannabis Sativa foram realizadas, mas muitos mitos e incertezas ainda persistem. Uma parte bem enraizada do folclore sobre a Cannabis Sativa é que somente a planta fêmea fornece a resina ativa, mas as plantas (macho e fêmea) produzem, aproximadamente, as mesmas quantidades de canabinoides e possuem o mesmo grau de atividade (NAHAS, 2004).

Alves et al. (2012) afirma que o uso da maconha nada mais é do que as folhas e as flores (principalmente do topo das flores) secas da Cannabis Sativa. Geralmente “a erva” é fumada, mas também pode ser ingerida. Se “fumada”, em poucos segundos seus efeitos são sentidos, enquanto se ingerida, os efeitos surgem entre 30 e 60 minutos.

De acordo a pesquisa de Arendt et al., (2004) relata que os usuários que fumam cigarros feitos artesanalmente pelos próprios usuários/traficantes, o uso da Cannabis Sativa geralmente é intermitente e limitado; no entanto, estima-se que 10%

dos que experimentaram Cannabis Sativa tornam-se usuários diários e 20% a 30% a consomem semanalmente, sendo que com o uso contínuo, alguns órgãos como o pulmão passam a ser afetados mais seriamente.

De acordo com Hall (2009), relata em estudo que os principais efeitos adversos do uso agudo da Cannabis Sativa são: ansiedade e pânico, especialmente em novos usuários; sintomas psicóticos. Os efeitos crônicos incluem: síndrome de dependência, que se desenvolve em cada 10% dos usuários; bronquite crônica e comprometimento da função respiratória e desenvolvimento de psicose.

Devido à contínua exposição com a fumaça tóxica da droga, o sistema respiratório do usuário começa a apresentar problemas como bronquite e perda da capacidade respiratória. Além disso, por absorver uma quantidade considerável de alcatrão, presente na fumaça de Cannabis Sativa, os usuários da droga estão mais sujeitos a desenvolver o câncer de pulmão. Alguns autores sugerem que os danos causados pela Cannabis Sativa, por seus efeitos nocivos não serem tão óbvios como o de outras drogas de abuso (WARD et al., 2012).

Cary (2010), afirma que este tema é particularmente importante para profissionais de saúde, pois os maiores prejuízos relacionados ao uso da Cannabis Sativa são os transtornos mentais que acabam sendo relacionados com o consumo, abuso e dependência desta droga. Inúmeros estudos têm associado o uso crônico de maconha com o aumento das taxas de ansiedade, depressão, bipolaridade e esquizofrenia.

De acordo com pesquisa de Degenhardt, (2003) nos últimos anos, começou-se a investir em pesquisas buscando avaliar a amplitude dos efeitos do uso desta droga. A Cannabis Sativa é um componente causal que interage com outros componentes causais, tais como uma vulnerabilidade genética, condições ambientais e de neurodesenvolvimento.

Os sintomas da dependência dos efeitos psicotrópicos da planta incluem agitação, insônia, irritabilidade, náusea e câimbras. Pesquisas também mostram que a Cannabis Sativa não causa dependência física (como cocaína, heroína, cafeína e nicotina) e que a suspensão do uso não causa síndrome de abstinência (como o álcool e a heroína) (PETERSEM, 2004).

Carlini (2005) descreveu em suas pesquisas que em uma Convenção Única da ONU sobre Entorpecentes (Narcóticos), de 1961, colocou a Cannabis Sativa e a heroína como “drogas particularmente perigosas” para o ser humano. De lá para cá os conhecimentos científicos avançaram muito e constatou-se que a Cannabis Sativa não é uma droga narcótica (como a morfina, a heroína, o ópio e outras) e nem é particularmente perigosa a ponto de comparar-se à heroína.

Tendo em vista que alguns estudos mostra a utilização da Cannabis Sativa para fins medicinais por meio da comprovação eficácia no tratamento de doenças como o glaucoma, esclerose múltipla entre outras doenças. O trabalho mostra sua relevância uma vez que este levantara informações atualizadas a fim de contribuir para ampliar discussões, não apenas quanto a propriedades terapêuticas mais também em quanto à legalização referida substância para fins terapêuticos (CONRAD, 2001; CARLINI; MATTOS, 2011).

A ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no primeiro semestre de 2017, registrou o primeiro medicamento à base de Cannabis Sativa para o tratamento da espasticidade moderada a grave, sintomas relacionados ao diagnóstico de esclerose múltipla, mas não é indicado para o tratamento de epilepsia, pois um de seus componentes, o THC, pode potencializar as crises epiléticas (ANVISA, 2017).

Existe a Associação Brasileira para Cannabis (ABRA-Cannabis), uma associação que integra profissionais de várias áreas, como farmacêuticos, médicos, psicólogos, sociólogos entre outros, para promover a inclusão social e o respeito aos pacientes que utilizam Cannabis de forma medicinal. Para isso, a associação apoia a pesquisa científica e a educação e a representação social nas políticas públicas, além de apoio jurídico a pacientes e pesquisadores. (INFARMUSP, 2017).

O presente estudo teve por objetivo levantar quanto a evidências científicas sobre a utilização da Cannabis Sativa para fins medicinais, quanto aos aspectos relacionados à legalização desta prática, assim como discorrer quanto aos principais efeitos que justificariam sua legalização ou permanência da proibição.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão da literatura, desenvolvida por meio de fontes indexadas nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE).

Buscou-se por artigos em português e inglês, publicados entre o período de 2000 a 2017, considerando os descritores: Canabinóides sintéticos, Maconha, Cannabis Sativa, Drogas

Sintéticas. Além desses descritores foram analisados trabalhos que tratavam sobre as questões legais da utilização da Cannabis Sativa para fim medicinais.

No total foram eleitas 36 publicações que se adequaram as características e objeto do estudo, os quais foram analisados quanto à frequência e procedência das principais áreas de conhecimento, ano de publicação, foco de interesse do estudo.

USO HISTÓRICO DA CANNABIS SATIVA PARA FINS MEDICINAIS

Cannabis Sativa é uma planta que apresenta grande potencial terapêutico, apesar de suas propriedades psicotrópicas. Esta planta vem sendo utilizada, há séculos, pela humanidade para diversos fins, tais como, alimentação, rituais religiosos e práticas medicinais (WEBBER, 2003).

Julien (2008), em seu estudo que o primeiro relato o uso medicinal da planta Cannabis Sativa foi atribuído aos chineses, que descreveram os potenciais terapêuticos desta planta no Pen-Ts'ao Ching (considerada a primeira farmacopeia conhecida do mundo) há 2000 anos. Os assírios, cerca de 300 anos atrás, consideravam a Cannabis como o principal medicamento de sua farmacopeia e a chamavam de acordo com seu uso: qunnabu, quando a planta era utilizada em rituais religiosos; azallu, um termo medicinal assim como hemp; gan-zi-gun-nu, o qual significava "a droga que extrai a mente".

Na medicina o uso da Cannabis Sativa é antigo, mas talvez uma das situações mais relevantes que marcam a sua entrada no mercado farmacêutico foi a que aconteceu nos anos 90. Onde oficiais ingleses começaram a notar algo frequente acontecendo nos julgamentos de pessoas portando marijuana (Cannabis Sativa), um alto número de pacientes com esclerose múltipla justificava o consumo alegando que a erva trazia relaxamento muscular e aliviava a dor (MUOTRI, 2016).

No trabalho realizado por Di Marzo et al. (2004), os autores concordam que nos anos 80, a capacidade do composto ativo da Cannabis Sativa e de seus análogos sintéticos de estimular o apetite e reduzir náuseas e vômitos estimulou o seu uso em pacientes com câncer.

Schneir et al. (2011), relata que desta maneira que o uso da Cannabis Sativa na quimioterapia pode ser eficiente em pacientes apresentando náuseas e vômitos, sintomas que não são controlados com outros medicamentos.

Zhornitsky e Potvin (2012), alega que existem evidências de pesquisas em animais e em humanos indicam que a Cannabis Sativa pode produzir um efeito analgésico importante. Porém, mais estudos devem ser feitos para estabelecer a magnitude e a duração deste efeito, nas diversas condições clínicas, salienta-se que sua utilização é exclusivamente para uso terapêutico, jamais para recreação.

ÁREA DE ATUAÇÃO DA *CANNABIS SATIVA* NO ORGANISMO

Os canabinóides sintéticos representam o mais recente avanço das designers drugs (drogas de desenho) ou “drogas de síntese”. Esses produtos são fármacos criados ou modificados mediante alterações da estrutura molecular de substâncias previamente conhecidas, cujo uso recreativo tem a finalidade de burlar as leis existentes (CARY, 2010).

A concentração de compostos psicoativos (canabinóides) na *Cannabis Sativa* é uma função de fatores genéticos e ambientais, mas outros fatores que causam variações no conteúdo psicoativo da planta devem ser considerados, tais como, o tempo de cultivo (maturação da planta) e tratamento da amostra (secagem, estocagem, extração e condições de análise) (NAHAS, 2004).

Com a descoberta de receptores específicos para os canabinóides (CB1 e CB2), pesquisadores identificaram canabinóides endógenos ou endocanabinóide, onde os receptores canabinóides CB1 encontram-se distribuídos em muitas áreas do sistema nervoso central, principalmente nos gânglios basais, cerebelo, hipocampo, córtex, amígdala e núcleo accumbens. Já os receptores CB2 não são encontrados no sistema nervoso central, sendo localizados em áreas periféricas como, por exemplo, células do sistema imunológico (SPINELLA, 2001).

Apenas recentemente, porém, foram clonados os alvos celulares das substâncias canabinóides, que foram denominados receptores CB. Ao mesmo tempo, devido ao seu papel no controle da ingestão alimentar e balanço energético, vem crescendo a atenção no potencial terapêutico das substâncias que interferem com o sistema endocanabinóide endógeno (DI MARZO et al., 2004).

Nos últimos anos, vem surgindo um grande interesse nos efeitos terapêuticos do CBD isolado, sendo explorado para diversas condições como o câncer, ansiedade, doenças imunológicas, doenças cardiovasculares e doenças neurológicas. Estudos mostram que os indivíduos têm iniciado o uso bem mais cedo e a concentração de delta9-tetrahydrocannabinol (THC), principal substância psicoativa presente na maconha está 30% maior do que há 20 anos (HALL; DEGENHARDT, 2009).

Da *Cannabis Sativa*, em seu estado natural, podem ser produzidas duas drogas ilícitas, ou seja, substância psicoativa de ação perturbadora do sistema nervoso central: a maconha (ou marijuana) e o haxixe (hash). A substância ativa com poder narcótico presente na *Cannabis Sativa* é o THC (tetrahydrocannabinol), que embora esteja presente em todas as partes da planta, encontra-se mais concentrada nas flores e resinadas plantas fêmeas (CHRISTIE; VAUGHAN, 2001).

A ciência agora caminha para encontrar outras aplicações para os componentes ativos da maconha. Entre 400 substâncias

que compõem a cannabis, apenas duas têm comprovadamente efeitos terapêuticos: o tetrahydrocannabinol (THC) e o canabidiol (CARLINI, 2004).

O termo canabinóides é usado para substâncias derivadas da *Cannabis Sativa* e para compostos sintéticos capazes de atuar direta ou indiretamente em receptores canabinóides. Dentre os outros canabinóides isolados da planta estão: Canabidiol (CBD), Canabicromeno (CBC) e Canabigerol (CBG). Embora estes compostos tenham estruturas químicas similares (Figura 1), eles podem causar diferentes ações farmacológicas. As suas propriedades farmacológicas dependem principalmente da interação com componentes do sistema endocanabinóide, incluindo os receptores canabinóides e as enzimas de síntese de degradação de endocanabinóides (PISANTI, S., et al., 2017).

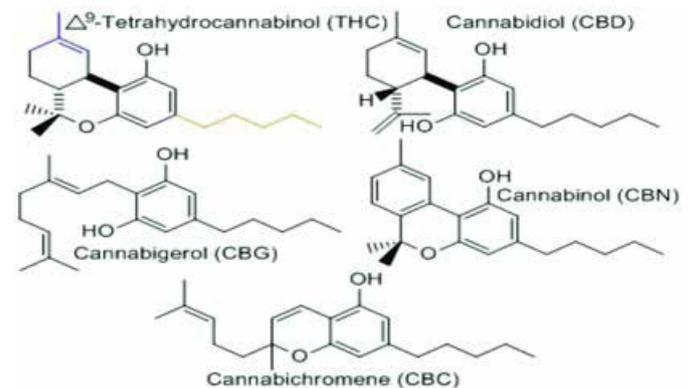


Figura 1. Fórmula Química tetrahydrocannabinol. Fonte: PISANTI, S., et al., 2017.

Outra afirmação discutível é que houve aumento do teor do princípio ativo da maconha (9 tetrahydrocannabinol = Δ⁹-THC) por modificações genéticas e que este aumento seria responsável pela maior toxicidade da planta. Esta afirmativa foi baseada no fato de que com seleção genética a maconha pode conter até 20-30% do Δ⁹ – THC. Mas o Ganjáh, a famosa maconha indiana (a planta apenas era coletada de forma especial – não havia nenhuma manipulação genética) conhecida desde o século XIX, já possuía elevados teores de Δ⁹ – THC (CARLINI et al., 2002).

Cary (2010), traz que sob o efeito do THC, os batimentos cardíacos aumentam, a boca fica seca e os olhos ficam avermelhados. Geralmente, há uma sensação de euforia, seguida de relaxamento e riso fácil. No entanto, a pessoa tem dificuldade em calcular tempo e espaço, e tem diminuída sua capacidade de atenção e memória, embora possa haver grande fluxo de ideias, geralmente mais rápidas do que a capacidade de expô-las.

Importante lembrar que os efeitos variam de acordo com a qualidade e quantidade de substância da *Cannabis Sativa* ingerida, assim como varia de pessoa para pessoa. Nem todos

os usuários dessas substâncias tornam-se dependentes (WENDE; SCHÄPER, 2011).

O uso contínuo de THC pode ter consequências graves, tanto para a saúde física como para a psicológica. Fisicamente, o usuário tem maior chance de desenvolver câncer no pulmão e garganta, tosse crônica, isquemia cardíaca, diminuição de testosterona (homens), entre outras doenças. Dificuldades de aprendizagem, de memorização e falta de motivação são os efeitos psíquicos mais comuns do uso de substâncias derivadas de cannabis sativa (DI MARZO; MATIAS, 2005).

De acordo com Russo (2003), alega que não se deve, portanto, atribuir todos os efeitos da Cannabis Sativa a um único princípio ativo, o Δ^9 -THC. Por outro lado, nega-se cada vez mais o tão falado poder indutor de dependência pelo Δ^9 -THC.

Na década de 1990 o próprio governo americano solicitou à ONU (e foi atendido) que esta substância fosse reclassificada para uma lista de substâncias menos perigosas, no que diz respeito à indução de dependência e também devido a suas propriedades terapêuticas (BONFÁ et al., 2008).

Schneir e colaboradores (2011) relata em sua pesquisa, que médicos especialistas em oncologia e alguns pacientes defendem o uso da Cannabis Sativa, sendo que ou do Δ^9 -THC (seu principal componente psicoativo), como agente antiemético, mas, quando comparada com outros agentes terapêuticos, a Cannabis Sativa tem um efeito menor do que os fármacos já existentes. Contudo, seus efeitos podem ser aumentados quando associados com outros antieméticos.

Em seus estudos Zhornitsky e Potvin (2012), aponta que os pacientes que poderiam ser beneficiados com o uso dessa droga seriam aqueles em uso de quimioterapia, em pós-operatório, com trauma raquimedular (lesão da coluna vertebral com acometimento da medula), com neuropatia periférica, em fase pós-infarto cerebral, com AIDS, ou com qualquer outra condição clínica associada a um quadro importante de dor crônica.

Do ponto de vista médico, as drogas de abuso ou uso recreacional são classificadas conforme sua forma de agir no cérebro, podendo ser divididas entre as depressoras, estimulantes da atividade cerebral e as alucinógenas (LEMOS; ZALESKI, 2004).

O funcionamento neuronal pode ser alterado pelo uso de qualquer droga com consequente modificação do desempenho das funções cerebrais, tais como todo o processo do pensamento normal, sensopercepção, atenção, concentração, memória, sentimentos, emoções, coordenação motora, nível intelectual, entre outras (MATTOS et al., 2004).

Auwarter e colaboradores (2009) afirma que o uso medicinal da Cannabis Sativa hoje é permitido em alguns estados americanos e em países como Holanda e Bélgica,

para aliviar sintomas relacionados ao tratamento de câncer, AIDS, esclerose múltipla e síndrome de Tourette (que causa movimentos involuntários).

Rossi (2014) afirma que a Cannabis Sativa não cura o câncer ou AIDS, o que ela faz com eficiência é aliviar o sofrimento decorrente dessas doenças. A partir de 1975, os médicos perceberam que o THC ajudava a superar crises provocadas pela quimioterapia, tratamento que busca controlar os tumores cancerígenos. O mal-estar que decorre da quimioterapia pode se tornar intolerável se não for controlado e há pacientes que não conseguem dar continuidade ao tratamento.

EFEITOS ADVERSOS DA CANNABIS SATIVA

Segundo Alves e colaboradores (2012) refere-se que as reações adversas decorrentes do uso recreativo (não médico) da Cannabis Sativa seria fator impeditivo para a aprovação do seu emprego medicinal e completaram a posição contrária ao dizerem que a maconha não tem efeitos terapêuticos efetivamente comprovados. Pois são argumentações impróprias, pois se pensar apenas nas consequências nefastas do uso não médico da morfina deveríamos então não permitir seu uso médico.

De acordo com Petersen (2004), expõe em seus estudos que os efeitos adversos da Cannabis Sativa podem ser divididos em duas categorias: os efeitos do hábito de fumar a planta e os causados pelas principais substâncias isoladas (canabinóides). O fumo crônico da maconha provoca alterações das células do trato respiratório e aumenta a incidência de câncer de pulmão entre os usuários. Um dos efeitos associados ao longo tempo de exposição aos canabinóides é a dependência dos efeitos psicoativos com a cessação do uso.

Seu uso prolongado em certas circunstâncias causa dependência psicológica, e pode levar ao consumo de outras drogas. Por ser uma poderosa droga psicotrópica e alucinogênica, seu uso indiscriminado é perigoso. E tanto no passado como no presente, os efeitos da Cannabis Sativa no cérebro não são devidos somente ao Δ^9 -THC e sim a uma mistura de várias substâncias canabinóides (CARLINI et al., 2002).

Em 2003 a própria Organização Mundial de Saúde solicitou novamente que o Δ^9 -THC fosse considerado ainda menos indutor da dependência. Não se pode, portanto, chegar a conclusões simplistas de que “como agora o teor do Δ^9 -THC na Cannabis Sativa é maior (o que não é verdade no Brasil, dado aqui não ser feita seleção genética) a droga representa maior perigo”. Isto seria distorcer a realidade dos fatos (LEMOS; ZALESKI, 2004).

De acordo com Petta (2005), relata que os próprios efeitos da Cannabis Sativa ainda são incertos e podem ser contraditórios, como explica o farmacologista Isaltino Marcelo Conceição, do Instituto Butantã. “O THC é um depressor, mas quando a

Cannabis Sativa (maconha) é consumida em grupo costuma trazer euforia”.

Segundo Carlini (2004), cita que existe ainda hoje um “mito” popular que afirma que a Cannabis Sativa “mata” neurônios. Subestimada e também mitificada, a ocorrência de neuro toxicidade causada pelo consumo em humanos permanece uma questão em aberto.

Rossi (2014), afirma que embora já tenham sido feitos testes neurofisiológicos e eletrofisiológicos sugerindo confusão no processamento de informações, com efeitos como incapacidade de concentrar a atenção e ignorar estímulos irrelevantes, que poderiam ser vistos como evidências do potencial da Cannabis Sativa para produzir deficit cognitivos devido a sua atuação em áreas cerebrais envolvidas na memória de curto prazo, não se sabe ainda se estes efeitos são irreversíveis, e existem pesquisas indicando que são reversíveis após algumas semanas de suspensão do uso de Cannabis Sativa.

LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS SATIVA PARA FINS MEDICINAIS NO BRASIL E NO MUNDO.

As drogas já estão na vida da humanidade há milhares de anos. Além do uso por conta da religiosidade, também se utilizam as drogas pelo aspecto medicinal, pois algumas propiciam alívios importantes, como o anestesiamento, no caso do ópio e da morfina, reduzindo a sensação de dor. No entanto, como toda descoberta, também existe o lado negativo, que nesse caso foi o uso indiscriminado dessas substâncias para fins recreativos ilícitos. Isso criou o ciclo de dependência psíquica e física, fazendo com que o usuário necessite de doses cada vez mais fortes e provoque, em vários casos, a destruição do seu organismo (DELGADO, 2001).

De acordo com Laranjeira (2015), refere-se que a legalização da Cannabis Sativa, especificamente, foi um dos temas mais debatidos no ano de 2014. E esse debate que a sociedade brasileira começou a fazer resalta pontos positivos e negativos dessa possibilidade, mas muitos acreditam que o Brasil ainda não está preparado para uma mudança dessa magnitude.

Em paralelo ao debate sobre a legalização da Cannabis Sativa, cresce o número de pesquisas a respeito do potencial médico de substâncias presentes na planta. Câncer, glaucoma e esclerose múltipla são algumas das doenças para as quais o uso terapêutico da droga já é permitido em 22 estados dos Estados Unidos, o último deles foi a Flórida (CARLINI, 2014).

De acordo com a nova medida, pessoas acima de 21 anos podem ter em posse, transportar, comprar e usar até uma onça (28 gramas) de maconha (mas não em locais públicos) e ter até seis plantas em casa. Centros de pesquisa como o Instituto Brookings alertam que a legalização da maconha tem consequências internacionais importantes, porque questionam

a validade dos tratados de drogas da ONU assinados pelos Estados Unidos e sua política global antidrogas (CARLINI, 2014).

No Uruguai, o governo vê a legalização da maconha como forma de combater o narcotráfico e as drogas pesadas. Nos EUA, os estados de Colorado e Washington legalizaram a Cannabis Sativa e reconheceram-na como possível colaboração no tratamento de doenças (câncer, epilepsia e glaucoma). Neles, todo paciente precisa de um atestado médico para conseguir obter o documento que permite a compra da maconha devidamente autorizado e legalizado. Contudo, aqueles que não têm esse documento conseguem comprar por meio de amigos de modo ilícito (ALVES; GARCIA, 2015).

Desta feita, após breve análise do comportamento de alguns países em relação à maconha, cabe a indagação: e no Brasil? Com a atual legislação, é possível a permissão para uso da maconha para fins terapêuticos? E recreativos? A lei que regula a matéria é a 11.343/06 – Lei de Drogas. Por se tratar de uma norma penal em branco (ela não define o que se entende por drogas e quais substâncias seriam assim compreendidas), verifica-se que o complemento que lhe dá total eficácia no plano penal é a Portaria 344/98 da ANVISA (por tratar-se de um complemento cuja natureza é a de ato administrativo, tem-se que estamos diante de uma norma penal em branco heterogênea) (BRASIL, 2016).

Referida Portaria estabelece quais substâncias são definidas como drogas e possuem, portanto, proibição quanto à comercialização, prescrição, transporte, entre outros, evidente que a maconha faz parte deste rol. Portanto, em uma análise superficial, tem-se proibida qualquer conduta que realize o núcleo penal dos dezoito verbos descritos no artigo 33 caput da Lei nº 11.343/06 que, se praticada, caracteriza o delito de traficância. Vale consignar que se trata de um crime de conteúdo variado ou então de ação múltipla, como também é conhecido (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014).

Porém, no artigo 31 da referida lei, desse mesmo diploma legal, abre uma pequena e restrita exceção:

É indispensável a licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observadas as demais exigências legais (BRASIL, 2016).

Ou seja, a partir do momento em que o legislador inseriu a opção “para qualquer fim”, abriu possibilidade para eventuais ginásticas interpretativas. Porém, não se pode afastar do centro de gravidade delimitado pelo tipo penal. Daí que o pedido precisa ser justificado de forma convincente à autoridade judiciária comprovando a necessidade excepcional de fazer uso da

maconha, para fins terapêuticos. A justiça brasileira concedeu, recentemente, liminar para importar medicamento derivado da Cannabis Sativa, que apresentou eficácia no bloqueio de convulsões de uma criança portadora de uma forma grave de epilepsia (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014).

É evidente, destarte, que não se defende a possibilidade de requerer autorização para plantar maconha para fim recreativo, ou mesmo para obter lucro. Trata-se de uma hipótese restrita, específica (poder-se-ia defender uma “possibilidade com eficácia inter-partes”, somente atingindo quem eficientemente requereu) para justificar um tratamento que possa, ainda que em tese, ser controlado por meio da prescrição da Cannabis Sativa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014).

Recentemente vem ocorrendo em nosso meio uma discussão emocional sobre o uso medicinal da Cannabis Sativa e de seus derivados. Essa desagradável situação é resultante de uma moção aprovada por mais de uma centena de participantes do Simpósio Internacional: por uma Agência Brasileira da Cannabis Medicinal, realizado em São Paulo em maio de 2010 (CARLINI & MATTOS, 2011).

Segundo dados expressos no Jornal Folha de São Paulo (2011), relata que usos medicinais da Cannabis Sativa declararam-se contrários à proposição, afirmando que os favoráveis ao seu uso “têm uma ideia fixa: a legalização das drogas”, ou seja, trouxeram confusão ao considerar que a aprovação do uso médico seria o mesmo que a legalização da maconha – fatos totalmente diversos de modo a confundir o uso terapêutico com acompanhamento médico e prescrito com o uso indiscriminado e “recreativo”.

Na Espanha em 2010 ao ser aprovado um novo medicamento à base de extrato de Cannabis Sativa por via oral, assim declarou a Ministra da Saúde da Espanha: “[...] o uso terapêutico da Cannabis é estudado há anos, por isso existem ‘testes clínicos e evidências científicas’ de sua utilidade em tratamentos de determinadas doenças”. O produto foi utilizado pela primeira vez no Canadá e, desde então, foi importado à Espanha (ESTADÃO, 2014).

Conforme estudo de Rossi (2014) o uso da Cannabis Sativa pode ser terminante, pois em uma pesquisa americana feita pela Universidade Harvard, cerca de 70% dos cancerologistas perguntados responderam que recomendariam o uso da erva natural se esta fosse legalizada. Quase metade (40%) disse que o aconselhava, mesmo sendo ilegal. Nesse mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde reconheceu a Cannabis Sativa natural como medicamento em seu uso prescrito.

É difícil comprovar os efeitos porque os estudos clínicos nos quais se acompanha de perto o comportamento de um usuário ainda são muito poucos. Também atrapalha o fato de a Cannabis Sativa ser usada frequentemente, em combinação

com o álcool e com o tabaco. Por último, o obstáculo que parece ser o dilema decisivo atualmente: o da ilegalidade da droga. Como separar a Cannabis Sativa que pode curar daquela que está misturada às mazelas sociais do vício e do tráfico? Quando for possível dar uma resposta a essa questão, vai ficar mais fácil conhecer melhor as suas virtudes e os seus defeitos (PETTA, 2005).

Finalizando, apenas por intermédio de uma nova lei federal, que venha expressamente autorizar o uso medicinal da maconha, mediante cumprimento de diversos requisitos, é que seria eficaz para permitir referido tratamento. Contudo, caso a vontade do legislador seja tornar atípica a conduta em relação à maconha, não se faz necessária a lei federal. Basta que seja retirada a Cannabis Sativa da lista de substâncias proibidas da Portaria da ANVISA, (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que profissionais da saúde devem manter-se abertos a novas possibilidades de tratamentos para doenças que têm opções farmacológicas limitadas ou que as opções disponíveis apresentam mais riscos do que benefícios ao estado de saúde do paciente. A ANVISA reconhece a Cannabis Sativa como planta medicinal e registrou o primeiro medicamento a base desta planta para tratamento espasticidade moderada a grave.

Apesar de apresentar atividades terapêuticas comprovadas por pesquisas, o efeito colateral, isto é, a psicoatividade, ainda funciona como um obstáculo quanto à utilização da planta Cannabis Sativa com finalidade terapêutica. Com isso, existe uma indispensável busca por informações mais detalhadas acerca do perfil químico da planta Cannabis Sativa e dos canabinóides sintéticos utilizados, dos seus efeitos em seres humanos, inclusive sobre o desempenho em atividades como a condução de veículos, por exemplo, assim como sobre sua toxicidade e da possível tolerância e dependência.

Com essas informações em posse, será possível obter uma maneira de controlá-las com a eficiência, a urgência e o rigor que o problema exige, com a criação de instrumentos legais adequados e atualizados.

Apesar das evidências que o consumo terapêutico da Cannabis Sativa pode melhorar a sintomatologia e conseqüentemente a qualidade de vida de determinados grupos de doentes, continua a existir a questão da ilegalidade do consumo desta droga, sendo o seu uso uma atividade criminosa punida por Lei, a questão de ser uma substância que gera preconceito pela sua comercialização, e o estigma que ela ainda instiga na nossa sociedade, são necessários debates amplos com a finalidade de mudança de atitudes, pensamentos e Leis baseadas em estudos com evidências científicas, no sentido de proteger os

interesses destes doentes, considerando os aspectos morais, éticos e clínicos.

Inúmeras pesquisas relatadas nesse trabalho mostram as consequências maléficas do uso da Cannabis Sativa, que vão desde baixo rendimento nos estudos até alterações hormonais, no entanto, é grande o interesse da comunidade científica sobre os compostos canabinóides presente na Cannabis Sativa, em virtude de apresentarem um grande espectro de atividades biológicas. O referido interesse se deve, principalmente, ao fato do composto químico da Cannabis Sativa ser extremamente complexa e ainda não estar perfeitamente compreendido. O futuro do uso terapêutico da maconha está associado com o desenvolvimento de substâncias puras, e não com o fumo da mesma.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. O.; SPANIOL, B.; LINDEN, R.; Canabinóides Sintéticos: Drogas de Abuso Emergentes. *Revista Psiquiatria. Clínica.* online, vol. 39, n. 4, pp. 142-148. ISSN 0101-6083, 2012.
- ALVES, M. M.; GARCIA, M. D. O.: Os Crimes de Drogas no Anteprojeto de Reforma Penal e os Custos da Proibição. *Revista da ESMESC.* V. 20, n. 26, 2015.
- ANVISA, Portaria 344/98. 2016. Disponível em: http://www.saude.pi.gov.br/uploads/divisa_document/file/272/Manual_da_Portaria_344_de_12_de_maior_de_1998.pdf. Acesso em: 12 nov. 2016.
- ARENDRT, M.; MUNK, J.; Heavy, P.; Cannabis Users Seeking Treatment - Prevalence of Psychiatric Disorders. *Soc. Psychiatry Psychiatr Epidemiol.* 39 (2): pg. 97-105. 2004.
- AUWARTER, V.; DRESEN, S.; WEINMANN, W.; MULLER, M.; FERREIROS, M.N.; "Spice" and Other Herbal Blends: Harmless Incense or Cannabinoid Designer Drugs? *J. Mass Spectrom.* 44:832-7, 2009.
- BRASIL, Lei de Drogas 11.343/06. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 10 de nov. 2016.
- BONFÁ, L.; VINAGRE, R. C.O.; FIGUEIREDO, N.V. Uso de Canabinóides na Dor Crônica e em Cuidados Paliativos. *Revista Brasileira Anestesiologia.* 58, pg. 267-279, 2008.
- CARLINI, E. A.; A História da Maconha no Brasil. Em: *Cannabis Sativa L. e Substâncias Canabinóides em Medicina.* Eds.CRL Balieiro Editores, p 4-13, São Paulo, 2005.
- CARLINI, E. A.; GALDUROZ, J.C.F.; NOTO, A.R.; NAPPO, S.A.I.; Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. CLR Balieiro Editores Ltda. São Paulo, 2002.
- CARLINI, E.A.; Riscos e Promessas da Cannabis. *Scientific American Brasil* 26, 59-65, 2004.
- CARLINI, E. L. A.; MATTOS, P. E. O.; Cannabis Sativa I (Maconha): Medicamento que Renasce? *Brasília Med.*, 48 (4): pg. 409 - 415, 2011.
- CARY, P.; Spice, K2 and the Problem of Synthetic Cannabinoids. *National Drug Court Institute.* 6 (1):1-2, 2010.
- CHRISTIE, M. J.; VAUGHAN, C.W.; Neurobiology: Cannabinoids act Backwards. *Nature*; 410:527-30, 2001.
- CONRAD, C.; Hemp - O Uso Medicinal e Nutricional da Maconha. *Record, Rio de Janeiro, RJ,* tot. p. 384, 2001.
- DEGENHARDT, L.; The link Between Cannabis use and Psychosis: Furthering the Debate. *Psychol Med.* 33 (1): 3-6, 2003.
- DELGADO, R. M.; A legalização das Drogas Resolveria o Problema? 2001. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/469/A-legalizacao-das-drogas-resolveria-o-problema>. Acesso em: 10 de jan. 2015.
- DI MARZO, V.; BIFULCO, M.; PETROCELLIS, L.; The Endocannabinoid System and its Therapeutic Exploitation. *Nat. Rev. Drug Disc.* 3:771-84, 2004.
- DI MARZO, V.; MATIAS, I.; Endocannabinoid Control of Food Intake and Energy Balance. *Nat. Neurosci.* 8:585-9, 2005.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Ronaldo R. Laranjeira, Ana Cecília P. Roselli Marques - Opinião - Tendências/Debates. *Lobby da Maconha.* São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/psf/opiniao/fz2008201007.htm>. Acesso em: 18 out. 2016.
- HALL, W.; DEGENHARDT, L.; Adverse Health Effects of Non-medical Cannabis Use. *Lancet.* 374:1383-91, 2009.
- HONORIO, K. M.; ARROIO, A.; SILVA, A. B. F.; Aspectos Terapêuticos de Compostos da Planta Cannabis Sativa. *Química Nova online.* Vol. 29, n. 2, pp. 318-325. ISSN 1678-7064. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422006000200024>, 2006. Acesso em: 10 jul. 2017.
- JULIEN, R. M.; A Primer of Drug Action: a Concise, Nontechnical Guide to the Actions, Uses and Side Effects of Psychoactive Drugs. W. H. Freeman and Company: New York, 2008.
- LARANJEIRA, R.; Legalização de Drogas no Brasil: Em Busca da Racionalidade Perdida. 2013 Artigo. Disponível em: <http://www.sobresites.com/dependencia/pdf/LegalizacaoXRacionalidade.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2017.
- LEMONS, T.; ZALESKI, M.; As Principais Drogas: Como elas Agem e Quais os seus Efeitos. *Adolescência e Drogas.* São Paulo: Editora, Contexto, pg. 16-29, 2004.
- MATTOS, P.; ALFONO, A.; ARAÚJO, C.; Avaliação Neuropsicológica. Em: *Bases Biológicas dos Transtornos Psiquiátricos;* Porto Alegre, Editora Art-med. pg.149-155, 2004.
- MUOTRI, A.; O Mercado Futuro de Cannabis Médico. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/blog/espinal/autor/alysson-muotri/1.html> acesso em: 04 set. 2017.
- NAHAS, G. G.; *Marihuana in Science and Medicine,* Raven Press: New York, 2004.
- OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino. *Uso Terapêutico da Cannabis Sativa.* Revista jusbrasil online, abril, 2014. Disponível em: <https://eudesquintino.jusbrasil.com.br/artigos/129516801/uso-terapeutico-da-cannabis-sativa>. Acesso em: 10 jul. de 2017.
- PETERSEN, R. C.; *Marijuana Research Findings,* Maryland. Department of Health and Human Services, 2004.
- PETTA, R.; Quando a Maconha Cura. *Revista,* 2005. Disponível em: <http://super.abril.com.br/saude/quando-maconha-cura-441119.shtml>. Acesso em: 03 set. 2017.
- ROSSI, T.; Remédio Feito à Base de Maconha Pode Chegar ao Brasil. In: *Unidade de Pesquisas em Alcool e Drogas – Dependência Química. Remédio feito a base de maconha pode chegar ao Brasil,* 2011. Disponível em: http://www.uniad.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5377:remedio-feito-a-base-de-maconha-pode-chegar-ao-brasil&catid=29:dependencia-quimica-noticias&Itemid=94. Acesso em: 18 set. 2017.
- RUSSO, E. B.; Cannabis is More to Than Simply 9-tetrahydrocannabinol. *Psychopharmacology,* 165, 431-432, 2003.
- SCHNEIR, A. B.; CULLEN, J.; BINH, T. L.; "Spice" Girls: Synthetic Sannabinoid Intoxication. *J. Emerg. Med.* 40 (3): 296-9, 2011.
- SMITH, R.; Recent Advances in the Development and Research of CB1 Antagonists. *Drugs,* 8:55-63, 2005.
- SPINELLA, M.; *The Psychopharmacology of Herbal Medicine: Plant Drugs That Alter Mind, Brain and Behavior.* Londres, Inglaterra, The MIT. Press, 2001.
- WARD, P. B.; SOLOWIJ, N.; PETERS, R.; OTTON, J.; CHESTERN, G.; GRENYER, B.; An MRI Study of Brain Volumes in Long-term Cannabis Users. *J Psychopharmacol.* 16 (Suppl 3): A56. 2012.
- WATSON, S. J.; BENSON, J. A.; JOY, J. E.; Marijuana and Medicine: Assessing the Science Base: a Summary of the 1999 Institute of Medicine Report. *Arch Gen Psychiatry.* 57 (6), 547-52, 2000.
- WEBBER, J.; Energy Balance in Obesity. *Proc. Nutr. Soc.* 62:539-43. 2003.
- WENDE, M.; SCHAPER, J.; Qualitative and Quantitative Analysis of Synthetic Cannabinoids in Smoking Mixtures of the "Spice" Type Using LC-MS/MS. *Toxichem Krimtech.* 78 (specialissue), 297-301, 2011.
- Pisanti, S.; Malfitano, A.M.; Ciaglia, E.; Lamberti, A.; Ranieri, R.; Cuomo, G.; Abate, M.; Faggiana, G.; Proto, M.C.; Fiore, D.; Laezza, C.; Bifulco, M. *Cannabidiol: State of the Art and New Challenges for Therapeutic Applications.* *Pharmacol Ther.* 2017 Jul;175:133-150. doi: 10.1016/j.pharmthera.2017.02.041. Epub. Feb 22. 2017.

COMO O USO DE REDES SOCIAIS DIGITAIS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS INFLUENCIA SEU RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

ANDRÉ GONÇALVES ARAÚJO LOPES CALDAS¹

RESUMO

O artigo se propõe a compreender como o uso de redes sociais digitais por um órgão público, ligado à segurança, influencia ou não o relacionamento desta instituição com a sociedade. O objeto do estudo é a análise das redes sociais oficiais – Facebook e Instagram – da Polícia Militar do Estado de Goiás, no período compreendido entre setembro de 2016 a fevereiro de 2017, pelo método de pesquisa de análise de conteúdo, uma vez que permitirá interpretar o conteúdo de documentos, textos, postagens, entre outros. O estudo demonstra que o trabalho da Assessoria de Comunicação da instituição militar nessa seara, apesar de ser recente, necessita aprimorar alguns quesitos como, por exemplo, aperfeiçoar a interatividade no ambiente online para conseguir um engajamento mais proveitoso com os usuários por meio desses canais.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. RELACIONAMENTO. REDES SOCIAIS. FACEBOOK. INSTAGRAM.

ABSTRACT

The article proposes to understand how the use of digital social networks by a public agency, linked to security, influences or not the relationship of this institution with society. The object of the study is the analysis of the official social networks - Facebook and Instagram - of the Polícia Militar do Estado de Goiás, in the period between September 2016 and February 2017, by the content analysis research method, since it will allow interpreting the content of documents, texts, posts, among others. The study demonstrates that the work of the Communications Office of the military institution in this area, although recent, needs to improve some issues, such as improving the interactivity in the online environment to achieve a more beneficial engagement with users through these channels.

KEYWORDS: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. RELATIONSHIP. SOCIAL NETWORKS. FACEBOOK. INSTAGRAM.

INTRODUÇÃO

As relações entre organizações – privadas ou públicas – e a sociedade, se modificaram com o passar dos anos; a todo instante surgem novas demandas, haja visto que, atualmente, as pessoas participam ativamente de todo o processo de comunicação do início à entrega do produto ou serviço.

O advento de ferramentas tecnológicas é um dos fatores que contribuiu com essas transformações metodológicas, a ponto de fixar novas condutas às corporações, as quais, ou já se adaptaram ou encontram-se em processo de adequação à nova realidade do uso desses mecanismos.

Outro aspecto relevante para que essas novas concepções sejam admitidas, especialmente pelos órgãos públicos, é o advento da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de

18 de novembro de 2011 – comumente chamada de LAI, que entre outros aspectos propõe os procedimentos a serem observados para garantir o acesso às informações previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988.

O tema desse trabalho é, portanto, extremamente atual, uma vez que observa a adequação de um órgão público (Polícia Militar do Estado de Goiás) frente a matérias relativamente recentes à comunicação pública brasileira, entre elas: o mundo digital e a legislação mais avançada.

Deste modo, tendo em vista a atual conjuntura da sociedade, em que o uso de internet se tornou essencial, é fundamental que as empresas e os órgãos públicos identifiquem o mundo digital como uma oportunidade e ferramenta à sua disposição para informar, esclarecer e até mesmo “vender o seu produto”.

1. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica de Goiás e em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira.

Nota-se que diversas entidades públicas já fazem uso dessas inovações tecnológicas para estreitar o relacionamento com a sociedade e com o seu público interno.

A Polícia Militar do Estado de Goiás enfrenta esse tema há alguns anos e recentemente procurou se adequar a essas demandas ao aplicar algumas dessas ferramentas, sobretudo, o uso de redes sociais, como: Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Whatsapp, tanto para atender a comunidade, como os seus servidores. Essa adaptação auxiliou sobremaneira o gerenciamento de algumas crises e geram agenda setting².

Nesse sentido, tendo em vista que esse projeto tem como objetivo verificar como o uso de redes sociais digitais pela Polícia Militar do Estado de Goiás influencia seu relacionamento com a sociedade, o método de pesquisa utilizado será a análise de conteúdo, já que se trata de um conjunto de instrumentos metodológicos por meio de etapas (pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação) usados para interpretar o conteúdo de documentos/textos, entre outros.

Essa pesquisa terá como embasamento teórico os preceitos desenvolvidos por Mattelart, já que, na obra *O Carnaval das Imagens*, busca-se o entendimento do receptor sobre o que ele consome dos meios de comunicação. Assim, a tônica destes estudos recai sobre o receptor e suas problemáticas comunicológicas. Nessa perspectiva, portanto, evidencia-se o “reconhecimento do sujeito e da pertinência de uma teoria que parte das concepções deste último, de sua subjetividade” (MATTELART e MATTELART, 1989) para pensar uma possível troca comunicativa, na produção de sentidos em meio aos processos de codificação e decodificação das narrativas midiáticas.

A análise de conteúdo, portanto, é uma técnica que tornará a pesquisa mais tangível e permitirá compreender adequadamente o alcance da comunicação nas redes sociais oficiais de um órgão público junto à população de modo a compreender a influência desse relacionamento pelos meios digitais. Complementam o estudo a pesquisa bibliográfica e documental de textos relacionados ao tema com o objetivo de melhor entender o referido assunto.

O objeto empírico da pesquisa é composto pelas postagens realizadas nas redes sociais oficiais – Instagram e Facebook – da Polícia Militar do Estado de Goiás, no período compreendido entre setembro de 2016 a fevereiro de 2017, uma vez que durante esses meses ocorrerão eventos considerados de grande proporção como: eleições, festas de final de ano e carnaval. É importante entender que a análise dessas redes durante

eventos maiores permitirá um diagnóstico mais efetivo da interação com o usuário, pois nesses momentos o trabalho fim da corporação – segurança pública – fica mais evidente, o que poderá refletir na participação do cidadão nas redes sociais e propiciará, portanto, um campo de observação mais proveitoso.

O objetivo geral será verificar se a instituição militar aplica algum tipo de critério (como por exemplo, a escolha de temas para as publicações ou até o número de postagens por dia) ao se relacionar com a sociedade por essas ferramentas e de que forma essa interação contribui ou não para a comunicação do órgão.

Em relação ao tema, a pesquisa se estrutura da seguinte forma: a primeira etapa é um breve histórico da instituição em estudo; a contextualização da realidade da corporação, que completa 159 anos em julho de 2017; o esclarecimento de como efetivamente esse trabalho ocorre na Assessoria de Comunicação da Polícia, além de entender quem são os profissionais que a compõe.

Posteriormente, é exposto um breve estudo sobre as redes sociais, além de demonstrar alguns exemplos de comunicação pública desenvolvida por órgãos públicos que corroboram com a ideia do uso desse meio para chegar à população, ou seja, em geral, o que esses órgãos têm feito.

No terceiro momento será possível ver como esse trabalho tem sido produzido pela Polícia Militar do Estado de Goiás, notadamente no que diz respeito a duas redes sociais específicas: Facebook e Instagram. E, por fim, será demonstrado como é o relacionamento da Polícia Militar com a sociedade pelas redes sociais.

Nesse aspecto, quem acessar essa pesquisa poderá entender melhor como um órgão público ligado à segurança pública vem atuando para “conversar” com a sociedade, particularmente por um novo prisma, que são as redes sociais, sem deixar de observar a legislação vigente que garante acesso à informação aos cidadãos.

1 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS 158 ANOS DO ÓRGÃO

A história da Polícia Militar do Estado de Goiás começa em 28 de julho de 1858, quando Dr. Januário da Gama Cerqueira, o presidente da província de Goyaz, aprovou a Resolução nº 13, que criou a Força Policial de Goyaz. Naquela época o efetivo da polícia era composto por um Tenente (João Pereira de Abreu), dois Alferes (Aquiles Cardoso de Almeida e Antônio

2 - Os pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram, na década de 70, o primeiro estudo sobre agenda setting; pela hipótese do agendamento, “a mídia, pela seleção, disposição e incidência de seus produtos, determina os temas sobre os quais o público falará e que discutirá” (Barros Filho, 2008, p.10).

Xavier Nunes da Silva), dois Sargentos, um Furriel e 41 Praças.

Decorridos cinco anos, em junho de 1863, uma área de 724m² foi destinada à construção do primeiro Quartel da Força Policial de Goyaz, o qual abrigou o Comando da Corporação até 1936 e atualmente é a sede do 6º Batalhão de Polícia Militar na cidade de Goiás.

Ao longo dos anos e com as constantes transformações sociais, a polícia goiana ampliou a sua atuação e conseqüentemente a sua estrutura. Chegou a ter outros nomes, tais como: Força Policial de Goyaz; Companhia de Polícia de Goyaz; Batalhão de Polícia de Goyaz, até chegar ao atual Polícia Militar do Estado de Goiás, estabelecido pela Constituição Estadual de Goiás de 5 de outubro de 1989.

A Polícia Militar do Estado de Goiás passou por diversas modificações durante os seus 158 anos; aumentou o seu efetivo, criou várias unidades na capital e no interior e se adequou a uma nova metodologia de trabalho. Atualmente a PM está presente nos 246 municípios goianos, possui oito Seções do Estado Maior, uma chefia de Gabinete, 17 Comandos Regionais, localizados nas regiões estratégicas do Estado e várias Unidades de Ensino³.

1.2 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

A Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/5) é uma das seções do Estado Maior da PMGO e está diretamente ligada, juntamente com as outras sete seções, ao Comando Geral da instituição. Ocupa essa posição por se tratar de uma área fundamental e vital à corporação, haja vista que é responsável por toda a comunicação da PM, bem como por sua imagem.

Atualmente a Assessoria possui quatro oficiais: um tenente coronel que é o assessor de comunicação da Polícia Militar e comandante da seção PM/5; um major que é o subcomandante da unidade e responsável pela subseção de portal e subseção de produção; um capitão responsável pela subseção de eventos; e um tenente responsável pela subseção de clipping.

Completam a composição da seção vinte e seis Praças que trabalham em uma escala de 12 horas por 36 horas, dos quais, 8 possuem formação em Direito; 8 possuem formação em Gestão em Segurança Pública; 6 possuem formação na área de comunicação – dois jornalistas, dois publicitários, um ilustrador e uma designer -; 3 possuem formação na área de TI; e 1 é formado em economia.

Os profissionais que atuam na Assessoria de Comunicação (PM/5), portanto, estão alocados em quatro subseções para

subsidiarem o Assessor de Comunicação (conforme organograma 01), são elas:

- Portal, que é responsável por postagens de notícias e matérias relacionadas à PMGO no site institucional da corporação;
- Produção, que é responsável pela criação, execução e realização de vídeos, fotografias e imagens sobre alguma pauta específica ou durante eventos e solenidades militares;
- Eventos, que é responsável pela produção e realização dos eventos e solenidades da Polícia Militar; e
- Clipping, que é responsável pelo repasse de informações a veículos de comunicação, bem como a realização de clípagem de notícias e matérias ligadas à Polícia Militar do Estado de Goiás.



Organograma 01: Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás. Fonte: elaboração do autor

Atualmente o fluxo de trabalho da Assessoria ocorre nessas subseções, contudo, com as diversas modificações no campo da comunicação, sobretudo com o avanço tecnológico e a possibilidade de utilizar novas ferramentas – como as redes sociais – para divulgação de informações, a PM/5 necessitou se adequar frente a essas demandas e desde o aumento do uso dessas redes pela população, a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás compreendeu a possibilidade de também operá-las e vem atuando nesse meio, ou seja, utilizando esses canais para se comunicar com a sociedade.

Hoje, além do site institucional da corporação, a PM/5 faz o uso de cinco redes sociais oficiais como mecanismos de comunicação, são elas: o Facebook, o Instagram, o Twitter, o Youtube e o Whatsapp.

2 REDES SOCIAIS E OS ORGÃOS PÚBLICOS

2.1 A ERA DAS REDES SOCIAIS

Não restam dúvidas de que as modificações ocorridas na seara digital revolucionaram todo o sistema. Uma das que mais se destaca é a possibilidade de participação do sujeito na construção desse meio (RECUERO, 2009, p.24) haja vista que a postura passiva do indivíduo frente às situações que ocorrem ficaram no passado. As diversas ferramentas postas no

2 - Os pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram, na década de 70, o primeiro estudo sobre agenda setting; pela hipótese do agendamento, “a mídia, pela seleção, disposição e incidência de seus produtos, determina os temas sobre os quais o público falará e que discutirá” (Barros Filho, 2008, p.10).

mercado, portanto, tornam possíveis e facilitam a participação do sujeito na edificação desse novo ambiente.

A world wide web, criada por Tim Berners-Lee no fim da década de 80, transformou a relação dos indivíduos e a cada dia está mais presente na vida das pessoas. Ademais, conforme ensina Paesani, 2012, “a internet é uma imensa rede que liga elevado número de computadores em todo o planeta”. E é esse conceito elementar de internet que auxilia a compreensão do porquê essa interação/participação ser inevitável, pois se trata de um meio de comunicação que conecta diversas pessoas e permite o acesso a uma ampla gama de informações. Luís Mauro assinala que:

uma rede é um conjunto de pontos, os “nós”, interconectados. Ou seja, elementos que se comunicam entre si – e, por conta disso, toda rede é uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações (MAURO, 2014)

Dessa maneira, é possível afirmar que as corporações necessitam se adaptar aos novos paradigmas estabelecidos por essas estruturas de “nós”. Além disso, um dado que desperta a atenção é o crescente número de usuários de internet no mundo e, principalmente, no Brasil.

Segundo o Ibope Media “o número de pessoas com acesso à internet no Brasil chegou a 105,1 milhões no segundo trimestre de 2013”; em outra pesquisa, o mesmo instituto revela que o número de usuários de smartphones no Brasil duplicou em dois anos e que 75% dos entrevistados utilizam o aparelho para acessar redes sociais. Importante ressaltar que, segundo o instituto Nielsen, “o número de pessoas que usam o smartphone para ter acesso à internet continuou em crescimento no Brasil e chegou a 72,4 milhões no segundo trimestre de 2015. O aumento foi de 4%, ou cerca de 4 milhões de pessoas”.

Os dados demonstram a relevância que a internet e as novas ferramentas representam. Assim, estudar o fenômeno das redes sociais, que permitiram um formato diferenciado para várias pessoas se comunicarem é imprescindível às corporações, uma vez que entender a forma como esse diálogo se estabelece nessas plataformas permite às instituições constituir critérios e canais de comunicação junto ao seu público de maneira mais apropriada e efetiva. Nesse sentido Luis Mauro afirma que:

A produção, troca, organização e consumo de informações é uma das características principais do mundo contemporâneo. Dados e informações, em alguma medida, tornam-se os bens mais preciosos na sociedade na medida em que, a partir disso, inúmeras decisões, com alcance global, podem ser tomadas. (MAURO, 2014)

Inseridos nesse mundo contemporâneo, outro quesito que se tornou de extrema importância às corporações é a maneira como trabalham, tratam e dispõem as suas informações nos diversos meios utilizados, principalmente quando há convergência entre eles. Henry Jenkins, que realiza um estudo profundo

sobre as novas mídias em sua obra – Cultura da Convergência – ao tratar do termo convergência, se refere

ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (JENKINS, 2008)

Constata-se, portanto, que a comunicação aliada à internet (a forma como é transmitida, as novas ferramentas e as estratégias utilizadas) é uma área fundamental e proeminente às instituições. Para que o estudo seja mais compreensível e aconteça com naturalidade, todavia, é indispensável analisar outros conceitos relevantes como: comunicação pública, assessoria de comunicação e mídias sociais.

É evidente que a comunicação pública diz respeito às informações ligadas ao interesse coletivo. O professor Jorge Duarte leciona que ela se origina na comunicação governamental e evoluiu com a transformação da sociedade e com a viabilização da democracia. Para ele, a comunicação pública ocorre no ambiente “formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público”.

Na mesma compreensão Elizabeth Pazito Brandão assinala que comunicação pública é:

um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania. Entre elas, órgãos governamentais, organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias, enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado, como conselhos. (BRANDÃO, 2009).

A posteriori é necessário entender que Assessoria de Comunicação é o departamento de uma empresa ou de um órgão público responsável por desenvolver a atividade de Comunicação Social (entre elas: Assessoria de Imprensa, Publicidade e Propaganda; Relações Públicas; Eventos; Mídias Digitais), da instituição, bem como defender sua imagem.

Conforme o estudo realizado por Janaína Ivo, assessoria de comunicação é, portanto, “toda e qualquer tarefa de orientar a empresa sobre o que convém e o que não convém informar” (BAHIA, 1995, ORNELLAS, 2010). Como exemplo do que realiza é possível citar: a criação de um plano de comunicação e a criação de canais de comunicação internos e externos que contribuirão para o relacionamento com o público e viabilizarão, no caso de órgãos públicos, a política de comunicação pública estabelecida.

Focando na especificidade desse trabalho, é indispensável assinalar ainda o que são mídias sociais. Para José Antônio Ramalho (2010), “o que entendemos hoje como mídias sociais nada mais é do que a forma moderna de se praticar uma das principais necessidades do ser humano: a socialização”. E foram

a internet e as mídias digitais que possibilitaram a criação de espaços de interação em comunidade e estabelecimento de laços entre esses agrupamentos.

A partir desses preceitos Luis Mauro disserta que:

Redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes. Apesar de relativamente antiga nas ciências humanas, a ideia de rede ganhou mais força quando a tecnologia auxiliou a construção de redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação via mídias digitais. (MAURO, 2014).

Esse panorama geral a respeito da internet e de suas ferramentas – especialmente das mídias digitais – demonstra que o tema sugerido neste estudo encontra o suporte, ideias e reflexões necessárias nas teorias apresentadas pelos autores.

2.2 EXEMPLOS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DE REDES SOCIAIS DIGITAIS

Primeiramente ao estudar o tema Comunicação Pública é importante voltar ao ensinamento do professor Jorge Duarte, que afirma que

A Comunicação Pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente) em temas de interesse público. Ela trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva.

Nesse sentido ao pesquisar órgãos que compreendem e realizam de forma coerente a comunicação pública junto à sociedade por redes sociais digitais, alguns exemplos como o Exército Brasileiro, o Governo de Mato Grosso, a Polícia Militar da Bahia e a Prefeitura de Curitiba conseguem ilustrar a percepção que essas instituições tiveram para construir uma comunicação eficiente nesse tipo de canal.

A fanpage³ do Exército Brasileiro no Facebook, por exemplo, realiza a divulgação do trabalho desenvolvido por essa instituição militar, bem como dos seus valores e dos seus princípios, desempenhando um papel essencial à corporação, já que, conseguiu se aproximar da sociedade através do uso dessa rede social, sendo um das páginas com mais acessos do Brasil, com mais de três milhões de pessoas que gostam da página (curtidas).

No mesmo sentido, o trabalho desenvolvido pelos administradores da página de Facebook da Prefeitura de Curitiba conseguiu encontrar na forma descontraída a melhor maneira

para se comunicar com a sociedade. Por meio de postagens simples, com mensagens diretas e, principalmente, por meio da interação com o usuário, a página alcançou eficiência na sua comunicação nesse meio.

Outra vez vale citar que o estudo desenvolvido pelo professor Jorge Duarte demonstra que “a Comunicação Pública ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão”. Assim, ao utilizar essas redes, as assessorias dos órgãos públicos necessitam estar abertas para aprimorar sua relação com o cidadão, permitindo a própria instituição se adequar às demandas apresentadas por esses canais.

3 POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS E AS REDES SOCIAIS DIGITAIS

3.1 A COMUNICAÇÃO E O RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Polícia Militar do Estado de Goiás, mais especificamente a sua Assessoria de Comunicação (PM/5), vem utilizando cinco redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Whatsapp) para se comunicar com a sociedade e seu público interno. Essa abordagem, entretanto, é relativamente recente, já que foi a partir de 2012 que a unidade convergiu os trabalhos para esses canais.

A interação, pelas redes sociais digitais, entre um órgão público e a sociedade, torna o processo de comunicação mais claro, o que possibilita a consolidação de um relacionamento. Nesse contexto até que ponto a comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás com a sociedade, por meio das redes sociais, resulta numa relação transparente e próxima entre eles?

As redes sociais oficiais – Facebook e Instagram – da Polícia Militar do Estado de Goiás foram analisadas no período compreendido entre setembro de 2016 a fevereiro de 2017, já que, em alguns desses meses ocorreram eventos de grande proporção, tais como: as eleições, as festas de final de ano e o carnaval. Nessas ocasiões foi possível entender como a Polícia Militar vem atuando nessas duas redes, haja vista que, em momentos de grandes eventos, o trabalho fim da corporação – segurança pública – fica mais evidente e o campo de observação foi mais proveitoso.

Nesse ponto é fundamental conhecer a funcionalidade essencial de algumas redes sociais, ou seja, compreender qual o uso efetivo de determinada ferramenta. Deste modo é possível afirmar (basicamente) que o Facebook é uma rede em que o usuário pode divulgar e compartilhar: fotos, vídeos, textos, gifs, links, entre outros; o Instagram, por sua vez, permite ao usuário divulgar fotos

3 - ALDABRA. O que é uma fanpage. “Fanpage ou Página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus clientes no Facebook”. Disponível em: < <https://aldabra.com.br/artigo/o-que-e-uma-fanpage> > Acesso em: 20 mar. 2017

e vídeos; já no Twitter é possível o envio de mensagens de texto, links, além de fotos; no Youtube o usuário pode compartilhar vídeos; e no Whatsapp é possível a troca de mensagens, de fotos, de vídeos e gifs, conforme será descrito mais à frente.

3.2 FACEBOOK DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

A página do Facebook da Polícia Militar conta, hoje, com 295.175 seguidores e serve para divulgação de materiais (fotos, vídeos, notícias e matérias) produzidos por profissionais que atuam na Assessoria de Comunicação da PM. Atualmente a página é administrada por dois profissionais da PM/5 que a alimentam, principalmente, com as fotos produzidas nos eventos e solenidades militares realizadas pela Assessoria.

As outras postagens normalmente são replicadas do site institucional da corporação ou do canal do Youtube da instituição. Contudo, vale ressaltar que essas publicações ocorrem sem o devido preparo do material para o Facebook. É possível afirmar que a página não possui uma linha editorial específica, ou seja, o conteúdo da página é disponibilizado de acordo com que é produzido.

Outro ponto que chama a atenção refere-se ao princípio de interação de uma rede social, uma vez que, no período de análise poucos comentários foram respondidos, inclusive, algumas explicações que continham ofensas não foram desvinculadas da página ou tratados, já que, na página não há um aviso sobre as regras de utilização. Esse fato demonstra que a página está sendo utilizada como forma de divulgação, sem que a PM faça o intercâmbio de ideias com os seus usuários.

Um aspecto importante a ser citado, portanto, é que apesar de a PM/5 dispor de dois profissionais que alimentam a página do Facebook com fotos de eventos e profissionais que replicam conteúdos do site e do Youtube da instituição, ela não possui ao menos um responsável para acompanhar essas postagens nem interagir com os usuários, ou seja, atualmente a Assessoria limita-se a dispor o conteúdo, respondendo a poucos comentários. Isso vai de encontro ao que ensina José Antônio Ramalho:

Assim como em qualquer ambiente de comunicação, os integrantes das redes sociais querem se falar, ouvir e ser ouvidos. Receber atenção e conteúdo relevante. E, acredite, muitos deles têm coisas muito interessantes e elogiosas para falar sobre o seu produto. Comece a ouvi-las. (RAMALHO, 2010)

Após entender como a Assessoria tem utilizado a página de Facebook da Polícia Militar, é necessário compreender como esse uso ocorreu no tempo em que se analisou essa mídia. Durante o intervalo de observação, no período de setembro de 2016 a fevereiro de 2017, já mencionados anteriormente, foram realizadas 323 (trezentos e vinte e três) postagens na página de Facebook da PM distribuídos da seguinte forma:

Mês	Criação de álbuns com Fotos	Compartilhamento de Links do site da instituição	Compartilhamento de Vídeos do canal do Youtube da instituição	Total
Setembro de 2016	30	16	24	70
Outubro de 2016	28	08	22	58
Novembro de 2016	29	08	14	51
Dezembro de 2016	13	07	15	35
Janeiro de 2017	37	06	15	58
Fevereiro de 2017	26	08	17	51
TOTAL	163	53	107	323

Tabela 01: Postagens na página de Facebook da Polícia Militar no período analisado.

Fonte: elaboração do autor

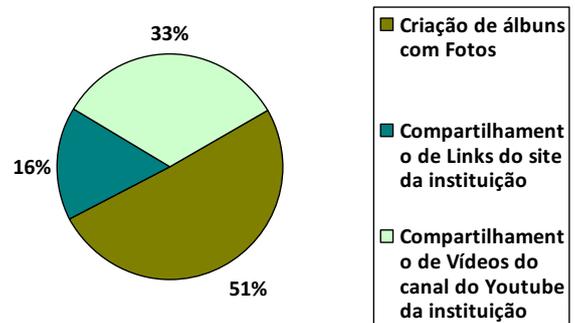


Gráfico 01: Percentual total das postagens na página de Facebook da Polícia Militar no período analisado

Fonte: elaboração do autor

Dessa forma é perceptível que a maior parte do conteúdo disponibilizado são álbuns de fotos, seguidos de vídeos do canal do Youtube da PM e depois de links do site da instituição. Vale ressaltar que durante os eventos considerados de grande proporção não foi preparado nenhum material específico para a página do Facebook da Polícia Militar, o que permite supor que falta planejamento para essa rede social da PM.

Nas eleições ocorridas no mês de outubro, por exemplo, as postagens foram replicações dos vídeos produzidos pela TVPM para o canal de Youtube da instituição. Conforme as figuras (Fig. 1 e a Fig. 2) ilustrativas abaixo.



Fig.1: Postagem do vídeo divulgado nas Eleições



Fig.2: Postagem de outro vídeo divulgado nas Eleições

Um fator que desperta a atenção é que o conteúdo disponibilizado na página de Facebook da instituição é o mesmo utilizado (sem modificação do texto, inclusive) em um grupo de Whatsapp, formado por jornalistas do Estado de Goiás, do qual a Polícia Militar é administradora.

Durante a Operação Boas Festas, ocorrida no final do ano, houve a divulgação de um álbum de fotos que foram produzidas durante a solenidade de Lançamento da Operação e de um vídeo produzido também no dia do evento. Conforme as figuras (Fig. 3 e a Fig. 4) ilustrativas abaixo.



Fig.4: Postagem das fotos de lançamento da Operação

Já no período de carnaval, ocorrido em fevereiro de 2017, houve apenas a replicação de uma matéria do site da instituição e de fotos realizadas no dia do lançamento da Operação Carnaval, conforme as figuras (Fig. 5 e a Fig. 6) ilustrativas abaixo.



Fig.3: Postagem do vídeo de lançamento da Operação



Fig. 5: Postagem com replicação de matéria do site



Efetivo escalado para o carnaval 2017 na Academia de Polícia Militar.



Fig. 6: Postagem das fotos de lançamento da Operação

Durante a análise foi possível compreender que, apesar de realizar um papel transparente ao “prestar contas” junto à sociedade a respeito de questões ligadas à segurança pública, informando a população sobre o trabalho da Polícia Militar do Estado de Goiás, a sua Assessoria de Comunicação não tem realizado o preparo de material específico para a rede Facebook – o que demonstra a necessidade da criação de uma linha editorial –, além de não apresentar sincronia nas postagens nem interagir com os seus seguidores.

Esses fatos podem contribuir para a falta de engajamento do usuário na página da PMGO, conforme a figura (Fig.7) comparativa com a página da Polícia Militar da Bahia. É necessário informar que o próprio Facebook, em suas ferramentas de análise, realiza um comparativo de desempenho entre páginas no acumulado dos últimos 7 dias.



Fig. 7: Comparativo do envolvimento com a página entre a PMGO e a PMBA

Essas questões podem gerar desconforto para parte das pessoas que acompanham a página da Polícia, já que, ao não tratar a mensagem para o público que irá recebê-la, a PM corre o risco de não se comunicar de forma efetiva. Dessa maneira, é interessante que a Assessoria de Comunicação (PM/5) passe a elaborar conteúdos próprios para a sua página, adequando a notícia que se quer veicular ao meio e para os usuários que irão interpretá-la.

Ademais o exame realizado durante esse período permite dizer que a “conversa” ou o contato com os seguidores da página permitirá um melhor relacionamento da instituição com a sociedade, pois, ainda que o uso de redes sociais digitais pela Polícia Militar do Estado de Goiás seja algo recente, a interação com o seu público é ponto básico para o estreitamento de laços e de uma relação mais transparente.

3.3 INSTAGRAM DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

O perfil do Instagram da Polícia Militar do Estado de Goiás possui 60.900 seguidores, dos quais 54 mil começaram a seguir o perfil há quase dois anos, quando a Assessoria de Comunicação da PM, atenta ao “boom” das redes sociais, assumiu o controle do perfil em agosto de 2015

Assim que passou a administrar o perfil do Instagram, a PM/5 passou a divulgar fotos com mais constância e periodicidade, o que fez com que conquistasse mais nove 9 mil seguidores em quatro meses, contando com quinze 15 mil seguidores já no final de 2015.

O trabalho desenvolvido para o Instagram da PMGO é mais ordenado, isso porque, a partir do final de 2015, os fotógrafos da Assessoria de Comunicação passaram a controlar o perfil. Os dois profissionais produzem imagens postadas com assinatura institucional.

O resultado dessa ação foi favorável, já que o número de seguidores não parou de crescer, atingindo a marca dos 50 mil seguidores no dia 15 de outubro de 2016. Em menos de um ano de trabalho, houve um aumento superior ao dobro de seguidores de quando se iniciou um trabalho específico para essa rede.

Atualmente o Instagram da Polícia Militar de Goiás possui 1209 postagens, das quais 200 foram realizadas durante o período de observação, conforme Tabela 02 explicativa abaixo. Vale ressaltar que durante os eventos de grande proporção houve postagens ligadas àquele período específico.

Imagens para a rede Instagram	Vídeos do canal do Youtube	Imagens do Cb Dikas	Total
149	38	13	200

Tabela 02: Postagens no Instagram da Polícia Militar do Estado de Goiás no período analisado.

Fonte: elaboração do autor

Primeiramente é oportuno observar com cautela as postagens com o cabo Dikas, um personagem que, apesar de estar mais ligado ao público infantil, aparece no Instagram da Polícia Militar para dar felicitações e oferecer dicas de segurança, conforme as figuras (Fig. 8 e Fig. 9) abaixo.



Fig. 8: Imagem com personagem cabo Dikas



Fig. 9: Imagem com personagem cabo Dikas

É notório que o personagem cumpre um papel interessante junto à sociedade. Contudo, há de se atentar para o público que se quer atingir com suas mensagens: não é todo público infantil que irá compreender algumas dicas e não é todo o público com mais idade que irá se atentar para as falas do cabo Dikas.

Não obstante o perfil divulgar principalmente fotos produzidas e com assinatura institucional, em alguns momentos vídeos e matérias são replicadas, também sem o devido preparo para a rede Instagram, copiando-se o conteúdo gerado para outra rede social (como Youtube e Whatsapp) e divulgando-se no perfil do Instagram, inclusive, sem alteração de texto.

Nesse ponto, para que o estudo se torne mais compreensível, é necessário comentar sobre um aspecto que ficou perceptível durante a análise. Trata-se do uso da rede Whatsapp, que, apesar de não ser o objeto da pesquisa, está inserido no uso que a PM faz das duas outras redes em exame.

A subseção Clipping, responsável pelo repasse de informações a veículos de comunicação, também controla um número de Whatsapp da Polícia Militar. Por esse aplicativo os militares da Assessoria têm acesso a diversas ocorrências das unidades policiais do Estado, pois recebe notificações de policiais e ainda participa de vários grupos. Um desses grupos (administrado pela Assessoria) é formado por jornalistas, como afirmado anteriormente. Dessa forma, após tratar algumas ocorrências recebidas, as informações/notícias são repassadas ao grupo da imprensa. É justamente nesse ponto em que há a replicação de conteúdo para outras redes sociais, uma vez que, depois de encaminhado para alguns grupos, o material é postado também no Facebook e no Instagram da forma como foi enviado pelo Whatsapp, sem o preparo específico para aquelas redes.

Após entender esse aspecto é possível continuar o diagnóstico do Instagram da PM. Outra questão notada no contexto da análise foi a compreensão de que há a repetição de alguns conteúdos. Em um primeiro momento é divulgada uma foto com um texto (ambos sem a produção adequada para o Instagram), e logo após é realizada a postagem institucional, fato que acaba desviando algumas curtidas da publicação oficial devidamente preparada, conforme os exemplos das figuras (Fig. 10 a Fig. 13) abaixo.



Fig. 10: Imagem replicadas no Instagram



Fig. 11: Imagem preparada para divulgação no Instagram



Fig. 12: Imagem e texto replicados no Instagram



Fig. 13: Imagem preparada para o Instagram

Ocorre que apesar de o Instagram ser controlado pelos fotógrafos da Assessoria, em algumas ocasiões as postagens não são realizadas por eles, já que algum oficial da Assessoria acha por bem realizar o post no exato momento em que determinado fato está ocorrendo (como por exemplo: durante o lançamento de Operação ou durante uma ocorrência em que há uma grande apreensão). Posteriormente, os fotógrafos recebem a determinação de algum dos Oficiais da seção para fazer a publicação oficial do mesmo fato, sem seguir um horário padrão para as postagens.

O perfil do Instagram da Polícia Militar do Estado de Goiás, apresenta-se, então, mais organizado por possuir uma linha editorial. Ainda que algumas postagens fujam à proposta, a PM/5 está construindo um relacionamento com seus usuários, pois nessa rede, os administradores gerenciam e mantêm uma interação com os seguidores respondendo a comentários, por exemplo.

Entretanto, ao não tratar algumas mensagens para o público que irá recebê-la, a Polícia tende a não comunicar efetivamente. Assim como em sua página de Facebook, é interessante que a Assessoria de Comunicação (PM/5) divulgue conteúdos

adequando a notícia que se quer veicular ao meio e para os usuários que irão interpretá-la.

3.4 CONVERGÊNCIA DAS REDES SOCIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Após esse breve estudo das duas redes sociais da Polícia Militar do Estado de Goiás é possível afirmar ser imprescindível que a assessoria realize um trabalho mais sincrônico em suas redes. Ao abordar um assunto qualquer, é necessário que esse tema seja preparado para cada plataforma, trabalhando com as possibilidades que a rede escolhida oferece, evitando assim a replicação de conteúdos.

Henry Jenkins afirma que:

a convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. (JENKINS, 2008,)

Apesar de recentemente ter se adequado ao uso de novas plataformas a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás precisa realizar uma completa gestão de suas mídias sócias, designando profissionais para atuarem e acompanharem o desenvolvimento das redes sociais, bem como interagirem com os usuários dessas redes para que possam incrementar e melhorar a sua comunicação junto à sociedade. É necessário ainda que os responsáveis pelas redes sociais da PM consigam interagir para criar conteúdos que sejam convergentes e se tornarão mais atrativos ao seu público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições, sejam elas públicas ou privadas, perceberam que os avanços tecnológicos são fundamentais a sua sobrevivência. Não apenas por necessidade de se adequar aos novos tempos, mas por representarem uma oportunidade à sua disposição para informar, esclarecer e, principalmente, “vender o seu produto”.

Aliado a isso as empresas e os órgãos públicos entenderam que precisam utilizar essas inovações e canais para estreitar o relacionamento com a sociedade e com o seu público interno, fato que modificou a conduta das corporações.

Conforme a pesquisa demonstrou, a Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio de sua Assessoria de Comunicação, encarou esse tema há alguns anos e se estruturou para atender essa demanda. Há alguns anos aplica essas ferramentas, especialmente, ao usar redes sociais como: Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Whatsapp, tanto para atender à comunidade, como aos seus servidores.

Durante o intervalo de observação, essa pesquisa analisou o Facebook e o Instagram da PM de Goiás para entender como o uso de redes sociais digitais pela Polícia Militar influencia seu relacionamento com a sociedade, bem como a adequação desse órgão público frente a matérias relativamente recentes à comunicação pública brasileira.

O estudo demonstrou que apesar de ter se adaptado a nova realidade, a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar ainda necessita percorrer algumas variáveis para consolidar o relacionamento com a sociedade por suas redes sociais, pois ainda que realize um papel transparente ao “prestar contas” sobre questões ligadas a segurança pública, especificamente no que tange o trabalho da PM, as informações que transmite precisam ser mais bem preparadas para esses canais.

É possível concluir que: não existe uniformidade nas postagens; não há convergência entre os conteúdos divulgados nas redes; falta interação com o usuário/seguiror; não há profissionais acompanhando o desenvolvimento dessas redes. Fatores que contribuem para a falta de engajamento em seus perfis e para uma comunicação menos efetiva.

Dessa maneira é interessante que a Assessoria de Comunicação (PM/5) passe a elaborar conteúdos próprios para as suas páginas, adequando a notícia que se quer veicular ao meio e para os usuários que irão interpretá-la.

Além disso o exame realizado durante esse período permite dizer que a “conversa” ou o contato com os seguidores da página permitirá um melhor relacionamento da instituição com a sociedade, pois, ainda que o uso de redes sociais digitais pela Polícia Militar do Estado de Goiás seja algo recente, a interação com o seu público é ponto básico para o estreitamento de laços e de uma relação mais transparente.

Outra conclusão a que se chega é que a Assessoria de Comunicação pode se espelhar no trabalho que vem sendo realizado no Instagram da instituição, pois, ainda que algumas postagens fujam à proposta, essa rede está construindo um relacionamento com seus usuários, já que os administradores gerenciam e mantêm uma interação com os seguidores.

Assim, percebe-se que a Polícia Militar do Estado de Goiás vem trabalhando para entender as pessoas e “conversar” com elas por um novo prisma: as redes sociais. Contudo, a implementação de algumas práticas (como: a realização de um planejamento para a utilização dessas redes sociais, que inclua uma linha editorial adequada para cada uma delas; o emprego de parte de seus profissionais para acompanhar e dialogar com os usuários desses canais; a realização de pesquisas para mensurar como efetivamente está o engajamento dos seus seguidores e o desempenho de determinada campanha lançadas nessas redes, entre outras) não apenas permitirá, mas será essencial para que esse órgão de segurança pública proporcione um

melhor relacionamento com a sociedade e conseqüentemente maior transparência. Dessa forma atenderá aos dois aspectos iniciais levantados pelo trabalho, fundamentais para que a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás desenvolva um trabalho mais eficaz.

REFERÊNCIAS

- BARROS Filho, Clóvis de. Ética na Comunicação. São Paulo: Moderna, 2008.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- JENKINS Henry. Cultura da Convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. Trad. Susana Alexandria. 2ª Ed. São Paulo: Aleph, 2008.
- MATTELART, Michele e MATTELART, Armand. O Carnaval das Imagens. S.Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARTINO, Luis Maruo Sá. Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes e redes. 2. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014
- MEIRE Gleice e Carlos Antonio Borges. A Polícia Militar de Goiás ao longo dos tempos: uma história de conquista e aperfeiçoamento. Goiânia: Editora América, 2008.
- PAESANI, Liliana Minardi. Direitos e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RAMALHO, José Antônio. Mídias sociais na prática. São Paulo: Elsevier, 2010.
- RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SAFKO, Lon; BRAKE, David. A Bíblia da mídia social: táticas, ferramentas e estratégias para construir e transformar negócios. São Paulo: Edgard Blucher, 2010
- TELLES, André. A revolução das mídias sociais. 2. ed. São Paulo: M.Books do Brasil, 2011.
- ALDABRA. O que é uma fanpage. Disponível em: <<https://aldabra.com.br/artigo/o-que-e-uma-fanpage>> Acesso em: 20 mar. 2017
- DUARTE, Jorge. Comunicação pública. Disponível em <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComPública/Duartevf.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2016.
- ORNELLAS, Gisela V. C. da S. O Agenciamento Informativo pelas Assessorias de Imprensa: um Estudo de Caso da Junção Varig e TAM. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/138167193070225034993579484824594348347.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2016.
- SILVA, Janaína I. da. Assessoria de Imprensa nas Mídias Sociais: origem e reconfigurações. Disponível em <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor4/files/2013/08/Janaina_Ivo.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016
- IBOPE MEDIA. Número de pessoas com acesso à internet no Brasil chega a 105 milhões. Disponível em <<http://www.ibope.com/pt-br/noticias/paginas/numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-brasil-chega-a-105-milhoes.aspx>> Acesso em 20 nov. 2016.
- IBOPE INTELIGÊNCIA. Usuários de smartphones no Brasil duplicam em dois anos. Disponível em <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/usuarios-de-smartphones-no-brasil-duplicam-em-dois-anos/>> Acesso em 20 nov. 2016.
- NIELSEN. Brasileiros com Internet no smartphone já são mais de 70 milhões. Disponível em <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2015/Brasileiros-com-internet-no-smartphone-ja-sao-mais-de-70-milhoes.html>> Acesso em 20 nov. 2016.
- Histórico da Polícia Militar do Estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br/index.php?link=2&idc=75156>>. Acesso em: 05 fev. 2017

TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇA COM A FINALIDADE DA ADOÇÃO ILEGAL

INTERNATIONAL CHILD TRAFFIC FOR THE PURPOSE OF ILLEGAL ADOPTION

NELMAURA DA SILVA¹, CARLOS SILVA²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar os problemas com relação ao “Tráfico de crianças com o objetivo da adoção ilegal”. Observando os direitos humanos e principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana e os princípios infraconstitucional. Mostra inicialmente o momento histórico, e suas características desde os primórdios até o século XXI. A vulnerabilidade das famílias, a desigualdade social, econômica, social e a globalização das falsas promessas, esse e outros motivos contribuem para o aumento do tráfico de pessoas. O Brasil precisa de leis mais severas e políticas para conseguir combater esse crime em todas as regiões, pois o tráfico conta com a participação de policiais, autoridades e políticos que recebem dinheiro para fechar os olhos para essa prática criminoso. Essas pessoas têm a função de proteger as vítimas, porém elas agem de forma contrária. Enquanto isso assentir vai ser difícil combater ou pegar esses traficantes.

PALAVRAS-CHAVE: TRÁFICO DE PESSOAS. ADOÇÃO ILEGAL, DIREITOS HUMANOS. DIGNIDADE HUMANA. CRIME ORGANIZADO.

ABSTRACT

The objective of this work is to show the problems related to “Trafficking of children with the purpose of illegal adoption”. Observing human rights and especially the principle of the dignity of the human person and the principles infraconstitutional. It shows initially the historical moment, and its characteristics from the beginnings until the 21st century. The vulnerability of families, social inequality, economic, social and globalization the false promises, this and other reasons contribute to the increase of trafficking and people. Brazil needs stricter laws and policies to fight this crime in all regions, as traffic has the participation of police, authority and politicians who receive money to turn a blind eye to this criminal practice. These people have the function of protecting the victims, but they act in the opposite way. Meanwhile, it's going to be difficult to fight or catch these traffickers.

KEYWORDS: TRAFFICKING IN PERSONS, ILLEGAL ADOPTION, HUMAN RIGHTS. HUMAN DIGNITY. ORGANIZED CRIME.

INTRODUÇÃO

O tráfico começou com a escravidão e mesmo depois de 200 anos da proibição do comércio de escravos, todo ano milhares seres humanos são traficados com objetivo de adoção ilegal no caso das crianças e adolescentes, remoção de órgão, para o trabalho escravo ou forçado e para exploração sexual. As principais vítimas dos traficantes são mulheres, crianças e adolescentes.

Conforme a ONU as pessoas traficadas são mulheres entre 18 e 30 anos responsáveis pelo sustento do lar, com baixa de escolaridade e problemas de relacionamento familiar.

O tráfico de pessoas representa uma violação aos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que explora a pessoa humana, humilhando sua dignidade, restringindo sua liberdade de ir e vir. A origem do problema se encontra certamente como fruto da desigualdade socioe-

conômica, da falta de educação, de poucas perspectivas de emprego e de realização pessoal, de serviços de saúde precários e da luta diária pela sobrevivência. A luta contra o tráfico de pessoas é considerada sob suas várias modalidades sempre numa perspectiva de direitos Humanos.

A pessoa é retirada de sua cidade, Estado ou de seu País, tendo seu direito de ir e vir privado. Geralmente essas pessoas tem sua vida ou de seus familiares ameaçados ou tem seus documentos retidos pelos traficantes. Dessa forma não tem como voltar para casa.

Os meios utilizados pelos traficadas é a ameaça, uso da força, coação, rapto, engano, fraude, abuso de autoridade, abuso de uma situação de vulnerabilidade e a entrega ou aceitação de pagamentos ou remuneração para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre a vítima.

1. Advogada.

2. Gestor em segurança pública.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o tráfico de pessoas fatura por ano 32 bilhões de dólares no mundo inteiro. Desse valor 85 % vem da exploração sexual, sendo o terceiro mercado bilionário perdendo apenas para mercado de drogas e de armas.

Conforme afirma o blog no site do Desaparecido do Brasil nos relatórios da ONU, o tráfico de crianças tem uma concentração maior no Médio oriente e África. A figura feminina é a mais presente nessa atividade criminosa.

Este trabalho tem objetivo analisar o tráfico internacional de criança, suas consequências, a possibilidade da ação do estado, enfocando sob a perspectiva da adoção ilegal

1. A ADOÇÃO ILEGAL E O TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

1.1 DO INSTITUTO DA ADOÇÃO

A adoção é uma modalidade artificial voluntária, pois não tem nenhum vínculo sanguíneo, mas sim a manifestação de vontade, faz com que uma pessoa se torne filho de outra sem qualquer tipo de vínculo sanguíneo.

Conforme afirma Venosa (2012, p. 275):

A filiação natural ou biológica repousa sobre o vínculo de sangue, genérico ou biológico; a adoção é uma filiação exclusivamente jurídica, que se sustenta sobre a pressuposição de uma relação não biológica, mas afetiva. A adoção contemporânea é, portanto, um ato ou negócio jurídico que cria relações de paternidade e filiação entre duas pessoas. O ato da adoção faz com que uma pessoa passe a gozar o estado de filho de outra pessoa, independentemente do vínculo biológico.

É por meio da adoção que uma pessoa sem vínculo sanguíneo passa ser filho de pleno direito do adotante. Portanto o filho adotado passa a ter os mesmos direitos do filho biológico, sem direito a anulação ou restituição da pessoa ao domicílio onde residia.

Conforme afirma Diniz (2017, p. 559):

A adoção é, portanto, um vínculo de parentesco civil, em linha reta, estabelecendo entre adotante, ou adotado um liame legal de paternidade e filiação civil. Ta posição de filho será definitiva ou irrevogável, para todos os efeitos legais, uma vez que desliga o adotado de qualquer vínculo com os pais de sangue, salvo os impedimentos para o casamento (CF, art. 227, §§ 5º e 6º), criando verdadeiros laços de parentesco entre o adotado e a família do adotante.

Conforme afirma a jurista a adoção cria um vínculo de parentesco em linha reta entre o adotante e o adotado, uma vez confirmada a adoção, a mesma não poderá ser revogada, pois o adotado passar ser filho legítimo e com plenos direitos do adotante sem qualquer diferenciação de demais filhos se tiver.

A adoção tem como objetivo dar filhos para pais que infelizmente não podem tê-los ou para aqueles que preferem adotar independentemente de ter filhos ou não. O objetivo da adoção é dar para o adotado uma família, um ambiente seguro, confortável para que possa viver em paz e com segurança.

Os requisitos da adoção estão previstos no Código Civil nos artigos 1.618 e 1.619 pela 8.069/90 o ECA (arts. 39 a 50) e Lei 12.010/2009 da adoção.

1.2 A ADOÇÃO INTERNACIONAL DE ACORDO COM ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A adoção internacional é o instituto jurídico de ordem pública que tem por objetivo conceder a uma criança ou adolescente o meio de fazer parte de uma família substituta, onde o domicílio é em outro país, com os direitos assegurados como à saúde, alimentação, educação, segurança, além do direito de sucessão.

O tema vem regulamento nos artigos 50, 51 e 52, havendo alteração quanto ao prazo do estágio de convivência (art. 46, §3.º, do ECA).

O artigo 51 do ECA traz o conceito de adoção internacional como sendo:

Considera-se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil, conforme previsto no art. 2º da convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, aprovada pelo decreto Legislativo 1, de 14 janeiro de 1999, e promulgada pelo decreto 3.087, de 21 de junho de 1999. (BRASIL, 2010, p. 1054).

A adoção internacional ocorre quando adotante mora em outro país deseja adotar uma criança ou adolescente que mora no Brasil conforme vem elencado no estatuto da criança e do adolescente.

Conforme afirma Venosa (2012, p. 298):

Considera se adoção internacional aquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil (art.51, com redação fornecida pela Lei da Adoção). O que define, portanto, como internacional a adoção não é a nacionalidade dos adotantes, mas sua residência ou domicílio fora do país.

A adoção estrangeira só será permitida quando já tiver tentado todas as formas de colocar a criança ou adolescente em família brasileira. Os adotantes brasileiros que moram no exterior terão preferências com relação aos adotantes estrangeiros.

Conforme afirma Venosa (2012, p. 298):

O juiz pátrio deve definir com o maior cuidado a oportunidade e conveniência dessa adoção, obedecendo ao que determina no art. 51, depois de esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família

substituta brasileira (art. 51, § 1º, II). Os brasileiros residentes no exterior terão preferências aos estrangeiros nessa adoção internacional (§ 2º).

Com relação aos casos de adoção internacional por brasileiros domiciliado no exterior, terá preferência sobre os estrangeiros, conforme o artigo 51, § 2.º do ECA.

Conforme no artigo 52, I do ECA, a adoção internacional poderá ser condicionado conforme um estudo prévio de uma CEJA (Comissão Estadual Judiciária de adoção). Essa comissão fará um estudo, e depois emitirá um laudo de habilitação, pois a comissão se preocupa com o bem-estar das crianças que serão adotadas, e também precisa garantir os interesses e os direitos fundamentais das mesmas.

1.3 A RELAÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL E O TRÁFICO DE CRIANÇAS

As crianças e os adolescentes só podem ser enviados para o exterior com a autorização do juiz. Dessa forma adoção internacional tem levantado algumas polêmicas, algumas pessoas são contra e outras são favoráveis.

Segundo afirma Gonçalves (2013, p.410):

Adoção por estrangeiro residente fora do país tem despertado polêmicas, sendo combatida por muitos sob a alegação de que pode produzir ao tráfico de menores ou se prestar à corrupção, bem como que se torna difícil o acompanhamento dos menores que passam a residir no exterior. Outros, por sua vez, defendem arduamente a preferência para os adotantes brasileiros, argumentando que adoção internacional representa a violação do direito à identidade da criança.

Na realidade, não se deve dar apoio à xenofobia manifestada por alguns, mas sim procurar regulamentar devidamente tal modalidade de adoção, coibindo abusos, uma vez que as adoções mal-intencionadas, nocivas à criança, não devem prejudicar as feitas com real finalidade de amparar o menor.

Segundo o jurista não pode levar em consideração as adoções mal-intencionadas, o que precisa fazer mesmo é regulamentar adoção internacional para evitar qualquer problema futuro com essas crianças ou adolescentes.

Segundo afirma Diniz (2012, p. 586) sobre adoção:

As adoções mal-intencionadas não deverão afastar as feitas com a real finalidade de amparar o menor. Não seria melhor prover-lhes o bem-estar material, moral ou afetivo, dando-lhes um teto acolhedor, ainda que no exterior, do que deixá-las vegetando nas ruas ou encerrá-las na FEBEM (atualmente Fundação Casa)? Será possível rotular o amor de um pai ou de uma mãe como nacional ou estrangeiro? Seria, ou não, na nacionalidade o fato determinante da bondade, ou da modalidade, de um pai ou de uma mãe?

Por isso, entendemos que não se deve perquirir a conveniência, ou não, de serem os menores brasileiros adotados por

estrangeiro não domiciliado no Brasil, mas sim permitir seu ingresso numa família substituta, se, fazer quaisquer considerações à nacionalidade dos adotantes, buscando suporte legal no direito pátrio e no direito internacional privado, estabelecendo penalidades aos que exploram ilegalmente a adoção, coibindo abusos que, porventura, advierem.

Conforme autora afirma que não tem como rotular amor de mãe ou pai pela nacionalidade. O que precisa mesmo é deixar essas crianças serem ingressadas numa família substituta sem preocupar com a nacionalidade dos adotantes. Contar com direito pátrio e o internacional para punir as pessoas que adotam ilegalmente.

1.4 A RELAÇÃO DA ADOÇÃO ILEGAL E O TRÁFICO DE PESSOAS

O tráfico com finalidade da adoção ilegal acontece quando as crianças são vendidas para outros casais que tem vontade de adotar uma criança e, acabam registrando como seu filho essa criança sem passar pelo processo de adoção conforme o Estatuto da Criança e Adolescentes. Muitas das vezes esses pais têm seus filhos roubados e em alguns casos os próprios pais vendem seus filhos, pois não quer a criança e outros porque não têm condições de criar.

Conforme afirma a Pesquisa Enafon Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas áreas de Fronteiras, a adoção ilegal acontece quando:

Acontece quando crianças e adolescentes são transportadas com ou sem o consentimento ou a autorização dos pais, e são vendidos/entregues para outras pessoas, muito comumente casais, que tenham o desejo de adotar um filho. Tudo é feito sem a observância das formalidades legais de um processo de adoção.

O tráfico de criança tem como objetivo obter lucro sobre essas vítimas, chegando a ter uma porcentagem grande com relação à figura feminina.

O Brasil ainda não consegue obter o número exato de crianças e adolescentes que são traficados por ano no Brasil para o exterior. Os números atuais são de acordo com o número de denúncias feitas ao atendimento às vítimas. Isso acaba dificultando a visualização dos dados reais com relação ao TH (??????).

Na década de 80 várias crianças de Santa Catarina e do Paraná foram traficadas para a Europa, Estados Unidos e principalmente para Israel. Após alguns anos essas crianças cresceram e estão em busca de suas famílias biológicas.

As traficantes faziam falsas promessas para as mães, e se disfarçavam de assistentes sociais para convencer suas vítimas a entregar seus filhos com a promessa de que poderia vê-los quando quisessem.

O desaparecimento de pessoas no Brasil está ligado com o tráfico de pessoas sendo uma porcentagem de crianças e adolescentes para diversas modalidades do tráfico.

Devido ao grande número de crianças traficadas na década de 80, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, deixando bem claro as mudanças nos requisitos com relação adoção nacional e a internacional. Com objetivo de dificultar e evitar o tráfico de crianças e adolescentes.

A Lei 6.697/79, conhecida com o Código do Menor que trata da adoção, precisou ser alterada, pois facilitava o tráfico de crianças para adoção ilegal através de advogados, surge dessa forma a necessidade da criação do ECA com os requisitos obrigatórios da adoção nacional e internacional.

Mesmo após a criação do ECA que regulamenta o instituto da adoção e da adoção estrangeira, crianças ainda são traficadas com a finalidade da adoção internacional, principalmente do Rio Grande do Sul e demais regiões. Esses traficantes têm ajuda de funcionários públicos corruptos que ajudam no registro dessas crianças. Dessa forma o adotante não precisa passar pelo processo de adoção conforme estabelece o ECA.

Conforme afirma Bettoni no texto a Modalidades do tráfico humano: adoção ilegal de crianças desaparecidas (2014):

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com base nos dados do Disque 100 - serviço telefônico disponibilizado pelo governo federal que recebe denúncias de violações de direitos humanos de todo o Brasil - o número de denúncias de tráfico de crianças e adolescentes no Brasil aumentou 86% entre 2012 e 2013. Foram feitas 186 denúncias no ano passado, e 100 em 2012. Os casos de tráfico de crianças e adolescentes são encaminhados para a Polícia Federal.

De janeiro de 2005 a outubro de 2011, Santa Catarina registrou 8.017 casos de desaparecimentos entre crianças e adolescentes perfazendo um total de 42,7% de todos os registros de desaparecimento no período. Só em Florianópolis, são 650 registros de crianças desaparecidas no mesmo período.

Os traficantes mais experientes traficam essas crianças pelas fronteiras. Esses menores são arrancados de suas famílias e colocados em outras famílias sem qualquer pudor. Muita das vezes os próprios parentes vendem essas crianças e outras são sequestradas e logo depois vendidas. Logo depois os traficantes vão legalizar adoção através da falsificação da documentação. Com isso outras famílias serão criadas em cima do sofrimento da família biológica.

O tráfico de pessoas pode ocorrer na modalidade da adoção à brasileira conforme supostamente aconteceu no caso julgado pelo STJ pelo ministro Paulo de Tarso Sanseverino em 2009. Um bebê recém-nascido que foi entre pelos pais a um casal e receberam dinheiro em troca do mesmo.

Adoção à brasileira é considerada crime de acordo o artigo 242 do Código Penal Brasileiro.

Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Parágrafo único. Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, podendo "o juiz deixar de aplicar a pena". (BRASIL, 2010, p. 568).

Mesmo após a criação de leis, decretos, campanhas, os traficantes continuam agindo em todas as regiões do Brasil. No Sul a modalidade mais usada pelos traficantes à prostituição e adoção ilegal.

Conforme afirma Bettoni no texto a Modalidades do tráfico humano: adoção ilegal de crianças desaparecidas (2014. Internet):

Apesar das novas leis, o tráfico de crianças se mantém em todas as regiões do Brasil. O indicador para o Norte, Nordeste e Centro Oeste é o turismo sexual, e no Sudeste o turismo sexual, a prostituição e a pornografia. Já no Sul, os indicadores são a prostituição e a adoção ilegal.

Conforme as palavras da autora as crianças traficadas do Sul é para adoção ilegal e para a prostituição. É triste a realidade do Brasil. Essa prática criminosa precisa acabar, pois viola os direitos e a dignidade dessas crianças e causam muitos sofrimentos para as famílias que tem seu filho ou filha traficados.

1.5. O TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS SOBRE A ÓTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Conforme a lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) são crimes contra a criança e o adolescente os relacionados à colocação em família substituta os artigos 237 a 239.

Art. 237. Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto:

Pena - reclusão de dois a seis anos, e multa.

Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa.

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: (Incluído pela Lei n.º 10.764, de 12.11.2003).

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência. BRASIL, 2010, p.1074).

Os crimes cometidos contras as crianças e adolescentes em relação ao tráfico com o objetivo de inserir em uma família substituta, os traficantes serão punidos de acordo com o ECA.

1.5.1. O TRÁFICO DE PESSOA SOBRE A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Conforme afirma a Campanha Coração Azul no seu site (internet), O Brasil combate o tráfico de pessoas através do protocolo de Palermo pelo decreto nº 5.017 ratificado pelo Brasil de 2004, Política Nacional de Enfrentamento ao tráfico de seres humanos pelo decreto nº 5.948 de 2006. I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas pelo decreto nº 6.347 de 2008. Ministério da Justiça pela portaria nº 45 de 2009, que afirma as funções do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos Postos Avançados de atendimento Humanizado ao Migrante. Ministério da Saúde pela portaria nº 3.252 de 2009 e nº 104 de 2011 que arrecada os dados do tráfico de seres humanos. Plano Nacional de Política de Enfrentamento à exploração sexual para mulheres, crianças e adolescentes que têm a função de acolher essas vítimas. Conselho Nacional de Imigração e Ministério do Trabalho que disponibilizam o visto permanente das vítimas estrangeiras do tráfico de seres humanos no Brasil.

Conforme afirma a campanha coração azul o Brasil tem vários mecanismos para lutar contra o tráfico de pessoas, começando por ela, tem o objeto de conscientizar as pessoas, tirar dúvidas e encaminhar as vítimas para os núcleos ou posto de acolhimento para que as mesmas possam se recuperar do trauma sofrido na mão dos traficantes. No entanto ainda são brandas as penas aplicadas aos traficantes desse crime.

CONCLUSÃO

O desaparecimento de pessoas está ligado ao tráfico de seres humanos em todo mundo. Milhares de pessoas são traficadas dentre elas crianças e adolescentes que acabam se tornando vítimas da adoção ilegal, trabalho infantil ou escravo, remoção de órgão e exploração sexual.

Na década de 80 várias crianças desapareceram no Sul do Brasil, em Santa Catarina e no Paraná. O ponto de encontro desses traficantes era Curitiba. Estima-se que mais três mil crianças foram traficadas para o exterior para adoção ilegal. Em muitos dos casos essas pessoas não sabiam que essas crianças estavam sendo traficadas.

Essas crianças foram retiradas de seu país de origem e enviadas para o exterior para serem adotadas ilegalmente por casais estrangeiros. Atualmente algumas dessas crianças, hoje adultas estão a procura de seus pais biológicos. Ainda são poucos os dados referentes a adoções ilegais mas sabem-se que está presente na sociedade.

O governo brasileiro criou campanhas que explicam e conscientizam as pessoas com relação ao tráfico de pessoas e criou também núcleos e postos avançados para acolher as vítimas de crime. Mesmo com progresso no combate ao tráfico de seres

humanos ainda são poucas as condenações por esse crime.

Mirna Sorvino em uma entrevista dada ao site de desaparecidos (2013, s.p. Internet) afirmou que dos 16% dos países que apresentaram os dados para documentação não informaram nenhuma condenação por tráfico de seres humanos entre 2007 e 2010.

O Brasil precisa de leis mais severas e políticas para conseguir no combate a esse crime em todas as regiões, pois o tráfico conta com participação de policiais, autoridades e políticos que recebem dinheiro para fechar os olhos para essa prática criminosa. Essas pessoas têm a função de proteger as vítimas, porém elas atuam de forma contrária. Enquanto isso acontecer, vai ser difícil combater ou pegar esses traficantes.

REFERÊNCIAS

- BETTONI, T. Modalidades do tráfico humano: adoção ilegal de crianças desaparecidas. Disponível em <http://www.a12.com/formacao/detalhes/modalidades-do-trafico-humano-adoacao-ilegal-de-criancas-desaparecidas>>. Acesso em: 05 abr. 2014.
- BRASIL. UNODC - Tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>>. Acesso em 09 mar. 2014.
- BRASIL. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 13 set. 2013.
- BRASIL. Cartilha Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Disponível em. Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/384>>. Acesso em: 18 mar. 2014.
- BRASIL. Código Penal Brasileiro. Vade. Mecum universitário de direito SARAIVA. 9.ed. São Paulo: SARAIVA, 2010.
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Vade. Mecum universitário de direito SARAIVA. 9.ed. São Paulo: SARAIVA, 2010.
- BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Vade Mecum universitário de direito SARAIVA. 9.ed. São Paulo: SARAIVA, 2010.
- CAMPANHA CORAÇÃO AZUL. Disponível em: <http://coracaoazul.com.br>>. Acessado em: 12 mar. 2014.
- DESAPARECIDOS DO BRASIL. Tráfico de Crianças no Brasil. Disponível em: <http://desaparecidosdobrasil.blogspot.com.br/2013/02/trafico-de-criancas-no-brasil.html>>. Acesso em: 22 abril 2014.
- DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro. Ed. Saraiva 2013- São Paulo- SP.
- VENOSA, S. S. Direito Civil / Direito de Família. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

UMA ANÁLISE SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO USO INSTITUCIONAL DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS AMADORES DE FLAGRANTES POLICIAIS NOS SÍTIOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS E G1 GOIÁS¹

RAFAEL DELFINO RODRIGUES ALVES²

RESUMO

O artigo busca problematizar a utilização de fotos amadoras tiradas por policiais militares do Estado de Goiás, que expõem fatos das ocorrências policiais durante o exercício da função operacional, como publicações oficiais para o site institucional da corporação, e replicadas, conforme a origem, pelo site G1 Goiás. O objetivo é examinar até que ponto o não tratamento técnico-profissional-jornalístico das fotos institucionalizadas implica em prejuízos para a imagem institucional Polícia Militar de Goiás (PMGO), a partir de categorias que considerem a técnica do fotojornalismo e os valores e as diretrizes da PMGO. A análise técnica fotográfica, a semiótica comunicacional e a ética profissional das fotografias amadoras e seus tratamentos posteriores das duas instituições dão base metodológica para uma consideração que as fotografias amadoras têm um caráter institucionalizado e são usadas com um teor mais jornalístico pelo portal G1 Goiás do que pelo portal PMGO.

PALAVRAS-CHAVE: FOTO AMADORA. FOTOJORNALISMO. SEMIÓTICA. ÉTICA. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS.

INTRODUÇÃO

Por muitas décadas o registro de imagens fotográficas, em especial as que retratavam um fato ou acontecimento, eram restritas a poucas pessoas. Atualmente, além dos fotógrafos que trabalham para algum veículo de comunicação jornalístico, há também vários amadores que utilizam seus aparelhos celulares com tecnologia fotográfica ou câmeras não profissionais para registrar fatos. As fotografias destes dispositivos passaram também a ilustrar e pautar notícias do jornalismo, principalmente na internet.

Um reflexo para essa prática amadora se deve também ao fato da profissão do fotógrafo³ ainda não ser regulamentada no Brasil. Há um projeto de lei, nº 5187 apresentada a câmara dos deputados no ano 2009, que dispõe sobre a profissão de fotógrafo. Em semelhança, no mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a não obrigatoriedade do diploma de nível superior ao exercício do jornalismo⁴.

Neste universo de não exigência de graduação para a realização do fotojornalismo aliado ao universo do incentivo dos meios

de comunicação em solicitar a interatividade e participação da audiência produzir conteúdo, fotógrafos amadores passaram a fotografar flagrantes policiais, por exemplo. Este conteúdo é “gerado por cidadãos em um mundo globalmente conectado pode ter um papel central para complementar o conteúdo jornalístico e midiático produzido profissionalmente” (PAVLIK, 2014, p. 159).

Assim como o fenômeno fotojornalístico passou para o meio digital e ampliou seus colaboradores, os jornais também passaram a ter suas versões na internet ganhando mais interatividade. Com a facilidade de gerar e publicar conteúdo na internet, muitos órgãos públicos fizeram de suas páginas oficiais da rede mundial de computadores uma maneira de gerar conteúdo institucional com um formato jornalístico.

Com estas reflexões, percebeu-se o uso da fotografia amadora por servidores da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) no exercício de suas funções operacionais finalísticas, como ilustração de matérias jornalísticas do sítio oficial dessa instituição e sendo também utilizadas em outros sites

1. Adaptação do artigo científico apresentado ao Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), na versão original foram analisadas três ocorrências policiais em um total de dezessete imagens. Nesta versão é mostrado apenas uma ocorrência com um total de cinco imagens. Versão original disponível em <<http://www.idp.edu.br/publicacoes/portal-de-ebooks/4111-comunicacao-marketing-e-midias-no-setor-publico>> acesso em 27 nov. 2017

2. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e especialista em Comunicação, Marketing e Mídias no Setor Público pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP)

3. O trâmite do projeto encontra-se arquivado segundo o sítio da Câmara dos deputados. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=433437>> acesso em 20 nov. 2016

4. Notícia oficial da decisão do supremo em 17 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>> acesso em 21 nov. 2016

jornalísticos locais. A prática de fotografar os flagrantemente delinquentes está na cultura organizacional da PMGO, não havendo uma determinação por documento oficial para esta prática.

Este artigo levantará discussão bibliográfica sobre fotojornalismo e pontos específicos dessa prática, analisando especificamente categorias técnicas, semióticas e éticas das fotografias amadoras e o posterior tratamento técnico-profissional-jornalístico delas, tanto da PMGO, quanto do site de notícias G1 Goiás, escolhido neste trabalho para representar os websites locais.

Fotos de uma ocorrência envolvendo flagrante delito em março de 2017, cuja produção fotográfica foi realizada por algum policial militar de serviço operacional, serão analisadas segundo os critérios do parágrafo anterior. Posterior a esta etapa, elas serão novamente exploradas pós-tratamento dos dois portais da web em suas respectivas publicações oficiais.

Com esta análise metodológica espera-se saber até que ponto a fotografia amadora realizada por policiais militares têm valor jornalístico. Deste modo, o objetivo empírico é discutir o que define a fotografia como sendo do gênero jornalístico, e as relações que as fotos amadoras da PMGO têm com este conceito em seu site oficial, assim como em um site de notícias que também utiliza a fotografia amadora.

Partiu-se da hipótese de que a foto não profissional realizada pelo policial no exercício da atividade policial não tem valor jornalístico e sim um valor institucional, que é reforçado após o tratamento para publicação do site PMGO. Presume-se também que o website G1 Goiás trata a imagem com o intuito de deixá-la menos institucionalizada e mais jornalística.

1. CATEGORIAS DE ANÁLISE DO FOTOJORNALISMO

1.1 NOVAS TECNOLOGIAS E A TÉCNICA DE FOTOJORNALISMO

Inicialmente, antes de conhecer as revisões bibliográficas sobre as técnicas de fotojornalismo cabe a este estudo discorrer sobre fotografia amadora. Almeida (2006), em sua tese de mestrado, expõe o amador como sendo um indivíduo que busca conhecimento e realiza uma atividade sem necessariamente a exercer como profissão.

Na fotografia, com a popularização de câmeras fotográficas, houve também o aumento do interesse por parte da população, muitos de maneira não profissional. Tendo como exemplo, uma marca famosa de maquinário fotográfico, especificamente em

[...]1888 saiu a primeira câmera kodak 100 vistas com rolo de papel. A máquina vendia-se carregada e, uma vez impressionadas as cem vistas, o fotógrafo mandava a câmara para a fábrica, onde se processava o rolo e se devolvia ao cliente a câmera novamente carregada, acompanhada do negativo revelado e das cópias positivas. (SOUGEZ, 2001, p. 147)

Com o passar do tempo as máquinas fotográficas amadoras ficaram menores, mais leves, mais automatizadas, com mais recursos e passaram da categoria analógica para a digital. Atualmente, as câmeras fotográficas migraram para aparelhos celulares, convergência tecnológica do telefone, da máquina fotográfica, do computador e da internet em um só aparelho. Essa convergência “representa uma transformação cultural, à medida que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos midiáticos dispersos” (JENKINS, 2006, p. 26).

A partir do momento em que o fotógrafo amador pôde divulgar suas imagens com mais rapidez ele intensificou o processo pós-fotográfico, que, consoante Santaella, 2005, é um paradigma referente às imagens sintéticas e infográficas (virtuais), pré-modelizadas e matematicamente elaboradas através do computador. Percebe-se a importância da fotografia nessa interpretação à medida que ela é o parâmetro para a existência de um pré-fotográfico e um pós-fotográfico.

Por mais que a tecnologia de câmeras amadoras mais modernas, inclusive às embutidas em aparelhos celulares, possam fazer com que as fotos se aproximem de uma estética profissional, há diferenciações perceptíveis. Gerard Goggin (2006, p. 153) discorre que a fotografia produzida por aparelhos celulares ainda será reconhecida como um importante lugar no cenário da fotografia digital e cultura visual. No entanto, ele reputa que suas dinâmicas estéticas e culturais ainda são precárias.

Vale salientar que há um ponto convergente da fotografia amadora e da fotografia profissional jornalística que é

uma extensão da nossa capacidade de olhar e constitui uma técnica de representação da realidade que, pelo seu rigor e particularismo, se expressa através de uma linguagem própria e inconfundível. Sendo a participação do autor (fotógrafo) balizada por uma técnica completamente vinculada às especialidades de uma determinada realidade, a foto resultante pode traduzir com bastante rigor a evidência dessa realidade. (GURAN, 1999, p.15)

Ao fazer essa comparação, nota-se que na fotografia há a concepção de realidade de quem realiza o retrato, sendo um canal entre o acontecimento e o receptor da imagem, “a fotografia jornalística fixa um acontecimento e as suas impressões. O fotógrafo é relator desse acontecimento: o intermediário visual entre a notícia e o público” (LIMA, 1989, p.5)

O fotojornalismo, segundo Sousa (2004) não é um gênero tão fácil de delimitar, pois há muitos agentes realizando esse tipo de trabalho e desta maneira começam a ocorrer divergências nas técnicas, expressões e pontos de vista.

No entanto, ele esclarece definições de fotojornalismo que a conceituam em: restrita, em que este é definido como uma atividade de “informar, contextualizar, oferecer conhecimento,

formar, esclarecer ou marcar pontos de vista ('opinar') através da fotografia" (SOUSA, 2004, p.12); e ampla, em que a revela como "atividade de realização de fotografias informativas, interpretativas, documentais ou 'ilustrativas' para a imprensa ou outros projetos editoriais" (Ibidem, p.12)

Na introdução do artigo é citado o valor do fotojornalismo e Benazi, 2010, p. 3, organizou um tríade (técnico, informativo e estético), após levantamento bibliográfico e releituras para definir os tipos de valores integrantes na composição da imagem jornalística.

Valores técnicos "se não o mais óbvio dos valores da fotografia, é sem dúvida o primeiro passo para obtenção de boas imagens" (BENAZI, 2010, p. 4). "Se dominando os componentes da linguagem fotográfica, tais como plano, composição, ângulos, cortes, contrastes e outros, torna-se mais fácil escrever em foto." (BONI, 2000, p.180) Optou-se neste trabalho escolher esta análise técnica para nortear o método da pesquisa, principalmente o impacto da fotografia amadora no fotojornalismo.

Composição	Plano	Ângulos	Profundidade de campo
Centralizar	Geral	Plongée	Focado
Descentralizar	Americano	Nível do olhar	Desfocado
Pontos Áureos	Médio	Contra-plongée	Nitidez
	Primeiro		
	Close Up		

Tabela 01: Resumo dos critérios de composição, plano, ângulos e profundidade de campo

Fonte: adaptado de Mandaji (2013)⁵

O segundo valor, o informativo, é colocado como a prioridade do fotojornalismo e aspectos como instantaneidade, noticiabilidade, factualidade e ineditismo, são expostos (Benazi, 2010, p.8). Por último, sobre a parte estética é explanada que "é um conceito que merece maior aprofundamento pois trabalha com vertentes não apenas artísticas, mas também entra na intencionalidade no impacto visual da imagem gerado pela intencionalidade do fotojornalista" (Ibidem, p. 9).

Com estas definições de fotojornalismo, entendeu-se que ela é a representação de uma notícia intermediada por um agente que informa, mas que pode representar algum ponto de vista e que deve perceber os valores técnicos, informativos e estéticos que compõem uma imagem desse gênero. Estes dois últimos valores, a informação e a plasticidade, serão

aprofundados no próximo tópico através da análise semiótica através das leis de Gestalt.

1.2 A FOTOGRAFIA SEGUNDO A SEMIÓTICA E A GESTALT

Referências para a segunda análise de fotografias amadoras veiculadas em sites de notícias serão levantadas a base da semiótica peirciana, pois há uma dinâmica na atualização da recepção da informação, já que a fotografia de uma notícia busca essa atualização.

A semiótica estuda especialmente a dinâmica existente entre emissor e receptor e os percursos interpretativos que o receptor tem que atualizar. Nesse sentido, a comunicação deixa de ser transferência de informação para passar a ser entendida como transferência de um sistema para outro (TE-MER, 2009, p. 137)

Nesta segunda etapa da análise das imagens será necessário entender a fenomenologia presente no estudo semiótico, em que apresenta a primeiridade, secundidade e terceridade são apresentados como três etapas na percepção de um signo.

Parece, portanto, que as verdadeiras categorias são: primeira, sentimento, a consciência que pode ser compreendida como um instante do tempo, consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise; segunda, consciência de uma interrupção no campo da consciência, sentido de resistência, de um fato externo ou outra coisa; terceira, consciência sintética, reunindo tempo, sentido, aprendizado, pensamento. (PEIRCE, 2005, p. 14)

Consoante Santaella e Nöth (1998, p.110): "Peirce destacou diversos aspectos da qualidade sígnica da fotografia", uma relação de secundidade com o signo, "por um lado, como um ícone; por outro como índice"; o segundo aspecto da imagem, primeiridade, fotográfica que "Peirce a interpreta semioticamente é a possibilidade de sua reprodução técnica" (Ibidem, p.110) e; por último, terceridade, "isto é, à questão se um signo pode atuar somente como uma palavra, [...], Peirce argumenta que a imagem fotográfica é como um predicado que faz uma afirmação sobre o objeto representado, o qual atua, por conseguinte, quase como seu argumento". (Ibidem, p.110)

Através da semiótica, pode-se compreender como esse tipo de imagem fotográfica está inserido em um contexto científico e a análise buscará esta terceridade da imagem fotográfica, por meio da análise da informação presente na fotografia, buscando compreender o argumento fotográfico de cada foto.

O autor João Gomes Filho, 2008, partindo para uma análise imagética complementar à semiótica, realizou um trabalho de

5 - Elementos presentes em uma aula de elementos audiovisuais em formato pdf da Professora Doutora em Jornalismo Carolina Fernandes da Silva Mandajia do corpo docente da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Disponível em <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/cfernandes/literatura-historia-e-cinema-nacional/LING_VIS_Aula4.pdf/at_download/file> acesso em 17 fev. 2017.

6 - O termo semiótica peirciana se refere aos estudos de Charles Sanders Peirce e a linha de pensamento desenvolvida por ele.

analisar, interpretar e sintetizar a organização visual da forma através da leitura visual do objeto pelas leis da Gestalt e categorias conceituais. Vale ressaltar que para o autor o termo objeto se refere a qualquer manifestação visual, ou seja, aplicável para este trabalho que se atentará para a análise de fotografias.

Abaixo segue tabela 02 com as características elencadas por Gomes Filho (2008) na análise das imagens. A tabela foi construída por nós e servirá de método base das análises fotográficas semióticas:

Leis da Gestalt	Categorias Conceituais
<i>Unidade</i>	<i>Harmonia (Ordem e Regularidade)</i>
<i>Segregação</i>	<i>Desarmonia (Desordem e Irregularidade)</i>
<i>Unificação</i>	<i>Equilíbrio (Peso & direção, simetria)</i>
<i>Fechamento</i>	<i>Desequilíbrio (assimetria)</i>
<i>Continuidade</i>	<i>Contraste (luz & tom, cor, vertical & horizontal, movimento, dinamismo, ritmo, passividade, proporção, proporção & escala e agudeza)</i>
<i>Proximidade</i>	
<i>Semelhança</i>	
<i>Pregnância da Forma (Ponto, Linha, Plano, Volume, Configuração real, e Configuração Esquemática)</i>	

Tabela 02 - Resumo das Leis da Gestalt e categorias conceituais da imagem
 Fonte: Gomes Filho (2008, p.24-74)².

Em cada imagem, após verificar qual item ou itens da tabela 02 caberiam análise, será dado uma pregnância da forma das leis de Gestalt, pois quanto mais alta ela é, “ (...) um objeto tende espontaneamente para estruturas mais simples, mais equilibrada, mais homogênea e mais regular”. (GOMES FILHO, 2008, p.36) Por conseguinte, este será o desfecho dessa análise em cada imagem.

1.3 ÉTICA DA COMUNICAÇÃO NO FOTOJORNALISMO

A terceira análise do trabalho se caracteriza por critérios éticos do fotojornalismo, passando pelo tratamento e manipulação da imagem, pelo crédito da fotografia/direitos autorais e pela exposição da figura do suspeito/autoridade pública e materiais apreendidos em ocorrências de flagrante delito. Nesta etapa, através dos três critérios éticos listados, pode-se apontar em qual fator a fotografia desse gênero está infringindo, de alguma forma, este critério.

Em harmonia com o Código de Ética do Jornalista, apre-

sentado por André (1994), faz-se a seleção de alguns artigos e incisos sobre o direito à informação, da conduta profissional do jornalista e da responsabilidade profissional do jornalista:

Art. 3º – A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo [...] Art. 8º - Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade de suas fontes de informação. Art. - 9º É dever do jornalista: a) divulgar todos os fatos que sejam de interesse público [...] Art.10 – O jornalista não pode: e) exercer cobertura jornalística, pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado. [...] Art. 13- O jornalista deve evitar a divulgação de fatos: a) com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas; b) de caráter mórbido e contrários aos valores humanos. (ANDRÉ, 1994, p.26-28)

Por se tratarem de imagens fotográficas realizadas pelos próprios policiais militares em exercício de suas funções finalísticas e não como profissionais de jornalismo, fica a reflexão da visão do estado na confecção das imagens, pois

os governos, sejam eles da esfera federal, estadual ou municipal, têm por norma tentar impor-se à opinião pública, mostrando que agiram acertadamente. Esse desiderato pode ser conseguido de várias formas: a) negando informações oficiais aos meios de comunicação de massa; b) fornecendo exclusivamente comunicados esclarecedores; c) divulgando matérias pagas de auto-elogio. Os atos do poder público se submetem à apreciação de todos, de uma forma ou de outra, e é por intermédio de jornais, revistas, rádio, televisão, cinema e livros que a população fica sabendo o que aconteceu ou está ainda por ocorrer. (ERBOLATO, 1982, p. 57)

Com o crescente número de policiais militares realizando fotografias amadoras auxiliando na construção de conteúdo imagético no fotojornalismo e com a facilidade no tratamento técnico-profissional de imagens por parte da assessoria de comunicação da PMGO e agências de notícias digitais, exemplo G1 Goiás, as

edições, cortes e manipulações – inclusive montagens (estas mais raras) - sempre ocorreram nos meios jornalísticos, mas nunca com tanta frequência como agora. Esses fatos devem servir de alerta para que o respeito aos leitores e aos fotografados seja preservado, pois, com o avanço tecnológico, essa prática torna-se mais fácil e comum, podendo interferir na credibilidade das imagens, destruindo a memória fotográfica do século XXI. (OLIVEIRA, 2010, p.3)

A manipulação imagética, realizada em excesso, pode gerar então uma perda de credibilidade para o fotojornalismo.

7 - Quadro elaborado por nós segundo os critérios da Obra Gestalt do Objeto: sistema de leitura visual, do autor João Gomes Filho, 2008.

E neste sentido, entra o critério ético da comunicação neste segmento, pois um apontamento de Baynes (1971) já mostrava que as fotografias deixaram de ser segundo plano nas ilustrações de textos jornalísticos e passaram a gerar conteúdo assim como a escrita em tabloides do começo do século XX. Assim, a manipulação da imagem no jornalismo pode representar uma manipulação em informação e conseqüentemente na responsabilidade ética da sua utilização.

O segundo aspecto ético proposto no trabalho é em relação ao direito pelo crédito da fotografia e dos direitos autorais de quem realiza a foto. Pois no contexto de uma notícia, assim como se cobra a autoria de quem escreveu, é necessário saber o crédito de quem realizou a imagem. O que é muito comum no fotojornalismo é colocar “divulgação” para uma imagem sem crédito ou realizada por um amador. Segundo o manual de comunicação do senado federal brasileiro, a produção jornalística deve conter o nome do fotógrafo seguido da instituição a qual representa. Uma prática consoante também por manuais de redação de empresas privadas, como por exemplo: Folha de São Paulo, Estadão e etc.

Com a evolução dos meios de comunicação e a reprodutibilidade técnica, o “direito à imagem (ou à própria imagem) vem adquirindo extrema relevância” (COSTA NETO, 1998, p. 26). Antônio Carlos citado por Costa Neto, 1998, explana os usos ilícitos da imagem, sendo dois deles: “uso contra a vontade do interessado e uso ofensivo ou torpe” (Ibidem, p. 28) já tem suas sanções na Constituição Federativa do Brasil de 1988, pois “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988).

Por esta razão, a exposição da figura do suspeito de cometer crime e ou das autoridades que estão na detenção dele, sem a devida autorização, além de gerar uma não aplicação correta da lei, constitui um fator antiético discutido pela opinião pública, pois se esse suspeito for posteriormente julgado inocente ou a autoridade pública policial sofrer alguma sanção pela imagem, seria muito difícil reverter esta conjuntura.

2. ANÁLISE DAS FOTOS AMADORAS DOS POLICIAIS MILITARES E O TRATAMENTO DO SITE INSTITUCIONAL DA PMGO E DO SITE DE NOTÍCIAS G1 GOIÁS

A abordagem qualitativa será utilizada visto que possibilitará examinar os conteúdos, a técnica e critérios utilizados

no material a ser classificado. Segundo Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa qualitativa “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p.217). Nesse caso, aspectos subjetivos também serão possíveis de observações, o que reforça a qualificação científica da pesquisa qualitativa para este trabalho, visto que também possibilitará observar as construções do campo social e o significado das práticas ali experienciadas (FLICK, 2009).

Os aspectos levantados na parte bibliográfica do trabalho, tais como o da técnica, o da semiótica e o da ética comunicacionais serão aplicados nesta etapa do trabalho. Posteriormente, o método comparativo depreenderá “os elementos constantes, abstratos e gerais” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 107) da aplicabilidade das fotografias nos respectivos sítios escolhidos para análise.

Antes de explorar as fotografias é necessário compreender que este estudo optou por analisar duas plataformas: o portal institucional da Polícia Militar do Estado de Goiás⁸ e o portal de notícias G1 Goiás⁹.

O primeiro foi escolhido para o escopo do trabalho, pois divulga as fotografias amadoras realizadas pelos próprios policiais da corporação, segundo fontes da própria assessoria de comunicação da instituição.

O website da PMGO, segundo a sua própria Assessoria de Comunicação Social, surgiu em 2004 com a finalidade de divulgação do trabalho institucional do órgão. Hoje, ele veicula notícias das ocorrências policiais militares de todo o estado, além de convocações e utilidades para o efetivo da Polícia Militar de Goiás e o público em geral. No ano de 2008 ele ganhou o prêmio IBEST, na categoria de melhor site regional de Goiás.¹⁰

Já o segundo portal, G1 Goiás, foi nomeado para fazer parte da análise porque reproduz imagens cedidas pela Assessoria de Comunicação Social da PMGO (PM5), no entanto, dão um outro tratamento técnico profissional. O G1 Goiás, conforme uma própria reportagem divulgada por eles, completou cinco anos em julho de 2016¹¹. Nos moldes do G1 Nacional, o G1 Goiás dedica-se a publicar notícias regionalizados, dentre elas as relacionadas também à segurança pública do Estado e tem representatividade no jornalismo local.

Ao iniciar a análise das fotografias amadoras, apresenta-se três fotografias cedidas pela PM5 sobre uma ocorrência

8 - Endereço do site institucional da Polícia Militar do Estado de Goiás. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br>> Acesso em: 20 jan 2017

9 - Endereço do portal de notícias G1 Goiás. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/goias/>> Acesso em: 20 jan 2017

10 - A notícia da premiação intitulada pode ser acessada em <<http://portalavoz.com/site-da-pmgo-fica-em-primeiro-lugar-no-premio-ibest-categoria-regional-goias/>> Acesso em: 16 fev 2017

11 - Matéria jornalística do portal G1 Goiás que mostra aproximadamente o dia da criação do referido sítio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/07/torneio-de-boliche-celebra-5-anos-do-g1-goias-com-agencias-publicitarias.html>> Acesso em: 19 fev 2017

envolvendo um idoso portando uma arma de fogo ilegal e dirigindo embriagado no dia 03 de março de 2017.

O desfoque presente na Imagem 01 é o que mais chama a atenção na fotografia, seguida da composição em mescla de plano médio e americano, com uma angulação ao nível do olhar em 45° à esquerda. Nela há a descrição de dois policiais, sendo um segurando uma arma de fogo nas mãos, de forma a apresentar o objeto, e outro com os braços para trás. No meio deles há um homem de costas, algemado com as mãos para trás e como plano de fundo uma viatura de polícia estacionada em uma calçada. A composição e enquadramento da foto são aceitáveis para o padrão profissional, entretanto, o desfoque de lente gera um ar de amadorismo na fotografia.



Imagem 01: Idoso dirigindo embriagado e portando arma de fogo ilegalmente

Fotografia: sem crédito

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da PMGO/PM5

A linha diagonal imaginária criada pela perspectiva escolhida criou uma certa dinamicidade na imagem, mesmo estando desfocada. “A perspectiva geralmente apresenta sucessões de figuras identificadas em elementos diversos, como linhas, planos, volumes, (...)” (GOMES FILHO, 2008, p. 97). Se ela gerasse a diagonal inversa, acabando no canto inferior direito, atrairia mais atenção do objeto apreendido, seria melhor lida pelo leitor imagético ocidental, que termina a leitura neste local. A pregnância dessa imagem é média, pois consegue gerar uma sensação de profundidade mesmo desfocada.

Quem realizou a imagem conseguiu contar uma história (dois policiais prenderam um homem, não identificado, que provavelmente portava uma arma de fogo) com uma solução para a questão ética de exposição do preso, pois ele está de costas. Não houve necessidade de realizar manipulações na imagem a fim de comprometer a originalidade do fotojornalismo. O uso de algemas poderia ser questionado por questões de direitos humanos por se tratar de um idoso, talvez a imagem não seria tão pertinente neste quesito ético.

A imagem 02 é enquadrada em primeiro plano, mais próximo do objeto que se gostaria de destacar. O segundo apontamento é em relação à composição dos objetos do conjunto imagético, neste caso há uma pistola, dez munições e um boné identificador de uma unidade policial militar, dispostos de uma maneira harmônica.



Imagem 02: arma apreendida com o idoso no dia 03 de março de 2017

Fotografia: sem crédito

Fonte: Assessoria de Comunicação Social da PMGO/PM5

O foco de luz construído artificialmente também gera uma sombra muito dura, mas com o plano mais fechado a logomarca da PMGO no capô da viatura fica menos evidente. Essa imagem obtém “ a sensação de fechamento visual da forma pela continuidade em uma ordem estrutural definida, ou seja, por meio de agrupamento de elementos(...)” (GOMES FILHO, 2008, p.32) com a composição arma, munições e boné.

Sobre a questão ética também não há a identificação da numeração da arma de fogo que poderia gerar uma possível exposição de seu dono. Tampouco há a exposição de pessoas presas ou em situações desumanas e não haveria necessidade de manipulação da imagem.

Preocupações éticas que não podemos defender na Imagem 03, pois nela existem vários dados referentes ao idoso preso que o expõe. Existe uma representabilidade muito técnica nesta imagem, o retrato de um exame que alcoolemia retratado em enquadramento vertical, a disposição do papel dá a impressão de estar desenquadrado e torto, contudo, está nítido e focado.

Pregnância baixa, pois há muita informação na imagem e a composição estética não chama atenção, não tem uma leitura simples e demora bastante a associação com o fato. Uma solução para essa imagem seria colocar este teste impresso acompanhado do aparelho medidor nas mãos do policial militar da Imagem 02, pois haveria a menção do teste do bafômetro sem a exposição dos dados do autor e o excesso de informação em uma só imagem.

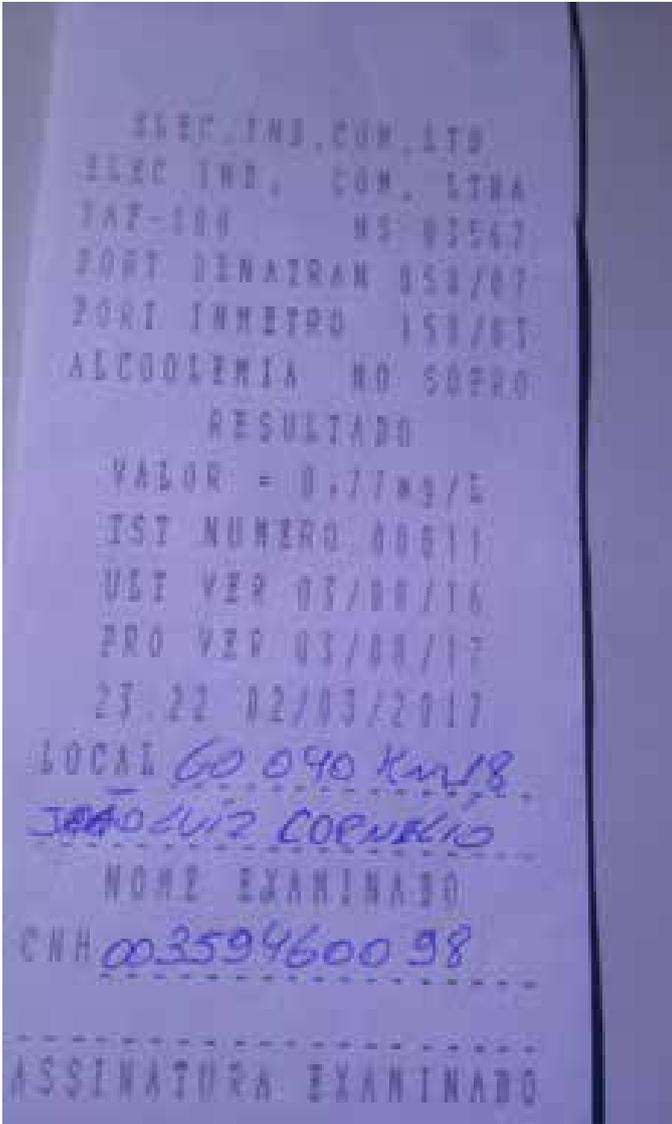


Imagem 03: fotografia de teste de etilômetro do idoso preso em flagrante
Fotografia: sem crédito
Fonte: Assessoria de Comunicação Social da PMGO/PM5

A fotomontagem da (Imagem 04) é composta pela escolha da imagem 01 e 02 em seus respectivos enquadramentos, a primeira do lado direito e a segunda do lado esquerdo, separados por uma faixa branca. No canto inferior direito há a inserção da logomarca do Portal PM, em cores preta e verde, que contrastam de uma maneira não muito harmônica com a fotografia de fundo, que já apresenta também logomarcas no capô da viatura e no boné. Desta maneira, a imagem ficou um pouco carregada e com excesso de informação, diminuindo sua aproximação com fotojornalismo, por ter sido editada e apresentar assinaturas com marcas.

Hipoteticamente, o site de notícias G1 em sua publicação (Imagem 05) optou pela escolha da imagem 01 porque ela

tem a terceiridade peirciana e uma pregnância média, mesmo com o problema técnico de estar desfocada. A não predileção pela Imagem 02 ou 03, presumivelmente é pela baixa representabilidade narrativa. Respectivamente, a primeira é bastante institucionalizada, mostrando logomarca da PMGO e de uma unidade operacional no boné e a segunda como já analisada é bem técnica e expõe dados do idoso preso.



Imagem 04: publicação da edição fotográfica no site da PMGO
Fonte: site da PMGO¹²



Imagem 05: fotografia exposta na 2ª ocorrência no portal G1 Goiás
Fonte: site G1 Goiás¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises foram realizadas por pontos teóricos presentes nas teorias de fotojornalismo, na semiótica e leis da Gestalt assim como apontamentos éticos no fotojornalismo. Vale ressaltar que a análise também contou com a experiência pessoal e cultural daquele que examinou as imagens, porque são características intrínsecas a pessoa do avaliador, não podendo serem desprezadas.

Fotografias amadoras, por mais bem realizadas pelos policiais militares de serviço operacional, podem deixar algumas marcas de não profissionalismo, sejam pelo enquadramento, desfoque, composição e ângulos; algumas em grau mais acen-

12 - O conteúdo desta matéria está disponível no site da PMGO. Disponível em: <www.pm.go.gov.br/index.php?link=2&idc=102616&idt=2> Acesso em 04 abr 2017

13 - A matéria completa pode ser acessada no G1 Goiás. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/transito/noticia/2017/03/apos-acidente-idoso-e-preso-por-dirigir-embriagado-e-armado-em-go.html>> Acesso em: 05 abr 2017

tuado, outras menos perceptíveis. A assinatura institucional nos créditos das fotografias, divulgação PM, faz com que a instituição PMGO aceite e seja responsável por aquela fotografia, tanto para interpretações positivas quanto para negativas dos leitores das imagens.

Em relação à análise estética pela semiótica, percebe-se que não há uma preocupação plástica acentuada nas imagens, pois muitas delas não estão em equilíbrio, com traços assimétricos que prejudicam a leitura e interpretação.

Sobre o lado ético, o portal da polícia se mostrou preocupado com a não divulgação explícita da identidade do suspeito. O G1 indica também esse nível de preocupação e exibiu o preso apenas quando ele estava de costas para a câmera, nas demais ocorrências escolheu não publicar as imagens, nem editá-las. A exposição da pessoa presa ocorre da Assessoria de Comunicação, PM5, por meio de grupos de compartilhamentos privados, para os meios de comunicação e eles decidem como vão publicar estas imagens.

O formato de veiculação das matérias da PMGO é jornalístico, no entanto, a maneira como são realizadas as fotografias e o tratamento técnico-profissional são institucionalizados e essa comunicação institucional, segundo Monteiro, (2003, p. 149), ao ser veiculada para terceiros se torna uma “prestação de contas para a sociedade”. Por esta razão, a preocupação dos policiais militares em quase todas as imagens é em destacar a logomarca da instituição e de alguma forma “assinar” aquela fotografia com alguma referência do órgão, pois quase todas as imagens analisadas há alguma referência à logomarca da instituição e de suas unidades.

A parcialidade da visão do policial militar na elaboração da fotografia é percebida nas fotografias e o site G1, em suas escolhas editoriais fotográficas e tratamentos técnicos profissionais buscam desassociar a marca da PMGO das matérias analisadas, pois quando a logomarca está em muita evidência, a fotografia não é escolhida e nem publicada.

Na conclusão das análises imagéticas, além das deficiências técnicas, estéticas e éticas na produção, tratamento e divulgação das fotografias amadoras por parte da PMGO, captamos que a percepção de realidade do profissional de segurança pública e a promoção institucional se fazem muito presentes no ato fotográfico.

Dicotômico a questão do policial retratar através de uma fotografia jornalística seu próprio ato. Pois de um lado ele é a fonte primária da notícia e consegue de forma rápida capturar imagens e noticiar o fato, mas de outro lado, como analisado, ele deixa uma visão institucionalizada. O tratamento técnico profissional realizado pela PM5, deixa o trabalho ainda mais institucionalizado, aplicando mais logomarcas nas fotomontagens.

O amadorismo fotográfico que pode apresentar ruídos comunicacionais em seus aspectos: técnicos (desfocada, mal enquadrada, com uma angulação não definida); semióticos (com vários elementos que causam pregnância baixa na estética e com dificuldade leitura visual) e; éticos (com problemas de excessos de manipulação nas imagens, direitos de imagem e direitos autorais) podem gerar uma imagem de desorganização.

Pelo fato de nem toda imagem elaborada por um policial militar em serviço operacional conter técnicas elaboradas de fotografia, pregnância alta e preocupações éticas, pode gerar no leitor da site da PMGO e, conseqüentemente, no leitor dos portais de notícias que utilizam essas imagens, a exemplo o G1 Goiás, uma ideia de inconstância em unidade comunicacional da instituição.

Apesar da quantidade de imagens analisadas ser apenas uma amostragem do que é produzido diariamente em fotografias amadoras pela PMGO (e nesta adaptação do artigo uma quantidade mais reduzida ainda), as leituras imagéticas e a não padronização institucional, podem criar vários discurso em um mesmo órgão institucional e uma imagem fotográfica incompatível com o formato proposto pelo fotojornalismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana. Amadores. Lisboa, 2006. Tese (Mestrado em Teoria da Literatura). Universidade de Lisboa. Disponível em <<http://www.lettras.ulisboa.pt/images/areas-unidades/literaturas-artes-culturas/programa-teoria-literatura/documentos/almeida1.pdf>> Acesso em 12 fev 2017.
- ANDRÉ, Alberto. Ética e código da comunicação social. 3ª edição. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1994.
- BAYNES, K. (Ed.) (1971) - Scoop, Scandal and Stife: A Study of Photography in Newspapers. London: Lund.
- BENAZZI, Laurino A. Informação, técnica e estética: os valores da imagem fotojornalística. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3307-1.pdf>> Acesso em 29 nov. 2016.
- BONI, Paulo César. O discurso fotográfico: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 16 fev 2017
- ERBOLATO, Mário. Deontologia da comunicação social. Petrópolis, Vozes, 1982. 242p. (Coleção Meios de Comunicação Social, 2, Série Manuais, 9)
- FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOGGIN, Gerard. Cell phone culture: mobile technology in everyday life. New York, NY: Routledge, 2006.
- GOMES FILHO, João. Gestalt do objeto: sistema de leitura visual. São Paulo: Escrituras Editoras, 2008.
- GURAN, Milton. Linguagem fotográfica e informação. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.
- JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. Metodologia Científica. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.
- LIMA, Ivan. Fotojornalismo brasileiro: realidade e linguagem. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.
- MONTEIRO, Graça F. A notícia institucional. In: DUARTE, Jorge (Org). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. São Paulo: Atlas, 2013.
- OLIVEIRA, Erivam Morais de. O resgate da ética no fotojornalismo: a banalização das imagens nos meios de comunicação. Revista de C. Humanas, Vol. 10, Nº 2, p. 428-438, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cch>

- ufv.br/revista/pdfs/vol10/artigo6evol10-2.pdf> Acesso em 18 mar 2017.
- PAVLIK, John V. Ubiquidade: O 7.º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença, 2014. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf> Acesso em 05 dez. 2016.
- PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SANTAELLA, Lucia. Os três paradigmas da imagem. In: ETIENNE, Samain (org.). O fotográfico. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec; Editora Senac São Paulo, 2005, p.295-307.
- SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. Imagem: cognição, semiótica, mídia. 2ª edição. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SENADO FEDERAL. Secretaria de Comunicação Social. Manual de redação: Agência Senado, Jornal do Senado. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/credito-de-foto-e-ilustracao>> Acesso em: 27 fev 2017
- SOUGEZ, Marie Loup. História da fotografia. Lisboa: Dinalivro, 2001.
- SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do fotojornalismo ocidental. Chapeco; Florianópolis: Argos: Letras Contemporaneas, 2004.
- TEMER, Ana Carolina; NERY, Vanda Cunha. Para entender as teorias da comunicação. Uberlândia: EDUUFU, 2009.

DISTÚRBIOS DO SONO NO POLICIAL MILITAR

SLEEP DISORDERS IN POLICE OFFICERS

ELINE BARBOSA¹, SUZY DARLEN SOARES DE ALMEIDA¹, WALDEMAR NAVES DO AMARAL¹

RESUMO

Introdução: Os policiais militares são uma população de risco para os distúrbios do sono, gerando impacto importante em sua saúde. Além de serem trabalhadores em turno, os riscos inerentes ao trabalho levam a maior exposição ao estresse físico e psíquico, aumentando a chance de depressão, transtorno de estresse pós-traumático, insônia e bruxismo. Objetivo: Identificar os distúrbios do sono em policiais militares com ênfase no trabalho em turno e suas repercussões. Metodologia: Revisão integrativa nas bases de dados PubMed e Scielo, entre os anos de 2000 e 2017, utilizando os descritores “sleep disorders”, “police officers” e suas combinações. Discussão: A busca por melhor remuneração faz o trabalhador da área de segurança submeter-se a escalas extras de trabalho, culminando com uma perigosa síndrome do sono insuficiente. O trabalho em turno predispõe à privação de sono e está associado ao aumento de morbidade ocupacional, além de maior chance de acidentes no trabalho e de trânsito, alta prevalência de síndrome metabólica e apneia obstrutiva do sono, potencializando o surgimento de doenças cardiovasculares. Conclusão: É elevada a prevalência de distúrbios do sono entre policiais militares, dentre eles os respiratórios, insônia e bruxismo. A má qualidade do sono atinge 54% dos policiais, sendo significativamente maior (70%) nos que trabalham no turno noturno. O trabalho em turno afeta a resposta fisiológica ao estresse, aumentando a proporção de sono curto (menos que seis horas) nessa população.

PALAVRAS-CHAVE: DISTÚRBIOS DO SONO; RITMO CIRCADIANO, DISTÚRBIOS; SAÚDE DO TRABALHADOR.

ABSTRACT

Introduction: Military police are a population at risk for sleep disorders, which have a significant impact on their health. In addition to being shift workers, the inherent risks of work lead to greater exposure to physical and psychological stress, increasing the chance of depression, post-traumatic stress disorder, insomnia and bruxism. Objective: To describe sleep disorders on military policemen with an emphasis on shift work and its repercussions. Methodology: Integrative review of the PubMed and Scielo databases, between 2000 and 2017, using the descriptors “sleep disorders”, “police officers” and their combinations. Discussion: The search for better remuneration makes the security worker submit to extra work scales, culminating in a dangerous insufficient sleep syndrome. Shift work predisposes to sleep deprivation and is associated with an increase in occupational morbidity, as well as a greater chance of work and traffic accidents, a high prevalence of metabolic syndrome and obstructive sleep apnea, thus potentiating the onset of cardiovascular diseases. Conclusion: The prevalence of sleep disorders in military police officers, among them respiratory, insomnia and bruxism, is high. The poor quality of sleep affects 54% of the police, being significantly greater (70%) in those who work the night shifts. Shift work affects the physiological response to stress, increasing the proportion of short sleep (less than six hours) in this population.

KEYWORDS: SLEEP DISORDERS; CIRCADIAN RHYTHM DISORDERS; OCCUPATIONAL HEALTH.

INTRODUÇÃO

Os policiais estão excessivamente cansados devido a longas e erráticas horas de trabalho, trabalho por turnos e sono insuficiente. Esses fatores provavelmente contribuem para níveis elevados de morbidade e mortalidade, distúrbios psicológicos e disfunção familiar. Longas horas de trabalho e trabalho por turnos ameaçam a saúde, segurança e desempenho do policial. Esta situação é agravada pela falta de pessoal associado a mudanças demográficas e novas ameaças à segurança interna (VILA, 2006). Além disso, esses profissionais enfrentam mui-

tos estressores que podem afetar negativamente a qualidade do sono (NEYLAN, 2002).

A frequência de má qualidade do sono atinge 54% dos policiais, sendo significativamente maior (70%) nos policiais que trabalham no turno noturno ($p < 0,001$), (FEKEDULEGN, 2016). Profissionais avaliados com sono limítrofe (27%) e de má qualidade (39%) relataram maior estresse pessoal, organizacional e operacional, sintomas depressivos e pior qualidade de saúde (EVERDING, 2016). Além disso, a percepção de níveis mais elevados de estresse foi significativa em policiais

1. Grupo de Epidemiologia e Pesquisa da PMGO- Hospital do Policial Militar do Estado de Goiás.

masculinos com pior qualidade de sono (CHARLES, 2011).

Também é descrita a associação entre a elevada prevalência de bruxismo entre policiais militares (50,2%) e sua associação com o estresse ocupacional (CARVALHO, 2008), sendo os policiais quase duas vezes mais propensos a ter facetas de desgaste dentário que os trabalhadores industriais (SERRA-NEGRA, 2016).

Diante dessa miscelânea de fatores predisponentes aos distúrbios do sono, o que ocupa o papel central na fisiopatogênese é o trabalho em turno do policial militar. É amplamente sabido que trabalhadores em turno (principalmente rotativo e noturno) apresentam maior adoecimento. O trabalho noturno tem impacto negativo em amplas esferas: biológicas, trabalhistas, sociais e médicas (KLAWE, 2005).

Assim o objetivo desse artigo é descrever o impacto dos distúrbios do sono na saúde do policial militar, com ênfase nas repercussões do trabalho em turno para essa classe de trabalhadores.

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases de dados PubMed e Scielo entre os anos de 2000 e 2017, utilizando os descritores “sleep disorders”, “police officers” e suas combinações, além dos mesmos termos em português. Foram selecionados 40 artigos (entre originais e de revisão) e foi incluída a Classificação Internacional de Distúrbios do Sono (3ª edição) para as definições. Foram excluídos artigos que não possuíam resumo disponível ou em idiomas que não o inglês ou português.

DISCUSSÃO

Os policiais militares são uma população de risco para os distúrbios do sono. Num estudo com 4957 policiais dos EUA e Canadá, 40% apresentaram pelos menos um distúrbio do sono (RAJARATNAM, 2011). Gabarino e colaboradores (2002) avaliaram 611 policiais trabalhadores em turno e 669 que cumpriam horário usual (controles). A frequência de distúrbios do sono foi, respectivamente, de 35,7% e 26,3%. Os trabalhadores em turno tinham 25,9% de queixa de insônia comparados a 15,8% dos controles ($p < 0,0001$).

Concomitantemente, o estilo de vida citado está associado à alta prevalência de síndrome metabólica e apneia obstrutiva do sono, potencializando o surgimento de doenças cardiovasculares e aumentando o risco de acidentes automobilísticos e no trabalho. A prevalência de síndrome metabólica em policiais militares masculinos varia entre 24% (CHANG, 2015) e 33% (YOO; FRANKE, 2013). Foram encontradas entre os policiais militares de Goiás: 58,9% de alterações na pressão arterial, 42,8% nos triglicerídeos, 30,3% no colesterol HDL 20,9%

na circunferência abdominal e 17,4% na glicemia em jejum, totalizando 23,7% dos policiais com síndrome metabólica, que é uma condição associada à maior morbimortalidade por eventos cérebro e cardiovasculares (ALMEIDA, 2017). Policiais taiwaneses com maior pontuação de distúrbios do sono obtiveram maior prevalência de síndrome metabólica (SM) e obesidade abdominal ($p=0,029$), sendo que os que dormiram menos de 5 h apresentaram 88% mais chances de sofrer de obesidade abdominal do que aqueles que dormiram entre 7-7,9 horas (IC 95%: 1,01-3,5), independentemente de outros fatores de risco (CHANG, 2015).

Além disso, a duração curta do sono e distúrbios respiratórios do sono estão associadas a maior risco cardiovascular. As mulheres com sono curto tiveram um número médio significativamente maior de componentes da síndrome metabólica (média = 1,43) do que aqueles com maior duração do sono (média = 0,81, $p = 0,0316$). Os policiais que pararam de respirar durante a noite tiveram mais componentes de SM (média = 2.43) que os controles ($p = 0.0206$) (MCCANLIES, 2012). Violanti e colaboradores (2009) encontraram associações significativas entre turnos noturnos e o número médio de componentes da síndrome metabólica em 98 policiais com redução das horas de sono ($p = 0,013$) e mais horas extras de trabalho ($p = 0,007$).

Num estudo com 257 policiais, os que dormiram menos de 5 ou 8 horas de sono medida objetivamente (por actigrafia) tiveram valores máximos de espessura da média intimal da artéria carótida significativamente maiores, independentemente da idade. Tal indicador mostra um alto risco de doença cardiovascular (DCV). A obtenção de duração suficiente do sono pode ser considerada uma possível estratégia para a prevenção da aterosclerose entre policiais (AMA, 2013).

O IMPACTO DO TRABALHO EM TURNO NO POLICIAL MILITAR

É amplamente estudado como o trabalho em turno afeta o sono, sendo um fator de risco modificável ligado a doença crônica (RAMEY, 2012). O indivíduo submetido a horários de trabalho fora do diurno apresenta perturbações no ciclo circadiano (relógio biológico) pela necessidade de inverter o padrão fisiológico do ciclo sono-vigília. A Classificação Internacional de Distúrbios do Sono (CIDS 3) estima que os distúrbios do sono afetem 2-5% da população geral, sendo que em trabalhadores de turno rotativo e noturno essa prevalência é de 10 a 38% (CIDS 3).

Em um estudo com 1.280 policiais, houve evidência de distúrbios do sono em 35,7% de policiais que trabalham em turno e em 26,3% controles (GARBARINO, 2002). Os trabalhadores de turno não-diurnos apresentam mais risco de dormir menos de 6 horas por dia em comparação com os de

turno regular (RR= 14,27; intervalo de confiança de 95% [IC], 1,98-102,95, $p < 0,001$) e o risco relativo de qualidade geral do sono ruim para os que dormiram menos de 6 horas foi de 2,44 (IC 95%, 1,15 - 5,20, $p = 0,27$), (RAMEY, 2012). A ocorrência de acidentes relacionados ao sono em policiais italianos que trabalham em turno foi significativamente aumentada e relacionada à presença de indicadores de distúrbios do sono (GARBARINO, 2001).

Também é amplamente estabelecido que policiais com curta duração ou má qualidade do sono relataram mais sintomas de estresse, burnout e depressão (YOO; FRANKE, 2013). Rajaratnam (2011) e colaboradores, ao realizar seguimento mensal ao longo de dois anos em 4957 policiais militares, encontraram, nos que apresentaram triagem positiva para distúrbios do sono (em comparação aos com baixa probabilidade para as patologias estudadas): maior chance de cometer erro administrativo (17,9% x 12,7%), com razão de chances ajustada [OR] 1,43 [IC 95% 1,23-1,67]; de adormecer ao volante (14,4% x 9,2%) com OR ajustada 1,51 [IC 95%, 1,20-1,90]; erro ou violação da segurança atribuídos à fadiga (23,7% x 15,5%), OR ajustada 1,63 [IC 95% 1,43-1,85]; maior incidência de desfechos adversos (descontrole da raiva em suspeitos (34,1% x 28,5%), OR ajustada 1,25 [IC 95% 1,09-1,43]) ; absenteísmo (26,0% x 20,9%), OR ajustada 1,23 [IC 95% 1,08-1,40] e maior chance de adormecer nas reuniões (14,1% x 7,0%), OR ajustada 1,95 [IC 95% 1,52-2,52]).

O trabalho em turno afeta múltiplas funções fisiológicas, neuroendócrinas e hormonais. Dessa forma, altera as respostas hormonais ao estresse, no qual o cortisol atua como um intermediário biológico crítico. Portanto, a resposta de despertar do cortisol é sugerida como índice primário da tolerância ao trabalho por turnos. Ao estudar 25 jovens policiais no intervalo entre cerca de 4 e 14 meses após a transição do trabalho do dia normal para o trabalho rotativo rotativo, Lammers e Kerkhof (2015) mostraram que os valores médios de cortisol começaram a aumentar desde a linha de base até significativamente níveis mais altos em cerca de 14 meses após o início do trabalho por turnos. No entanto, um subgrupo de 10 sujeitos seguiu uma tendência monotonamente ascendente, enquanto outros 14 sujeitos, após um aumento inicial de cerca de 4-14 meses, reverteu para uma menor resposta do cortisol no nível basal em cerca de 20 meses após o início do trabalho por turnos. Se o aumento inicial na resposta ao cortisol marcar o desenvolvimento de uma resposta crônica ao estresse, a reversão subsequente aos níveis iniciais no subgrupo de 14 participantes pode ser indicativa de um processo de recuperação, possivelmente o desenvolvimento da tolerância ao trabalho por turnos.

Essa tolerância deve-se a complexas interações entre susceptibilidade genética (cronotipos), hábitos de vida prévios e

da resposta adaptativa do indivíduo ao estresse. Wirth (2013) mostrou que a secreção de cortisol foi modificada entre policiais com diferentes variantes de genes do relógio PER3 VNTR, sugerindo variações genéticas individuais que predispõem o indivíduo a respostas diferentes diante do trabalho em turno.

Dessa maneira, têm sido estudadas estratégias para detectar e até mesmo prever deficiências de sono em resposta ao trabalho por turnos no início, o que poderia ser uma base para o desenvolvimento de intervenções individualizadas para melhorar a tolerância ao trabalho por turnos. A flexibilidade dos hábitos de sono e a qualidade subjetiva do sono noturno antes do trabalho por turnos revelaram-se preditores da qualidade subjetiva do sono diurno (LAMMERS, 2016).

Entre as estratégias a serem adotadas para minimizar o dano à saúde dos policiais trabalhadores em turno, destacam-se a educação em saúde, a promoção da saúde, o diagnóstico e tratamento multidisciplinar dos distúrbios do sono e comorbidades. São formas de evitar o adoecimento, absenteísmo e acidentes as intervenções psicossociais (PEÑALBA, 2008). No estudo SHIELD (Safety & Health Improvement: Enhancing Law Enforcement Departments), 408 policiais militares foram submetidos a doze sessões de 30 minutos de intervenção psicossocial ao longo de seis meses, resultando em melhora da dieta, sono, níveis de estresse e qualidade de vida geral (KUEHL, 2016).

Além disso, a manutenção da aptidão física num estudo com 460 policiais melhorou a percepção de um bom sono e resposta ao estresse entre policiais. Gerber e colaboradores (2014) sugerem que os programas multimodais, incluindo controle do estresse, higiene do sono e treinamento físico são componentes essenciais da promoção da saúde no local de trabalho na força policial e funcionam como recursos de resiliência.

Outras medidas importantes seriam o desenvolvimento de horários de trabalhos por cronotipos, fototerapia e pausas programadas para o descanso.

A adaptação circadiana ao trabalho do turno da noite através da fototerapia (exposição intermitente à luz brilhante de amplo espectro durante a noite e a programação de sono diurno em ambiente escuro) levou a um melhor desempenho, níveis de alerta e humor, um sono diurno mais longo e menor atividade do sistema nervoso simpático durante o sono diurno (BOUDREAU, 2013; BOIVIN, 2012). Estudos longitudinais são necessários para investigar as implicações clínicas em longo prazo do desalinhamento circadiano para horários de trabalho atípicos.

Apresentar um sono de qualidade antes do turno noturno foi sugerido como contramedida efetiva ao alerta e à deterioração do desempenho associada ao trabalho noturno. Esse com-

portamento poderia ter uma eficácia profilática na redução do número de acidentes automobilísticos (GARBARINO, 2004).

A implantação de medidas institucionais de larga escala envolvendo a educação em saúde, a promoção da saúde, o diagnóstico e tratamento multidisciplinar dos distúrbios do sono e comorbidades são estratégias a serem adotadas para minimizar danos ocupacionais e melhorar a saúde dos policiais trabalhadores em turno.

CONCLUSÃO

É elevada a prevalência de distúrbios do sono entre policiais militares, dentre eles os respiratórios, insônia e bruxismo. A má qualidade do sono atinge 54% dos policiais, sendo significativamente maior (70%) nos que trabalham no turno noturno. Nos policiais com distúrbios do sono, o risco de adormecer ao volante, erro ou violação da segurança atribuídos à fadiga, descontrole da raiva em suspeitos e absenteísmo é significativamente maior que em controles. O trabalho em turno afeta a resposta fisiológica ao estresse, O trabalho em turno afeta a resposta fisiológica ao estresse, aumentando a proporção de sono curto (menos que seis horas) nessa população, o que culmina com maior morbidade cardiovascular, psiquiátrica e maior risco de acidentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. D. S. Síndrome metabólica no policial militar do estado de Goiás. 2017. 86 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- AMA, C. C.; BURCHFIEL, C. M.; CHARLES, L. E.; DORN, J. M.; ANDREW, M. E.; GU, J. K.; JOSEPH, P. N.; FEKEDULEGN, D.; SLAVEN, J. E.; HARTLEY, T. A.; MNATSAKANOVA, A.; VIOLANTI, J. M. Associations of objectively measured and self-reported sleep duration with carotid artery intima media thickness among police officers. *American Journal of Industrial Medicine*, New York, v. 56, n. 11, p. 1341-51, 2013.
- AMERICAN ACADEMY OF SLEEP MEDICINE. *International Classification of Sleep Disorders*. 3rd ed. Darien, IL: American Academy of Sleep Medicine; 2014.
- BOIVIN, D.B.; BOUDREAU, P.; TREMBLAY, G.M. Phototherapy and orange-tinted goggles for night-shift adaptation of police officers on patrol. *International Society for Chronobiology*, Londres, v. 29, n. 5, p. 629-40, 2012.
- BOUDREAU, P.; DUMONT, G.A.; BOIVIN, D.B. Circadian adaptation to night shift work influences sleep, performance, mood and the autonomic modulation of the heart. *PLoS One*. San Francisco, v. 8, n. 7, 2013.
- CARVALHO, A. L.; CURY, A.A.; GARCIA, R.C. Prevalence of bruxism and emotional stress and the association between them in Brazilian police officers. *Brazilian Oral Research*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 31-5, 2008.
- CHANG, J.H.; HUANG, P.T.; LIN, Y.K.; LIN, C.E.; LIN, C.M.; SHIEH, Y.H.; LIN, Y.C. Association between sleep duration and sleep quality, and metabolic syndrome in Taiwanese police officers. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, Lodz, v. 28, n. 6, p.1011-23, 2015.
- CHARLES, L. E.; SLAVEN, J. E.; MNATSAKANOVA, A.; MA, C.; VIOLANTI, J. M.; FEKEDULEGN, D.; ANDREW, M. E.; VILA, B. J.; BURCHFIEL, C. M. Association of perceived stress with sleep duration and sleep quality in police officers. *International Journal of Emergency Mental Health, Ellicott City*, v. 13, n. 4, p. 229-41, 2011.
- EVERDING, B.; HALLAM, J. E.; KOHUT, M. L.; LEE, D. C.; ANDERSON, A. A.; FRANKE, W. V. Association of Sleep Quality With Cardiovascular Disease Risk and Mental Health in Law Enforcement Officers. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*. Baltimore, v. 58, n. 8, s. 1, p. e281-6, 2016.
- FEKEDULEGN, D.; BURCHFIEL, C.M.; CHARLES, L.E.; HARTLEY, T.A.; ANDREW, M.E.; VIOLANTI, J.M. Shift Work and Sleep Quality Among Urban Police Officers: The BCOPS Study. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*. Baltimore, v. 58, n. 3, p. e 66-71, 2016.
- GARBARINO, S.; DE CARLI, F.; MASCIALINO, B.; BEELKE, M.; NOBILI, L.; SQUARCIA, S.; PENCO, M. A.; FERRILLO, F. Sleepiness in a population of Italian shiftwork policemen. *Journal of Human Ergology*, Tokyo, v. 30, n. 1-2, 211-6, 2001.
- GARBARINO, S.; DE CARLI, F.; NOBILI, L.; MASCIALINO, B.; SQUARCIA, S.; PENCO, M. A.; BEELKE, M.; FERRILLA, F. Sleepiness and sleep disorders in shift workers: a study on a group of Italian police officers. *Sleep*, New York, v. 25, n. 6, p. 648-53, 2002.
- GARBARINO, S.; MASCIALINO, B.; PENCO, M. A.; SQUARCIA, S.; DE CARLI, F.; NOBILI, L.; BEELKE, M.; CUOMO, G.; FERRILLO, F. Professional shift-work drivers who adopt prophylactic naps can reduce the risk of car accidents during night work. *Sleep*, New York, v. 27, n. 7, p. 1295-302, 2004.
- GERBER, M.; KELLMANN, M.; ELLIOT, C.; HARTMANN, T.; BRAND, S.; HOLSBOER-TRACHSLER, E.; PÜHSE, U. Perceived fitness protects against stress-based mental health impairments among police officers who report good sleep. *Journal of Occupational Health*, Tóquio, v. 55, n. 5, p. 376-84, 2014.
- KLAWE, J. J.; LAUDENCKA, A.; MI KOWIEC, I.; TAFIL-KLAWE, M. Occurrence of obstructive sleep apnea in a group of shift worked police officers. *Journal of Physiology and Pharmacology*, Krakow, v. 56, n. 4, p. 115-7, 2005.
- KUEHL, K. S.; ELLIOT, D. L.; MACKINNON, D. P.; O'ROURKE, H. P.; DEFRENDESCO, C.; MIO EVI, M., et al. The SHIELD (Safety & Health Improvement: Enhancing Law Enforcement Departments) Study: Mixed Methods Longitudinal Findings. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, Baltimore, vol 58, n. 5, p. 492-8, 2016.
- LAMMERS-VAN, H. H. M.; KERKHOF, G. A. Individual differences in the cortisol-awakening response during the first two years of shift work: A longitudinal study in novice police officers. *Chronobiology International*, New York, v. 32, n. 8, p. 1162-7, 2005.
- LAMMERS-VAN H. H.M.; VAN DONGEN, H.P.; DROSOPOULOS, S.; KERKHOF G.A. Inter-individual differences in sleep response to shift work in novice police officers - A prospective study. *Chronobiology International*, New York, v. 33, n. 6, p. 671-7, 2016.
- MCCANLIES, E.C.; SLAVEN, J.E.; SMITH, L.M.; ANDREW, M.E.; CHARLES, L.E.; BURCHFIEL, C.M.; VIOLANTI, J.M. Metabolic syndrome and sleep duration in police officers. *Work: a journal of prevention, assessment, and rehabilitation*. Netherlands, v.43, n. 2, p.133-9, 2012.
- NEYLAN, T. C.; METZLER, T. J.; BEST, S. R.; WEISS, D.S.; FAGAN, J.A.; LIBERMAN, A.; ROGERS, C.; VEDANTHAM, K.; BRUNET, A.; LIPSEY, T. L.; MARMAR, C. R. Critical incident exposure and sleep quality in police officers. *Psychosomatic Medicine*, Baltimore, v. 64, n. 2, p. 345-52, 2002.
- PEÑALBA, V.; MCGUIRE, H.; LEITE, J. R. Psychosocial interventions for prevention of psychological disorders in law enforcement officers. *Cochrane Database Systematic Reviews*, Oxford, v. 16, n. CD005601, 2008.
- RAJARATNAM, S. M. W.; BARGER, L. K.; LOCKLEY, S. W.; et al. *Sleep Disorders, Health, and Safety in Police Officers*. *Journal of the American Medical Association*, Chicago, v. 306, n. 23, p. 2567-2578, 2011.
- RAMEY, S.L.; PERKHOUNKOVA, Y.; MOON, M.; BUDDE, L.; TSENG, H.C.; CLARK, M. K. The effect of work shift and sleep duration on various aspects of police officers' health. *Workplace Health & Safety*, Thorofare, v. 60, n. 5, p. 215-22.
- SERRA-NEGRA, J.M.; AQUINO, M.S.; SILVA, M.E.S.; ABREU, M.H.; SILVEIRA, R.R. Tooth wear and sleep quality: A study of police officers and non-police officers. *Cranio: The Journal of Craniomandibular Practice*, Chattanooga, v.8, p. 1-5, 2016.
- VILA, B. Impact of long work hours on police officers and the communities they serve. *American Journal of Industrial Medicine*, New York, v. 49, n. 11, p. 972-80, 2006.
- VIOLANTI, J.M.; BURCHFIEL, C.M.; HARTLEY, T.A.; MNATSAKANOVA, A.; FEKEDULEGN, D.; ANDREW, M.E.; CHARLES, L.E.; VILA, B.J. Atypical work hours and metabolic syndrome among police officers. *Archives of Environmental & Occupational Health*, Philadelphia, v. 64, n. 3, p. 194-201, 2009.
- WIRTH, M.; BURCH, J.; VIOLANTI, J.M.; BURCHFIEL, C.M.; FEKEDULEGN, D.; ANDREW M.E., et al. Association of the Period3 clock gene length polymorphism with salivary cortisol secretion among police officers. *Neuro Endocrinology Letters*. Sweden, v. 34, n. 1, p. 27-37, 2013.
- YOO, H.; FRANKE, W.D. Sleep habits, mental health, and the metabolic syndrome in law enforcement officers. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, Baltimore, v. 55, n. 1, p. 99-103, 2013.

REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS